

# Revista de Letras

- Ciências da Cultura



3

Série III  
Julho  
de 2022

Departamento de Letras, Artes e Comunicação  
Escola de Ciências Humanas e Sociais

**utad** UNIVERSIDADE  
DE TRÁS-OS-MONTES  
E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO

# Revista de Letras

## UTAD

– Ciências da Cultura

Série III

N.º3

**Julho de 2022**

## REVISTA DE LETRAS UTAD

– Ciências da Cultura

**Direção:** José Barbosa Machado

**Editora:** Orquídea Moreira Ribeiro

Revista de Letras UTAD / edição da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras Artes e Comunicação. – Série III, n.º3 (julho de 2022) – Vila Real, UTAD, Portugal.

Paginação e *design*: José Barbosa Machado

Imagem da capa: Serra do Marão

Site: <https://revistadeletras.utad.pt>

Artigos submetidos a *peer review*.

**eISSN: 2975-8955      pISSN: 0874-7962**

# Índice

ARTIGOS .....	5
<i>Fins do Antigo Regime em Portugal: Inquisição e Intolerância Religiosa</i> Fernando Alberto Torres Moreira .....	7-19
<i>Cultura de estupro como arma de guerra: Abordagem dos Estudos Culturais e de Género</i> Tânia Machonisse Orquídea Moreira Ribeiro .....	21-46
<i>A economia das trocas políticas: Familismo, nepotismo, patrocínio e clientelismo</i> Esser Jorge Silva .....	47-71
<i>Representação fragmentada do ser feminino nos meios digitais: Uma abordagem feminista</i> Ana Costa Júlia Pires Marta Mendes Esser Jorge Silva .....	73-103
<i>Espaços Culturais da Fundação Casa Grande: Reflexões e Vivências</i> Rosi Cristina da Silva .....	105-118
<i>Representação da mulher na música popular brasileira: Entre musa e objeto</i> Adriana Sydor de Paula José Barbosa Machado .....	119-137
RECENSÕES .....	139
Manuela Vaquero: <i>O Tribunal da Inquisição de Lamego</i> Fernando Alberto Torres Moreira .....	141-143
Tamim Ansary: <i>A Invenção do Passado</i> José Barbosa Machado .....	145-148
Liste S. M. Mónico: <i>Religiosidade &amp; Otimismo</i> João Bartolomeu Rodrigues .....	149-152
José Machado Pais: <i>“Um Tacho na Política?”</i> Esser Jorge Silva .....	153-158



## ARTIGOS



## **FINS DO ANTIGO REGIME EM PORTUGAL: INQUISIÇÃO E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

*Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD / CECS)*

### **ABSTRACT**

Even after the Pombaline reforms, which particularly affected the power of the Church, the end of the *Ancien Régime* in Portugal was characterized by religious intolerance and fanaticism; the symbiosis political power/Church, to which the Inquisition and the Intendência da Polícia gave expression, would remain until 1820 with devastating effects on the organization of the society and, most particularly, in the field of education and cultural experience, despite the new Enlightenment winds that blew particularly from revolutionary France. This article, based on a hermeneutic analysis of texts of foreign travelers who demanded Portugal after the fall of Sebastião José de Carvalho e Melo, intends to prove that, despite all the external pressures and the political and religious anachronism, only the 1820 Liberal Revolution would put an end to almost three centuries of a governing model in which it was not known where the State ended and the Church began.

Keywords: Ancien Régime; Inquisition; Religious Fanaticism; Intolerance; Foreign Travellers.

### **RESUMO**

Mesmo após as reformas pombalinas, que particularmente afetaram o poder da Igreja, os fins do Antigo Regime em Portugal caracterizaram-se pela intolerância e fanatismo religiosos; a simbiose poder político/Igreja, a que a Inquisição e a Intendência da Polícia davam expressão, permaneceria até 1820 com efeitos devastadores na organização da sociedade e, muito particularmente, no campo da educação e vivência cultural, apesar dos novos ventos iluministas que sopravam particularmente da França revolucionária. Este artigo, partindo de uma análise hermenêutica de textos de viajantes estrangeiros que demandaram Portugal após a queda de Sebastião José de Carvalho e Melo, pretende comprovar que, apesar de todas as pressões exteriores e do anacronismo político e religioso, só a Revolução Liberal de 1820 poria fim a quase três séculos de um modelo governativo em que não se sabia onde acabava o Estado e começava a Igreja.

Palavras-chave: Antigo Regime; Inquisição; Fanatismo religioso; Intolerância; Viajantes Estrangeiros;

Recebido em 15 de junho de 2022.

Aceite em 22 de junho de 2022.

“Numa sociedade em que o príncipe se apresenta ao culto público como investido por Deus, o poder religioso e o poder político apoiam-se mutuamente.”

Pierre Flottes

## 1.

Quando na manhã do dia 23 de janeiro de 1808 D. João VI e a sua comitiva desembarcaram em S. Salvador da Bahia (depois da espera a bordo de um dia por ineficiente informação sobre o *timing* da sua chegada ao Brasil) depressa foram encaminhados sob um pátio purpurino até à igreja da Sé onde assistiram a um *Te Deum Laudamus* celebrado pelo arcebispo D. José da Escolástica como forma de agradecimento à divindade pela travessia bem sucedida do Atlântico.<sup>1</sup>

Quase 308 anos antes, também Pedro Álvares Cabral iniciava a presença portuguesa no Brasil com uma missa de ação de graças e competente elevação de um padrão dos Descobrimentos, em 26 de abril de 1500, contando com a presença curiosa de indígenas que assistiam em silêncio à missa e pregação, segundo relata Pêro Vaz de Caminha na sua carta ao rei D. Manuel, mas sobretudo estupefactos perante o espetáculo daquela gente vestida dos pés à cabeça, cabelos compridos e hirsutos, enormes barbas, sujos, e que se faziam transportar em grandes embarcações. Cabral sinalizava a dilatação da fé e do império; o Regente D. João era o símbolo vivo e decadente de ambos: uma espécie de representante de Deus na terra e cabeça do império que, pela primeira vez, se instalava fora da capital imperial, estrategicamente fugido às tropas napoleónicas. A Bahia é, seguramente, um dos melhores exemplos de manifestação arquitetónica da religiosidade portuguesa ou não fosse a cidade erigida na encosta da baía baptizada de Todos-os-Santos, tipicamente portuguesa na sua matriz arquitetónica ainda medieval, desordenada, pouco planificada (Boxer 1963: 124), recheada de igrejas e conventos, uma cidade onde abundavam procissões e festas religiosas misturadas com rituais profanos, importados conjuntamente com a mão-de-obra escrava africana. Nada de novo. Desde sempre a religiosidade portuguesa combinou em harmonia oficiosa religião e credices, práticas religiosas e bruxaria.

---

<sup>1</sup> A decisão de atracar primeiro na Bahia é apresentada pelo jornalista e investigador Laurentino Gomes como uma jogada estratégica do Regente D. João, visando a unificação administrativa e política do Brasil (Gomes 2008: 93).

Pilar da Contra-reforma católica, Portugal viveu, desde meados do século XVI, um fanatismo religioso que conheceu o seu auge no reinado de D. João V, o qual, de tão crente que era, levou ao extremo essa sua convicção convivendo luxuriosa e harmoniosamente com as esposas de Cristo, uma situação de todos conhecida que ultrapassou fronteiras.

Fosse por que fosse, um pequeno país como Portugal tinha (ainda tem) um patriarca, figura honorífica máxima na hierarquia da Igreja, e o seu rei mereceu do papa o título de Fidelíssimo: D. João V foi tão fiel na sua fidelidade que, como já apontado, não se esqueceu de partilhar o leito com as freiras e espalhou pelo país alguns filhos dessas relações.

## 2.

O fanatismo religioso português começou a aprimorar-se ainda antes das decisões saídas do Concílio de Trento com a criação do Tribunal do Santo Ofício; o fervor religioso dos portugueses era alimentado por uma Igreja que congregava uma verdadeira legião de membros responsáveis por um fanatismo visível e permanentemente atuante que mereceu, por parte de viajantes estrangeiros que demandaram as terras lusas nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, os mais variados comentários coincidentes no facto de que a religião assumia importância decisiva na definição e estruturação do carácter, educação e comportamento dos portugueses.

Neste particular, vem em primeira instância a intolerância que se manifestava sobretudo no seio da própria sociedade e menos para com os estrangeiros, como se pode constatar pela leitura, por exemplo, das *Cartas de um Viajante Francês* (2007), de autoria anónima, do *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (1988), do nobre inglês William Beckford, e da *Viagem em Portugal. 1798-1802* (1981), de Carl Israel Ruders, entre outros; a intolerância era fruto de uma religiosidade profundamente doentia, alimentada por uma intencional falta de formação escolar das pessoas, tendo conduzido ao fanatismo, à superstição, à cega credulidade, conforme constatou Ruders, um pastor sueco protestante que esteve em Lisboa na passagem do século XVIII para o XIX: “Todos os povos incultos são muito supersticiosos [...]. Num país em que a religião de certa maneira favorece tais ideias não é para admirar que a superstição encontre mais fanáticos que em qualquer outra parte” (Ruders 1981: 224).

A valorização das visões, revelações, supostos milagres ou previsões do futuro fazia parte do cardápio e manjar da vida religiosa nos tempos de D.

Maria I e do seu sucessor; acreditava-se cegamente nisso tudo: se o sacristão ou o padre sonhavam que a estátua da Virgem suava, era verdade; se uma beata dizia em confissão ouvir vozes interiores sobre castigos divinos, mortes iminentes, etc., logo corria o confessor a divulgá-las; se uma jovem reagia mal a amores contrariados, era julgada possuída pelo demónio e exorcizada; se os médicos não atinavam nas mezinhas para uma doença, faziam-se benzeduras ou ia-se à bruxa (Anónimo Francês 2007: 49-52); se acaso surgia um cadáver incorrupto anos após estar enterrado, era milagre e virava santo (Ruders 1981: 223); se alguém diz que um protestante se converteu à hora da morte, logo vêm os dignitários da Igreja e nobres importantes participar no funeral da criatura abençoada por tal milagre, conforme relata William Beckford em carta de 29 de agosto de 1787 (1988: carta XVIII).

Uma religiosidade tão singular só podia ser fruto de uma enorme ignorância e deficiente educação cristã, causadas por um clero também ele pouco instruído e sempre pronto para condenar ao inferno “todos aqueles que pensarem diverso deles” (Anónimo Francês 2007: 53-56), distorcendo toda uma prática religiosa que devia ser boa. Por isso, o poeta Robert Southey constatava: “Os camponeses e a grande massa do povo acreditavam, com uma fé implícita e intensa em tudo aquilo que lhes era ensinado. O clero paroquial, diferindo pouco do povo no seu modo de vida e tendo recebido uma educação de tão pouca valia que dificilmente se pode dizer que o tenha elevado acima do nível comum era, na maioria, tão supersticioso e mal-informado como o seu rebanho” (Southey *apud* Sousa 2007: 17).

Há, portanto, toda uma falsa devoção instigada por um clero pouco menos que ignorante, que lê latim mas não sabe o que lê, um clero que fomenta a “prática minuciosa dos mais inúteis exteriores da religião, numa sujeição cega ao poder eclesiástico, e num horror a tudo o que é gente instruída, e ilustrada, a que eles prontamente caracterizam de ateus, ou hereges”, segundo as palavras do viajante anónimo francês (2007: 55). O protestante Ruders, constatando essa mesma ignorância dos religiosos portugueses, vai ao ponto de dizer nunca ter ouvido em Portugal sermão de outro qualquer credo religioso de onde pudesse tirar qualquer préstimo (Ruders 1981: 109). Para além de maioritariamente ignorante, o clero vivia na ociosidade, à custa das rendas dos conventos e das esmolas, sendo comum haver religiosos que se acolhiam junto de casas abastadas (sendo aí muitas vezes fonte de discórdias entre os casais) aos quais o viajante francês anónimo chamou, de forma eloquente, de “divinos insectos” (2007: 56).

Onde melhor se manifestava a religiosidade portuguesa era nas procissões

e romarias. A riqueza e opulência ostensivas do cerimonial religioso e o número quase sem conta de membros do clero numa procissão do Corpo de Deus deixaram ironicamente extasiado o britânico William Beckford, um dos nobres mais ricos da Inglaterra de então, o qual, entre a parafernália dos participantes daquela manifestação religiosa, destacou “uma infinidade de padres trazendo luzidas e diversas bandeiras de seda pintada; rebanhos de frades macilentos de hábitos brancos, pardos, e pretos, vinham de envolta e sucessivamente, como bandos de perus levados ao mercado” (Beckford 1988: carta IV). Uns anos mais tarde, já em plena governação efetiva de D. João VI, a jovem Clarissa Trant, que acompanhava o pai<sup>1</sup> na sua estadia em Portugal, descrevia assim a procissão do *Corpus Christi*:

No dia do Corpus Christi aceitámos o convite do Marquês de Ponte de Lima para assistir das suas janelas à grande procissão que tem sempre lugar neste dia.

A procissão não começou senão há uma hora, quando uma multidão de homens, mulheres e crianças andrajosos avisaram da sua aproximação correndo junto à casa. A ordem do cortejo era a seguinte: alguns cavalos muito elegantes levados um por um [...] seguia-se a imagem do santo [S. Jorge, patrono dos cavalos] em cartão [...] o gigantesco S. Cristóvão seguia o seu amigo S. Jorge e provocava muito riso pela sua altura colossal e andar instável [...] Um grande número de padres de vários conventos caminhavam atrás devagar, depois vinha uma imagem da Virgem Maria [...] e o conjunto desta triste representação era encerrado por padres levando um dossel debaixo do qual se levava a Hóstia Consagrada (Trant *apud* Sousa 2007: 101).

Ruders, por seu lado, destaca a majestosa ornamentação nas janelas e varandas das casas lisboetas, os ricos arcos festivos erguidos nas ruas e toda a cópia de padres das mais diversas ordens religiosas que se incorporavam na procissão com os seus hábitos característicos (Ruders 1981: 194-196).

As romarias e peregrinações a santuários eram, na leitura do Viajante Francês anónimo, espaços para as “maiores desordens da embriaguez e do deboche” tudo complacientemente admitido e mesmo fomentado por clérigos e frades que “dali trazem as copiosas esmolas de missas pedidas e de outras rogadas” (Anónimo Francês 2007: 55).

O retrato pode parecer exagerado, mas tem confirmação cabal num

---

<sup>1</sup> O Coronel Nicholas Trant, militar de origem escocesa, participou na Guerra Peninsular, tendo depois sido nomeado Governador do Porto e condecorado por D. João VI com a comenda de Torre e Espada.

texto que o P.<sup>e</sup> Francisco Manuel do Nascimento – o poeta Filinto Elísio – escreveu lá do seu exílio parisiense, onde se homiziou no ano de 1778, fugido à Inquisição; descrevendo uma procissão e toda a *entourage* profana que a envolvia traduzindo de forma muito viva e, dir-se-ia, quase perfeita, as observações dos visitantes estrangeiros, Filinto registou:

***Carta ao M.al Luís de C.***

Tu sabes o que vai? Houve cá hoje  
Uma tal procissão, que é muito bonita.  
Leva tanto santinho!!! Tanta gente!!!  
E gasta a preparar-se tanto tempo  
Que lá, do ano passado, cuidam nela.

Prontos os santos, prontos os andores,  
Janelas já pedidas, fatos feitos,  
Moças alvoroçadas, e peraltas  
Tomava aos Irmãos sécios grão desgosto.

[...]

Chega o dia feliz, e suspirado.  
Começam logo c'o a alvorada, as moças  
A edificar no monte sem miolo  
Castelos vãos de flores, e de fitas,  
A vestir galas, a pegar cambraias

[...]

Dão três horas. Começa-se o fadário  
Espreitam-se as janelas, povoadas  
De deusas, ninfas, damas e rascoas.  
A rua entra a ferver de ponta a ponta  
Com soldados, com frades, com lacaios,  
Com garotos, com cães, com ratoneiros.

[...]

E a mãe, muito devota, íntima a filha:  
«Não te arredes de mim. Não dês mais trela  
Ao peralta, e se acaso o pé te pisa,  
Assenta-lhe à mão-tente um tapa-olhos».

[...]

E o Menino Jesus vem feito Arqueiro!  
Mãezinha! Vem bonito. E um santo preto!!!  
Como vem luzidio!!! E este santinho  
Poude entrar todo negro assim no céu?

[...]

Mexe-se a gente toda...Apanha – Apanha  
 Que é um ladrão, que leva dous relógios.  
 Cá me falta o meu lenço. Ai a minha bolsa!  
*Eis aí o de que estas funções servem!*  
 (Dizia um velho muito poupado, e rico)

[...]

Este padre daqui, da cabeleira  
 Loura, covinhado das bexigas  
 Que vai ao pé do irmão do hábito rico,  
 É quem fez este andor. – É muito douto!  
 Ele é que deu a ideia disto tudo  
 E é que achou as palavras, que escrevera  
 O apóstolo santo André. Trabalhou muito  
 Para as achar, que faltam na Escritura.  
 Mas tanto esgratou, que deu com elas...

Eis que um velho de aspeito venerando,  
 Que lhes ficara ao pé, entre a mais gente,  
 Postos, nos dous, os olhos, meneando  
 Três vezes, a cabeça, descontente,  
 O nariz grosso, um pouco arrebitando  
 Que os dous, de perto, viram claramente;  
 C'um saber só de experiência feito,  
 Sorriu-se, e o mais calou no experto peito.

(Elísio *apud* Moreira, vol. V, 1999: 363-367)

Como o poeta deixa claro neste fresco sócio-religioso, a intolerância, o fanatismo, a superstição, a credence, a falsa devoção são, entre outros, sinais de uma religiosidade muito particular em que sagrado e profano muitas vezes se confundem, não se sabendo onde um acaba e o outro começa e da qual a actuação do clero, aliada a uma ignorância generalizada, é a maior responsável.

### 3.

Por detrás de tudo isto, havia a Inquisição. O esplendor inquisitorial vivido no reinado de D. João V fora refreado pelo Marquês de Pombal, que também procedeu à alteração do seu regimento funcional, proibindo a perseguição dos judeus/cristãos-novos e transformando o Santo Ofício num tribunal régio especialmente vocacionado para a defesa da religião católica;

ao mesmo tempo, o ministro de D. José suprimiu as funções da Inquisição em matéria de censura, criando, para o efeito, a Real Mesa Censória em 1768.

Desaparecido Pombal da cena política, e invocando o integrismo religioso, a Inquisição vai fazer-se notar, com D. Maria I e com D. João VI, pela perseguição aos hereges filósofos e *maçons*; o vírus revolucionário vindo de além-Pirenéus será mais um alento de alma para o Santo Ofício que, em parceria com a Intendência da Polícia que fora criada por Pombal, mas agora com papel reforçado por via da liderança de Diogo Inácio Pina Manique, encabeçará o combate aos difusores de textos, símbolos e ideias revolucionárias. Amortecida com Pombal, a Inquisição ressurgiu no reinado de D. Maria I, algo fragilizada, é certo, mas mesmo assim um tanto revigorada e mais atuante. A perseguição aos hereges visou, sobretudo, jovens com instrução académica ou académicos (*v. g.* José Anastácio da Cunha), sacerdotes “pouco firmes” nas suas convicções ou de “costumes debochados” (ex. P.<sup>c</sup> Francisco Manuel do Nascimento), pessoas referenciadas como libertinas (ex. Bocage), tudo numa tentativa de impedir a divulgação, por esta gente esclarecida, dos princípios filosóficos ou políticos iluministas tidos, por uma Igreja ultramontana, como heréticos.

Esta atitude persecutória contra a heresia dos filósofos estava consignada pela própria Real Mesa Censória que Pombal instituíra enquanto entidade substituta da Inquisição em matéria de censura de livros, a qual, no seu edital de 24 de setembro de 1770, se insurge contra os filósofos culpados pelos erros do “Atéismo, Deísmo e do Materialismo”.

A população continuava a viver num verdadeiro pavor da Inquisição; o que antes fora um ódio secular contra os judeus e que como por um passe de mágica desaparecera após a legislação pombalina, virara-se contra os defensores da Razão, contra os simpatizantes das ideias maçónicas, contra os que viram na Revolução Francesa e nos propósitos que a enformaram a solução para mudar o destino dos portugueses. A atuação inquisitorial continuou, os alvos é que mudaram instituindo-se aqueles, como vimos, numa verdadeira justificação para a continuidade existencial do tribunal religioso.

Não espanta, por isso, que, num relato de 1812, o irlandês William Graham, um oficial do Comissariado pertencente à Comissão de Abastecimento de Géneros às tropas britânicas estacionadas em Portugal na sequência das invasões napoleónicas, registasse ainda a presença efetiva do Santo Ofício em Portugal confirmando a sua má reputação na Europa, os

motivos do terror que instilara por séculos e os excessos de desumanidades praticadas:

Os gabinetes da Inquisição permanecem ainda na praça do Rossio e fui informado por fontes credíveis que todos os horríveis instrumentos usados nos interrogatórios e nas torturas ainda lá permanecem. As diferentes espécies de tortura excedem as invenções dos selvagens na América, e as cenas que aqui tiveram lugar foram tão infernais como das piores que costumamos ler (Graham *apud* Sousa 2007: 188-189).

Esta vergonha perante a Europa em que se tinha tornado a existência da Inquisição e que fora largamente denunciada, entre outros, por Voltaire nos anos sessenta (ex. *Candide*), é também expressa pelo já referido poeta Robert Southey que, por duas ocasiões, visitou Portugal, primeiro em 1796 e depois em 1800, tendo, posteriormente, escrito uma *History of the Peninsular War* que contratualizara em 1817 com o editor John Murray; Southey deixa bem claro que a actividade inquisitorial abrandara, mas que a intolerância fanática continuava:

Se bem que o seu princípio de intolerância permanecesse o mesmo [...] a prática abrandara grandemente; e os autos-da-fé, os grandes dias festivos dessa idolatria implacável, estavam no fim: pois sentia-se e reconhecia-se secretamente que estas exhibições desumanas eram vergonhosas aos olhos da Europa (Southey *apud* Sousa 2007: 20).

E para provar a utilidade do Tribunal para o poder político, deixou Southey o testemunho impressionante do que dele fizeram os franceses invasores: “Lagarde<sup>1</sup> tomou posse da Inquisição; o velho estabelecimento daquele tribunal diabólico foi reduzido a apenas um para perseguição política, como se o próprio edifício estivesse contaminado e sempre destinado a merecer as execrações da humanidade” (Southey *apud* Sousa 2007: 36). Afinal, antes como agora, o Santo Ofício era um poderoso instrumento religioso e político, duas realidades impossíveis de separar no Portugal setecentista que se prolongou até à Revolução Liberal, se bem que, nos finais da sua existência, sob a capa da religiosidade, o que havia era uma pragmática ação ao serviço do poder político. Ainda Southey: “A Inquisição [...] ao fechar os

---

<sup>1</sup> Oficial de Napoleão Bonaparte conhecido pelo seu carácter violento que, antes de integrar a primeira invasão das tropas napoleónicas, estivera em Portugal como embaixador. Por esta altura, Lagarde era um ministro do governo constituído por Junot.

portos e barrar os caminhos de entrada e saída da Península cortou, tanto quanto possível, toda a comunicação intelectual com o resto do mundo” (Southey *apud* Sousa 2007: 17).

Perante este cenário, os espíritos racionalistas, os *hommes d’esprit*, foram apontados como libertinos e perigosos para os crentes. Às tentativas dos racionalistas de impor o predomínio da razão, a Igreja respondia com a defesa dos inatacáveis dogmas da religião católica. E tinha a Igreja um auxiliar precioso na sua luta contra as “heresias racionalistas”: o estado absolutista.

Sabe-se que a legislação portuguesa do tempo corporizava princípios da religião cristã e interesses do próprio clero. Sabe-se igualmente como a monarquia portuguesa tirou partido dos privilégios que concedeu à Igreja (e dela recebeu), verdadeiro sustentáculo da sobrevivência monárquica. É também certo que a Inquisição surgiu como um tribunal eclesiástico servindo igualmente o rei absoluto e assim continuou sendo, e ainda mais, após a reforma pombalina; e, se mais fosse preciso para atestar as bem conseguidas relações – por vezes até poderia falar-se de concubinação – entre a Igreja e o monarquia absoluta nos seus fins de existência, lembre-se as impressões registadas por viajantes estrangeiros que visitaram Portugal nesse período, todas elas unânimes, como já apontado, em notar a importância sem paralelo das práticas religiosas no quotidiano da vida dos portugueses, em constatar o carácter indissociável religião/vida social... de qualquer classe, entenda-se.

Sendo verdadeiro este cenário, também é certo que, nos finais de Setecentos, um significativo acervo de livros integrantes da lista de proibições entrava no país e circulava em círculos restritos da aristocracia, do clero e da burguesia, os quais sentiram um apelo à crítica contra este estatuto existencial do clero, contra uma Inquisição em perda definitiva e irremediável, mas que continuava a infundir um medo notório. Não era fácil apagar, de um dia para o outro, uma atitude mental persecutória e de delação contínua com séculos de existência e prática efetiva; não se extinguia de um momento para o outro o sentimento de medo que agitava a população; veja-se como confirmação e a título de exemplo o que relatou Ramalho Ortigão sobre a vida de medo do P.<sup>o</sup> Francisco Manuel do Nascimento após uma visita ao lusófilo francês Ferdinand Denis que, quando criança, ainda conheceu o poeta português:

Sucedia que sempre que Francisco Manuel aludia às terríveis perseguições que lhe fizera o Santo Ofício, Verdier<sup>1</sup> sorria sempre com um sorriso maligno.

---

<sup>1</sup> Timóteo Lecussan Verdier (1755-1812), francês nascido e residente em Portugal e amigo de Francisco Manuel do Nascimento; por ser francês viria a ser expulso por ordem do Intendente Pina Manique, seguindo para França onde reencontrou o já exilado Francisco

Uma vez que o poeta não estava presente, disseram ao seu íntimo:

– Verdier, você há de contar hoje para aqui o que sabe sobre os horrores que a Inquisição preparava ao nosso amigo. Sempre que se fala nisso, você ri. Por ventura não teria ele sofrido como diz?

– Sofreu – respondeu Verdier – sofreu imenso, mas a causa dos seus grandes infortúnios não foi principalmente a Inquisição...

– Então que foi?

– Foi o medo (Ortigão 1924: 76).

Como não ter medo da Inquisição, se os processos e sentenças condenatórias continuavam? Como não ter medo, se uma simples crítica à Igreja, ou a membros seus, poderia levar a uma perseguição sem quartel? O medo de ser denunciado convivia com as pessoas instigado, como era, por um Santo Ofício que, em editais sucessivos publicados até inícios do século XIX, reiterava a obrigação das pessoas em denunciar os suspeitos tipificados em listas públicas. A Inquisição era uma entidade promotora de medo e foi-o até ao final. Baste, para tanto, um simples excerto do jornal *Correio Brasiliense*, de abril de 1816, a propósito de uma ordem papal para abolir o uso da tortura pelas Inquisições portuguesa e espanhola:

A Inquisição é um tribunal civil e denominado régio em Portugal. O seu regimento só tem força de lei porque o soberano lhe deu aquele carácter. Os castigos e processos criminais da Inquisição só podem ter lugar pela autoridade d'El-rei. Logo a corte do Rio de Janeiro deve rejeitar *in limine*, como fez a respeito dos jesuítas, toda a tentativa do papa em ingerir-se nas leis criminais do Estado as quais manifestamente só são da competência civil.

#### 4.

Como se comprova, cinco anos antes da sua extinção, a Inquisição continuava a ter os seus defensores e a confundir-se com o próprio Estado; assim se percebe também que, apesar de uma ação cada vez menos efetiva, continuava a ser temida e odiada. A sua má reputação permaneceu até ao final da sua existência, bem como o medo que provocava na sociedade portuguesa. Porquê? Porque a mentalidade inquisitorial persistia, juntamente com os defeitos do tribunal, resultantes das normas a que se subordinava e das práticas a que se limitava. Os fins do Antigo Regime em Portugal, ainda que num estado político e social moribundo, continuavam a ser pura

---

Manuel, a quem ajudaria nas horas difíceis por ele vividas.

expressão de um fanatismo e intolerância religiosos construídos na base de um medo endogâmico e de um ambiente de delação social que perduraram por séculos e marcaram muito significativamente a sociedade portuguesa.

### **Referências bibliográficas**

Beckford, William. 1988. *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Boxer, Charles. 1963. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

*Correio Brasiliense*. Londres, abril de 1816.

Flottes, Pierre. 1971. *El Inconsciente en la Historia*. Madrid: Guadarrama.

Gomes, Laurentino. 2008. *1808*. Lisboa: Livros d'hoje/D. Quixote.

Sousa, M.<sup>a</sup> Leonor Machado de. 2007. *A Guerra Peninsular em Portugal – Relatos Britânicos*. Lisboa: Caleidoscópio.

Moreira, Fernando & Machado, José Barbosa (ed.). 2007. *Cartas de um Viajante Francês*. Vila Real: UTAD/CEL.

Moreira, Fernando (ed.). 1999. *Obras Completas de Filinto Elísio*, vol. V. Braga: APPACDM.

Ortigão, Ramalho. 1924. *Em Paris*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, Lda.

Ruders, Carl Israel. 1981. *Viagem a Portugal. 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional.



## **CULTURA DE ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA: ABORDAGEM DOS ESTUDOS CULTURAIS E DE GÊNERO**

*Tânia Machonisse (UTAD)*

*Orquidea Moreira Ribeiro (UTAD / CECS)*

### **ABSTRACT**

Inspired by the understanding that sexual violence does not occur solely between males and females but also includes children, transgender people, homosexuals as well as elderly people, the present study questions the concept of rape as a weapon of war proposed by the feminist approach. According to this theoretical perspective, rape is a manifestation of power and the exercise of masculinity against women. Supported by culture and gender studies, the present research is a critique of the concept of rape as a weapon of war since it is a military and masculine perspective through which the dynamics of power and violence, as well as the restriction of human rights, encompass only the binary man and woman. Therefore, this research concludes that rape as a weapon of war serves to legitimize the patriarchal perspective on the subaltern place that women occupy in society, feeding the silence and victimization of all people whose rape damages their physical body and dignity, making it a closed perspective by excluding, masculinizing, and, victimizing all people subjected to rape in war conflicts.

Keywords: rape, rape as a weapon of war, rape culture, cultural and gender studies.

### **RESUMO**

Inspirado no entendimento de que a violência sexual não se cinge somente entre homens e mulheres, mas integra igualmente crianças, mulheres e homens transsexuais, homossexuais e idosos o presente estudo indaga o conceito de estupro como arma de guerra proposto pelo pensamento feminista. De acordo com esta perspectiva teórica, o estupro é um fenômeno que ocorre como manifestação de poder e exercício da masculinidade contra as mulheres. Sustentado pelos estudos culturais e de gênero, e pela revisão bibliográfica, este estudo propõe uma crítica à abordagem sobre estupro como arma de guerra por entender que esta é uma perspectiva militar e masculina e que responde a um pressuposto limitante no qual as dinâmicas de opressão e restrição de

direitos englobam apenas o binário homem e mulher. Assim, conclui-se que a abordagem estupro como arma de guerra serve para legitimar a perspectiva patriarcal sobre o lugar subalterno das mulheres na sociedade, alimentando o silêncio e a vitimização por parte de todas as pessoas a quem o estupro danifica o seu corpo físico e a sua dignidade, o que torna esta abordagem fechada, excludente, masculinizada e vitimizadora.

Palavras-chave: estupro, estupro como arma de guerra, cultura de estupro, estudos culturais e de género.

Recebido em 5 de maio de 2022.

Aceite em 29 de junho de 2022.

## **Introdução**

A cultura de estupro, enraizada em quase todas as realidades sociais do globo, diz respeito a naturalização e banalização (negligência e insensibilidade humana) da violência sexual contra as mulheres e meninas. Esta perspectiva hegemônica sobre o significado de cultura de estupro na literatura assenta no pressuposto social de que a mulher e a menina são culpadas pela possibilidade da ocorrência social do estupro, ou seja na culpabilização da mulher e menina (Rost e Vieira 2015; Sommacal e Tagliari 2017; Lima 2017 e Nielsson e Wermuth 2018). A título de exemplo, em “A carne mais barata do mercado: Uma análise biopolítica da ‘cultura do estupro’ no Brasil” (2018), Joice Nielsson e Maiquel Wermuth (2018: 174) definem a cultura de estupro como “a culpabilização da vítima pelo fato de ter sido alvo de violência sexual, compreendido como um comportamento masculino ‘natural’”. Por seu turno, Lana Lima em “Cultura do estupro, representações de gênero e direito” (2017) explica que o movimento feminista entende que “A cultura do estupro articula representações sociais que naturalizam a violência sexual, culpando a vítima pelas agressões sofridas, e implica em sentimentos misóginos e machistas, banalizando uma das formas mais deploráveis de violência contra as mulheres” (2017: 8).

Demonstra-se assim que existe um considerável manancial teórico sobre as razões histórico-culturais que determinam ou determinaram o surgimento de uma cultura universal de estupro. Há registros de que em diferentes cantos do globo, quer em contextos civilizacionais quer de barbárie, quer através de pressupostos religiosos monoteístas ou politeístas, quer até mesmos em sociedades pagãs, a violência sexual contra a mulher encontra o seu fundamento, dogmatização e a sua conseqüente naturalização. Por exemplo, e em particular em contextos de conflito pela disputa e expansão territorial e ideológica, diversos povos da Grécia antiga, da Europa Medieval e até nos mais diversos conflitos recentes como a Guerra Civil no Ruanda<sup>1</sup>, segundo a Human Rights Watch há evidências de estupro (apenas ou maioritariamente) de mulheres e meninas justificados e devidamente enquadrados numa lógica de exercício e demonstração de poder ou vitória de um povo, religião, região, etnia e ideologia política em relação à contraparte perdedora.

Em “A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais” (2016), Andrea Campos afirma que “O estupro não

---

<sup>1</sup> Ver <https://www.washingtonpost.com/sf/world/2017/06/11/rwandas-children-of-rape-are-coming-of-age-against-the-odds/> e <https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm>

nasceu a partir de um marco civilizatório. Em suas origens não está a transgressão de uma lei, mas sim, a imposição de uma vontade de um sujeito perverso sobre a vontade de um outro, fazendo prevalecer a vontade do mais forte, por conseguinte, a ‘lei’ do mais forte” (2016: 2-3). Por outro lado, a normalização da cultura de estupro baseada na legitimidade do homem em ter acesso ao corpo da mulher encontra justificação no poder de sedução do corpo feminino, inclusive sustentado e dogmatizado como aquele (corpo feminino) que induziu Adão a pecar. Kelly Souza, no artigo “Cultura do estupro: a culpa não é sua (da sociedade para vítima)” (2021), evidencia que “na perspectiva histórica as mulheres aparecem como aquela que detém o poder da sedução, a responsável por disseminar o mal na humanidade. Segundo Lopes (2012), tais afirmativas apresentam-se nas primeiras aparições da mulher, encontrada tanto no mundo clássico, com Pandora (mito da Grécia antiga), quanto no mundo Judaico Cristão (na presença de Eva)” (2021: 4).

É neste cenário que se apresenta a proposta de ressignificação e questionamento do conceito estupro como arma de guerra. O objetivo é discutir, a partir de uma metodologia ancorada na revisão bibliográfica, a necessidade de requalificar a representação objetificada da mulher presente na literatura como racional para justificar a existência, legitimação, e o silêncio face a cultura do estupro em si e a que sustenta, por essa via, a designação estupro como arma de guerra em situações de conflito armado. Portanto, propõe-se criticar a primazia que é dada aos contextos que justificam a cultura de estupro, quer em situação de paz quer de conflito armado. Esta análise apoia-se no debate teórico dos estudos culturais e de gênero que visam a transformação social através de uma abordagem crítica, capaz de questionar padrões socioculturais de opressão a grupos sociais tendo como fundamento a classe social, a raça e o gênero (Álvares e Silveirinha 2005; Albuquerque Júnior 2010; e; Mendonça, Medeiros e Curi 2019). Para melhor enquadramento, Dinah Beck e Bianca Guizzo (2013:173) no artigo intitulado “Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais” consideram que os estudos culturais e de gênero têm a primazia de acolherem todas as possibilidades teóricas questionadoras de “verdades que se pretendem únicas, universais, absolutas e totalizantes”.

Nestes termos, defende-se uma mudança de investimento científico capaz de realizar uma proposta de estudos que se foque nas experiências e discursos das mulheres, meninas, homens e meninos que são sexualmente violentados em contexto de guerra para que a construção de um saber, significado e discurso (representações) sobre a cultura de estupro não

alimente a lógica vigente (muitas vezes excludente quando se trate de homens e meninos sexualmente violentados), mas sim apresente uma lógica, uma linguagem e significados alternativos gerados através da vivência de todas as pessoas a quem o estupro desumaniza e silencia. Em “Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia,” Andrea Peres (2011) demonstra o seu ceticismo em relação aos factos usados para elaborar o conceito de estupro como arma de guerra. Na percepção de Peres fica claro o questionamento sobre o fundamento lógico a partir do qual o conceito de estupro como arma de guerra é construído. Assim, Andréa Peres (2011: 141) coloca o seu pensamento nos seguintes termos: “O estupro, a meu ver, foi sim uma arma de extermínio ou genocídio [Bósnia-Herzegovina], mas do ponto de vista do perpetrador. Não acredito que do ponto de vista da vítima ele tenha funcionado dessa maneira, embora tenha contribuído para a limpeza étnica, fazendo com que a vítima não deseje mais retornar para sua vila ou cidade”.

Assim, nas páginas que se seguem pretende-se debater criticamente os discursos que compõem a construção do conhecimento sobre a cultura de estupro, a partir da contextualização histórica deste fenómeno social e das formas pelas quais este se naturaliza, ou se torna um costume levando à sua culturalização.

### **1. Cultura de estupro: abordagem vitimizadora e silenciadora**

A abordagem sobre o que é cultura de estupro centra-se mais nos ganhos e racionalidade de quem a pratica e no conseqüente silêncio das suas vítimas, do que nas perdas e na experiência de quem é sujeito à violência sexual. As abordagens sobre estupro são mais de carácter descritivo, vitimizador e denunciador do que alternativo, agenciador e solucionador. É na transferência da culpa para a pessoa estuprada, defende Campos (2016), que mais uma vez encontra-se a razoabilidade da cultura do estupro. Na recorrência desta prática social está a desculpabilização do agente do estupro bem como a impunidade. Ademais, Andrea Campos recorre ao termo “direito dos homens” para ilustrar a consciência de quem pratica o estupro e a aceitação social deste “direito” que assiste ao homem e que, ironicamente, nega à vítima do estupro o exercício do direito a vocalizar e manifestar-se contra este tipo violência:

Quanto à culpa pela prática do estupro, fosse contra mulheres ou contra os homens mais frágeis, esta, mesmo na prática desse crime macabro, historicamente, revelou-se, inclusive, inexistente. Pelo contrário. Não apenas a

prática seria um “direito” dos homens sobre as mulheres de sua propriedade: esposas, irmãs, sobrinhas e filhas, como poderia se configurar como um troféu, uma conquista, uma expressão de exercício e de consolidação de poder quando as vítimas não pertencessem às suas famílias, às suas cidades, aos seus países (Campos 2016: 6).

Desta forma, reitera-se que ao vitimizar a mulher, realçando as características sociais e ideológicas que a representam de forma objetificada, o sentido criado sobre a cultura de estupro serve para explicar e replicar a norma que subalterna as mulheres socialmente perante a figura masculina, não existindo o conceito objetificação do homem, a lógica da culpa por se nascer e ser naturalmente ou religiosamente “sedutora” justifica e legitima a ação social do estupro contra a mulher. Entende-se por objetificação da mulher o “processo de banalização corpórea, desconsiderando outras esferas. [...] reproduzindo ainda a segregação entre mulheres de bem e as vadias, todas disponíveis para os homens, independente do grupo a que possam pertencer, termo de 1970” (Belmiro *et al. apud* Souza 2021: 4). Deste modo, não é surpreendente e muito menos incompreensível que existam poucos estudos científicos que se atentam à agência e ao significado criados a partir de quem sofre os malefícios do estupro sendo mulheres ou homens, já que a própria produção científica nesta matéria se mescla com a visão estabelecida sobre a razoabilidade do estupro numa lógica hegemónica construída a partir da objetificação da mulher. Gustavo Ferreira em “Representações sociais de violência sexual contra a mulher: a voz das silenciadas” (2020) salienta que os estudos ainda não são estruturados para contemplar “igualdade”:

Não obstante, temos ainda uma literatura focada principalmente em noticiar quais os traumas físicos sofridos por mulheres do que garantir um espaço para que estas mulheres informem questões relacionadas à violência por elas sofrida (Silva, Gomes, Fonseca, Gomes e Arejano, 2018). Outro ponto de destaque refere-se ao fato de a literatura mais comumente abordar o ponto de vista do homem sobre a violência do que devidamente investigar juntamente às mulheres vítimas de violência sobre quaisquer elementos da violência (2020: 4).

Ao reproduzir a perspectiva hegemónica sobre a objetificação da mulher, as abordagens e discursos sobre o estupro não apenas silenciam as vozes das mulheres sujeitas à violência sexual (pela culpabilização derivada da objetificação), como assumem um posicionamento que reforça a lógica patriarcal que torna invisível outras alternativas reais sobre a experiência de

estupro vivida por homens hétero e homossexuais (aqui inclui-se crianças do sexo masculino). É neste contexto que se lançam argumentos sobre as causas sociais e culturais do estupro em mulheres, mais do que procurar construir um sentido que valorize a experiência de quem vivenciou o estupro. Para Santos, “a intenção ao estuprar uma mulher é, portanto, a imposição de poder e controle sobre o corpo da vítima, o qual conjectura como um objeto de dominação” (Santos *apud* Sommacal e Tagliari 2017: 248), sendo “o estupro [...] uma maneira de exercer o domínio sobre a mulher da forma mais violenta possível, ou seja, a partir do controle do seu corpo. O ato da penetração no estupro é um ato de domínio masculino sobre o corpo feminino” (Matos *apud* Almeida 2016: 127). Ademais, no estudo denominado “These Women, They Force Us to Rape Them’: Rape as Narrative of Social Control in Post-Apartheid South Africa” (2006), Helen Moffett mostra que a pobreza e a falta de emprego, os resquícios da violência vivida no regime segregacionista do *Apartheid*, bem como o consumo de álcool constituem as principais motivações para o crescimento de casos de estupros de mulheres por homens na República da África do Sul. No entanto, o estudo, apesar de reconhecer que até bebês têm sido estuprados, cinge-se mais às mulheres adultas; ou seja, há menção a outras possibilidades de estupro que não incluam mulheres, mas não é dada a mesma relevância que às mulheres adultas.

Deste modo, as realidades e verdades sobre o estupro que não sejam femininas (aqui inclui-se mulheres transsexuais) são excluídas e silenciadas, reproduzindo assim um modo patriarcal de ser, estar, pensar e produzir conhecimento sobre a sexualidade, que ainda se assenta na heteronormatividade. Alguns exemplos são dignos de realce: “O presente artigo versa sobre a cultura de estupro e tem como objetivo demonstrar as principais características que sustentam a vigência dos comportamentos e costumes discriminatórios da mulher e também do culto à violência e ao estupro” (Sommacal e Tagliari 2017: 246) ou então “Para esse trabalho considera-se a análise apenas no âmbito feminino, não desconsiderando o fato ou sofrimento de pessoas estupradas do sexo masculino, mas apenas tentando delimitar, em virtude do tempo e conteúdo disponível, o tema da cultura do estupro somente em violências praticadas contra às mulheres” (Souza 2021: 2).

Considera-se assim que conceptualizar e incluir apenas a mulher (num contexto heteronormativo) como vítima de estupro é paradoxal nas abordagens sobre estupro quer em tempos de conflito armado quer em

tempos de paz, pois, ao mesmo tempo que se justifica o seu silêncio por supostamente sentir culpa de uma ação violenta contra a sua dignidade e integridade, também se assume (pela vitimização/objetificação da mulher) a incapacidade e a fraqueza desta mulher em ser autora do seu próprio discurso sobre a experiência traumática do estupro e, por essa via, perde-se a oportunidade de produção de um pensamento e conceito alternativo, inclusivo, abrangente e agenciador sobre estupro. O estudo “Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço” desenvolvido por Mariana Rost e Miriam Vieira (2015) argumenta que o foco científico nos fatores que determinam o paradoxo culpa versus vitimização da mulher continua determinante para conceituar a cultura de estupro:

Tal compreensão evoca a culpabilização das mulheres em caso de violência sexual: a agressão passa a ser responsabilidade delas, que a legitimariam a partir de suas decisões de como se vestir, se comunicar ou viver a sua vida, especialmente no campo sexual e afetivo. Este fenômeno vem sendo designado e denunciado por ativistas feministas como cultura do estupro (2015: 262).

Por outras palavras, o conceito de cultura de estupro atualmente existente é passivo e não ativo; é descritivo-analítico e não crítico-alternativo; é restrito ao feminino; não aberto a uma perspectiva global-humana e; por fim, é excludente e não inclusivo a todas as possíveis experiências que a violência sexual pressupõe ou pode pressupor. Marlise Almeida demonstra em “A banalização da violência contra as mulheres e a ‘cultura do estupro’ no Brasil” (2016) que se deve incorporar alternativas de causalidade quando se aborda o estupro de mulheres, que ajudem no processo de desconstrução e desnaturalização da violência sexual contra as mulheres. Assim, Almeida considera que “É muito comum responsabilizarem a vítima pelo estupro com perguntas como: “Onde você estava?”, “Em qual horário você estava andando?”, “Que roupa usava?”. Todas essas justificativas são descabidas. O exercício da dominação só tem justificativa na sanha do dominador. O responsável pela violência é quem perpetra a violência” (Almeida 2016: 127). Há assim outros fatores a considerar para além da “naturalização da violência” como atribuir a culpa à vítima, questionando as condições em que ocorreu o crime – lugar, horário, roupa.

Ainda sobre a naturalização social da violência sexual contra a mulher, conceptualizada como cultura do estupro, Nielsson e Wermuth (2018) apoiando-se em Tiburi (2016) explicam que é dentro desta banalização assente na objetificação permissível socialmente sobre a mulher que se torna

invisível a problemática do estupro enquanto ato repugnante na perspectiva de quem o pratica. Desta maneira, o estupro torna-se problema na perspectiva de quem se torna culpável por ter sido estuprado/a. Tiburi explica que “neste contexto, vige uma mentalidade que não vê como algo problemático que um homem estupe uma mulher. [...] mas uma simples manifestação de um ‘estranho direito sobre uma mulher ou outra pessoa estuprável’” (Tiburi *apud* Nielsson e Wermuth 2018:177).

## **2. A desculpabilização do agente do estupro**

Se as abordagens sobre o estupro até aqui expostas centram-se na mulher como vítima do estupro, dentro de uma lógica de culpabilização e consequente silêncio; o olhar sobre o papel particular do homem no exercício e manutenção da cultura de estupro é conduzido através de uma narrativa que remove deste agente do estupro a sua responsabilidade pelos danos diretos que a sua agressão sexual causa à sua vítima. Quinan refere-se, no seu trabalho de licenciatura, “Abuso ou sedução? Uma análise da cultura do estupro em novelas brasileiras” (2016), à construção social baseada na vulnerabilidade da mulher face ao fenómeno de estupro. Às mulheres, defende Quinan, deve ser ensinado a possibilidade de estupro e, portanto, a atentarem-se para que não lhes recaia esta possibilidade. A autora argumenta esta possibilidade nos seguintes termos: “Desde jovem, recai sobre a mulher a responsabilidade de prevenir o abuso sexual, ao mesmo tempo em que o homem não aprende sobre consentimento, pelo contrário, é ensinado que o corpo da fêmea é uma extensão do seu próprio poder” (2016: 1).

Da mesma forma que acontece com a mulher, faltam abordagens e estudos sobre a perceção da responsabilização do homem em relação ao estupro por este praticado, bem como a inserção de variáveis que permitiriam pelo menos descrever a racionalidade, ainda ausente, sobre estupro de meninas e meninos e de homens heterossexuais em momentos de conflito e de paz.

Sobre este assunto, recorre-se mais uma vez a Andréa Peres em “Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia” (2011), para incitar o debate sobre a violência sexual praticada contra homens (no contexto heteronormativo) que indica que existem relatos de violência sexual cometidos contra prisioneiros homens na guerra ocorrida na Bósnia e igualmente contra crianças para além das mulheres. Peres apresenta os detalhes:

Nesses campos, segundo depoimentos ouvidos por Vulliamy [jornalista na Bósnia], os prisioneiros eram humilhados das mais diversas formas, [...],

como serem forçados a terem relações sexuais uns com os outros. [...]. Meldijana, pesquisadora explica, contudo, que não foram somente mulheres estupradas na guerra, mas também homens e crianças (2011: 127).

Mais exemplos que colocam em causa a negligência, invisibilidade e exclusão de uma conceptualização mais global-humana sobre cultura de estupro, mostram que casos de estupro têm ocorrido contra homens hétero e homossexuais em estabelecimentos prisionais militares, por exemplo, bem como em zonas de conflito. Assente numa premissa de feminização e vergonha, homens heterossexuais, principalmente, tendem a não exporem, denunciarem, verbalizarem e por isso a não tornarem este tema numa agenda política importante à luz dos direitos humanos. Pode-se afirmar que numa lógica diferente, mas igualmente silenciadora, a cultura de estupro se operacionaliza e se legitima nos homens enquanto vítimas de violência sexual. É difícil dizer se existe um sentimento de culpa, à semelhança das mulheres no mesmo contexto, pois os relatos de homens são mais evasivos do que aqueles prestados e existentes sobre os traumas vividos pelas mulheres estupradas. Mas, evidencia-se a existência do silenciamento dos homens estuprados perpetuado pelo medo da feminização social destes homens, caso a sociedade saiba do que lhes acontece ou aconteceu.

De forma específica, o artigo jornalístico de 2011 como título “Rape as a Weapon of War: Men Suffer, Too” de Emily Rauhala, publicado pela *Time* indica que os homens também sofrem estupros em contextos de guerra. Neste artigo, a jornalista Emily Rauhala traz evidências de abusos sexuais praticados entre homens, tanto em zonas de conflito como em centros de detenção. Rauhala observa que a homofobia e os valores fortemente presentes entre as vítimas sobre preservação da masculinidade limita a denúncia e a procura de cuidados de saúde pelos homens em casos de violação sexual. Ademais, há falta de preparo do pessoal médico para detetar casos de estupro em homens. A jornalista termina enfatizando que se faz importante falar e reportar violência sexual contra homens e meninos dado que vai contribuir para reduzir o estigma, levando a que o apoio necessário seja providenciado a estas vítimas de estupro:

Talking about sexual violence against men and boys helps shatter stigma, which, hopefully, will result in more support for survivors. It also challenges rigidly-defined gender roles that cast men as hyper-masculine sexual aggressors and women as passive victims. Tackling this narrative is one step toward ending violence against women, as well as violence against men” (Rauhala 2011: s/p).

Portanto, a perda da masculinidade e o valor inferior associado à feminilidade parece ser essencial para explicar o silêncio dos homens vítimas de estupro quer em tempo de paz quer de conflito armado. Seria, então, importante incluir nestes debates, temas que ajudem a desnaturalizar a objetificação da sexualidade feminina, pois, socialmente torna-se válido que no ato sexual a mulher seja o “agente” passivo e que o homem representa assim o “agente” ativo. Por isso, violar outro homem significa feminilizá-lo, mas violar uma mulher significa afirmar essa masculinidade ativa, esse direito a possuir esse corpo considerado sedutor, feminino, objeto de prazer masculino. Deste modo, defende-se que apenas quando se puder naturalizar o direito a uma sexualidade ativa de homens e de mulheres (dentro de uma lógica global-humana, que inclua relações homoafetivas e héteroafetivas) como um valor humano dual, será possível a produção de um conhecimento sobre cultura de estupro dentro de uma visão e ideal globalizante e respeitador dos direitos humanos sexuais de homens e mulheres, meninos e meninas.

É dentro deste espírito que se aponta a necessidade de uma reavaliação do conceito e racional em torno da cultura de estupro, pois, apoiando-se em Luce Irigaray (2002), Bianca Gonçalves (2018) argumenta, na sua dissertação de mestrado intitulada “# EstuproNãoÉCulpaDaVítima: As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro cometido no Rio de Janeiro” (2018), que o conceito de estupro ainda se baseia no preceito colonial de um “sujeito” representado por um homem do ocidente e de um “sujeito outro” representado por uma mulher ou outra pessoa diferente do “sujeito”, inferindo-se aqui igualmente dinâmicas raciais e geopolíticas. Gonçalves (2018) acrescenta:

Ainda que desde o final do século XIX o pensamento filosófico se volte para a questão do Outro, admitindo diferentes identidades, o molde substancial, o modelo representativo ideal do Sujeito humano ainda era aquele do homem ocidental adulto. Os Outros são o que são: outros, meras cópias inferiores, falhas naquilo em que a apresentação do eu fugisse do molde uno” (2018: 26).

Este Outro, no entanto, é muitas vezes restrito às características femininas dentro da ideologia patriarcal (fraqueza, fragilidade, vulnerabilidade, falta de um protetor, fracasso ou derrota), senão à própria mulher em si, o qual (o Outro) deve ser mantido num lugar subalterno e que resistindo deve ser punido pelo sujeito. A lógica que explica o lugar subalterno da mulher, aquilo que a torna “Outro” no âmbito dos estudos de género racionaliza a existência da sua inferioridade e vitimização bem como a sua culpabilização

social. Heliana Nardin em “Natureza, cultura e identidade em Beauvoire em Paglia” (2000) elucida: “Nela, o homem não reconhece um semelhante, porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e, portanto, de pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida. É essa ambivalência do Outro, da mulher, que irá refletir-se na sua história e da humanidade” (2000: 68). Portanto, é por ser esse Outro distinto do Sujeito que se manifesta a subalternação da mulher que vai justificar, por exemplo, a cultura permissiva de violência sexual contra ela, explica o pensamento feminista. “a efetividade da estratégia do estupro é parcialmente pautada nos estereótipos de gênero, ao ponto que enquanto às mulheres é imposta uma feminilidade que remete aos conceitos de paz, virgindade e fragilidade, aos homens e à masculinidade cabe o papel de defensor e perpetuador de violência” (Moraes e Coimbra *apud* Treis e Morais 2018: 109-10).

Num outro âmbito, a instauração do medo e a normalização da possibilidade de estupro como recurso para manter o Outro dentro dos padrões que assegurem a superioridade da masculinidade sobre a feminilidade faz com que, dentro da abordagem feminista sobre o estupro, o papel do homem (sujeito) seja descrito como aquele a quem recai o direito de estuprar não somente para satisfação sexual, mas para exercer poder ou a sua masculinidade. “O estupro, por sua vez, representa peça indispensável no funcionamento da máquina patriarcal: caracteriza um processo consciente de intimidação por meio do qual todos os homens mantêm todas as mulheres num estado de medo” (Brownmiller *apud* João Pessoa 2015: 39). Mais, ao Outro cabe conformar-se com a possibilidade de estupro e manter-se alerta sobre a hipótese de ser estuprada/o:

Para Brownmiller (1993), na sociedade patriarcal, a posse da mulher é o símbolo do sucesso masculino e a sua defesa, motivo de orgulho para o homem. O estupro na guerra, portanto, seria uma mensagem entre os homens, em que o lado derrotado perde todas as ilusões de poder e propriedade” (Peres 2011: 138).

Nestas circunstâncias, explica a abordagem feminista, o sistema de justiça é regido pela norma social que aceita a possibilidade de estupro e por isso vê no Outro a infração que levou ao estupro. De forma particular, às mulheres é lhes atribuída a culpa e o questionamento da sua postura enquanto ser subalterno, diferente de um sujeito racional, garante da ordem e responsável por agredir em caso de ameaça ou estímulo à sua masculinidade. Paiva e Sabade alertam para o facto de que “é muito comum encontrar

decisões judiciais em que o foco de discussão não é a violência sexual sofrida pela vítima (seja esta uma adolescente ou uma mulher adulta), mas o seu comportamento, a sua ‘moral sexual’” (2018: 115). Aliás, a masculinidade encontra fundamento devido a sua suposta racionalidade, que se pressupõe estar acima dos atributos físicos, sensuais e emotivos que caracterizam a feminilidade ou o Outro diferente do sujeito de forma mais genérica. O que torna compreensível que “Quando homens reforçam a noção de que ‘todas as mulheres querem ser estupradas’ estão, na verdade, defendendo sua masculinidade, já que o estupro é um ato praticado em defesa da mesma” (Quinan 2016: 7).

Noutros termos, a abordagem feminista também faz o exercício de apontar o racional do comportamento do agente estuprador usando o binário superior e inferior, sujeito e Outro, igual e diferente, faltando assim um investimento numa abordagem que seja de origem etnográfica capaz de responder às experiências do praticante do estupro e ao seu discurso direto sobre a sua percepção sobre responsabilidade. Mais uma vez, a lógica patriarcal domina o sentido que se constrói sobre o que significa estupro na ótica de quem o pratica, assumindo que o agente do estupro se percebe dentro de uma ideologia de poder, não abrindo espaço para explorar outras verdades sobre culpa e responsabilidade em relação a agressão sexual praticada. Alternativamente, evidências colhidas na República Democrática do Congo (RDC) mostram que não existe uma racionalidade de dinâmicas género que fundamente as insanidades cometidas pelos beligerantes (tanto rebeldes como forças governamentais) contra as populações civis. No estudo “Estupro como arma de guerra no direito internacional: Uma análise crítica a partir do conflito na República Democrática do Congo” (2015), Thaís Moraes e Bruna Coimbra assinalam que

Homens armados, sejam soldados ou rebeldes, são retratados como bárbaros e brutos estupradores que mutilam e comem suas vítimas – ou simplesmente como animais. Assim, a violência é descrita como irracional e incompreensível, [...]. Entretanto, pouca atenção é dada à compreensão de como os próprios perpetradores interpretam suas ações violentas” (2015: 359).

Depreende-se, neste contexto, que o sujeito é desumano, desprovido de sentimento de culpa e sentido de responsabilidade sobre o mal que pratica. Deixa-se de lado variáveis que possam incluir os efeitos negativos que esta agência da masculinidade que se quer superior geram no lado humano de quem deve constantemente se manter guardião de uma ordem social que se

sustenta na opressão, na retirada da dignidade e integridade de um Outro que sendo igualmente humano pretende alcançar o direito a liberdade de ser Outro, diverso, diferente e por isso complementar do sujeito. Desta forma, Moraes e Coimbra mostram ainda que não é universal que exista um fim político explícito que racionalize estupro como arma de guerra, já que no caso do conflito armado na RDC, soldados entrevistados afirmaram não terem recebido ordens para estuprar. No entanto, como se vai observar, existe mesmo assim um esforço para tornar militarmente aceitável a cultura de estupro; na ausência de ordem explícita para estuprar conforme a citação demonstra, existe “uma ordem implícita, seguida de uma ausência de ordens específicas de não estuprar, associado à atitude segundo a qual o estupro é inevitável” (Baaz e Stern *apud* Moraes e Coimbra 2015: 362).

A pergunta que não pode calar é: qual a necessidade de tornar racional e compreensível um ato tão desumano e forçá-lo a enquadrar-se num conceito militar cujo sentido manifesto e concedido pelos próprios perpetradores indica uma via contrária de entendimento? Não houve ordens superiores para estuprar, sendo assim e a partir deste facto evidenciado pelos próprios soldados, questiona-se de que forma se pode compreender estupro em contextos de guerra que não seja como arma de guerra? Nada indica que houvesse intenção militar nestes estupros. Mais, estas tentativas de interpretar os factos e evidências trazidas pelos soldados de guerra que se reconhecem como estupradores, de forma a justificar por eles a violência sexual praticada, mostra a naturalização para a desculpabilização do agente de estupro mesmo em contextos onde estes se declaram responsáveis pelos seus próprios atos. Porquê da necessidade de terceirizar a culpa com afirmações como “Eles concluíram que, no caso específico da RDC, se o estupro deveria ser entendido como arma de guerra, seria ‘como uma autorização implícita, seguida de uma ausência de ordens específicas de não estuprar, associada à atitude segundo a qual o estupro é inevitável’ (BAAZ; STERN, 2010).” (de Moraes e Coimbra 2015: 362)

Estas indagações abrem espaço para compreender de que forma teorizar estupro como arma de guerra em situações de conflito sugere uma apologia a própria cultura de estupro.

### **3. Estupro como arma de guerra: uma legitimização desta cultura?**

Definir os estupros horrendos contra as mulheres e meninas em situação de conflito armado como sendo arma de guerra é encontrar e mostrar sentido

num ato desumano e selvagem que se pratica contra mulheres inocentes e desprovidas de qualquer meio de defesa e proteção familiar bem como estatal. Os relatos de estupros coletivos e múltiplos praticados diariamente, gravidezes forçadas, armas de guerra inseridas nas genitálias das mulheres, estupros públicos, desrespeito pelos princípios culturais e religiosos que regem a sexualidade feminina, e a objetificação das mulheres e meninas como prémios de guerra são qualificados como sendo estratégias de guerra que visam humilhar e feminizar os derrotados (e não as derrotadas) de um conflito armado (Peres 2011; Lopes *et al.*, 2015; Marques e Alves 2017; Passos e Losurdo 2017 ; Treis e Moraes 2018). Assim, Moraes e Coimbra (2015) questionam: “seria tal classificação efetivamente uma contribuição aos direitos das mulheres em âmbito internacional? E, por outro lado, de que forma tal conceituação limita o que podemos entender sobre a prática de violência sexual em conflitos?” (2015: 349).

Sendo assim, reitera-se que a lógica patriarcal assente no conceito de estupro como arma de guerra nega a estas mulheres o direito de serem elas a qualificarem, nomearem, expressarem, tornarem acessível as suas dores e sentido sobre ao que a elas aconteceu de forma literal, vívida e singularmente. Às mulheres é lhes atribuído um valor simbólico e coletivo sobre o que elas viveram, sentiram e experimentaram de forma física, emocional e psicológica. Assim mesmo, o estudo “Estupro de guerra: O sentido da violação dos corpos para o direito penal internacional” (2017) de Kennya Pasos e Federico Losurdo volta a descrever e racionalizar o sentido pretendido com estupro como arma de guerra explicando que violar mulheres de zonas conquistadas pelos soldados “equivale à manifestação da soberania sobre o respectivo território” e que “obrigar as mulheres a gerarem filhos do invasor” é legitimado pelo sentido de “limpeza étnica” (2017: 157).

A partir desta lógica, compreende-se que há um ciclo permanente de fechamento de espaço para um pensamento humano sobre o que representa ser obrigada a ter um filho de um total desconhecido, ser usada como território conquistado e por fim ser objetificada pelos estudiosos de género. Reforça-se aqui a ideia de que o silêncio da mulher estuprada é perpetuado ao se pretender entender dentro de um racional assente no militarismo masculinizado a experiência de um feminino alheio e passivo às determinantes e regras do conflito armado. Como se demonstra, as mulheres dizem que não percebem por que são agredidas sexualmente: “Comumente, vítimas argumentam que não sabem por que são estupradas/escolhidas (isto é, nada foi dito)” (Baaz e Stern *apud* Moraes e Coimbra 2015: 359).

Consequentemente, dentro deste racional militar masculinizado vale o que se pretende que seja ou represente estupro num contexto militar e não a verdade e realidade de quem o estupro danificou o seu corpo físico e a sua dignidade enquanto ser humano que é a mulher e a menina, ou mesmo o homem e o menino. Para Tescari,

As mulheres refugiadas e as deslocadas internas são particularmente vulneráveis à violência, em especial a de natureza sexual, que ocorre durante o deslocamento, nos campos de refugiados e no momento da repatriação. Há relatos de estupros e mutilações sexuais nesse contexto por membros de grupos armados, pela polícia local e mesmo por outros refugiados (2018: 201).

Ou seja, como explicar que o estupro em contextos de guerra possa ser praticado por todo e qualquer homem que queira tirar proveito da situação destas mulheres totalmente vulneráveis. Indaga-se a plausibilidade de se compartimentar as tendências do estupro em situações de conflito armado e torná-lo lógico somente quando se tem um ganho militar direto, excluindo experiências que sejam “apenas” aproveitamento situacional. Esta situação está refletida no Relatório da UNESCO “Reporting on violence against women and girls” (2019) que conclui que “Rape is often used as a strategy during war, a weapon designed to destroy men by stigmatizing their descendants through attacking women. This type of planned violence has been acute in many conflicts” (UNESCO 2019: 83). O debate que se levanta, tendo em conta a pessoa sujeita ao estupro é, se faria alguma diferença ser estupro/a por um/vários militar(es) rebelde(s), das forças governamentais, por policiais, por civis, por forças da ONU, num campo de refugiados ou dentro da zona de conflito? A quem interessa esta compartimentação e qual a importância que se dá a experiência da “pessoa estuprável” (Tiburi *apud* Nielsson e Wermuth 2018: 177) na formulação de um conceito sobre estupro em contextos de conflito armado?

Vale lembrar que existem numerosos relatos nos média internacionais de violação sexual praticada por elementos do corpo de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) em campos de refugiados e em zonas de conflito como “ONU acobertou casos de abuso sexual por capacetes azuis” título da *DW* em março de 2016<sup>1</sup>; “Escândalo sexual no Congo envolve tropas

---

<sup>1</sup> Disponível em (<https://www.dw.com/pt-br/onu-acobertou-casos-de-abuso-sexual-por-capacetes-azuis/a-19092800>)

da ONU”<sup>1</sup>, BBC Brasil em agosto de 2006; “Capacetes azuis da ONU pagaram por sexo com crianças na República Centro-Africana”<sup>2</sup> reportou o Jornal *Público* em janeiro de 2016. Neste cenário, é contínuo o debate sobre a reformulação do conceito de cultura de estupro e de estupro como arma de guerra em zonas de conflito e campos de refugiados, uma vez que numa perspectiva dos direitos humanos toda a experiência de estupro deve ser validada como crime de guerra. As evidências mostram que existe uma clara alusão a um militarismo que desculpabiliza e invisibiliza o agente estuprador como um ser humano capaz de responder pelos seus atos, bem como silencia todas as pessoas, de todas as idades e gêneros que sofrem os malefícios desta agressão sexual.

Assim, defende-se que ao se pretender apenas retratar os terrorismos sexuais contra as mulheres e meninas em contextos de conflito armado, excluindo verdades e vivências sobre estupro de homens e meninos, nada mais se espera do que apagar, negar e silenciar o existencialismo de uma cultura de estupro cuja missão é brutalizar o ser humano e não somente exercer poder contra as mulheres e meninas. No artigo “Guerra de imagens e imagens da guerra: Estupro e sacrifício na guerra do Iraque Guerra do Iraque” (2007), Carmen Rial demonstra que a experiência do estupro praticada contra homens em zonas de conflito armado continua pouco estudada e relatada devido ao silêncio e a vergonha impostas pela lógica da masculinidade que não é contestada, apenas descrita nos estudos sobre estupro como “arma de guerra”:

Durante as ditaduras militares na América Latina, nas décadas de 70 e 80, [...] também homens militantes de esquerda foram metodicamente estuprados e até castrados. O silêncio em relação às agressões sexuais envolvendo homens foi e é ainda maior do que os estupros implicando mulheres, como se, nesses casos, a vergonha da vítima fosse ainda maior” (2007: 145).

Faltando assim, uma abordagem neutra, inclusiva e humanizada (não somente militarizada e masculinizada) sobre a realidade dos estupros em momentos de conflito armado e as suas diferentes nuances macabras. De acordo com Peres (2011), há uma tendência a naturalizar estupros de mulheres e a legitimar, através do recurso à invisibilidade de estupros contra homens

---

<sup>1</sup> Disponível em ([https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817\\_rdcongoexploracaoebc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817_rdcongoexploracaoebc))

<sup>2</sup> Disponível em (<https://www.publico.pt/2016/01/12/mundo/noticia/capacetes-azuis-da-onu-pagaram-por-sexo-com-criancas-na-republica-centroafricana-1719915>)

e crianças, o sentido de estupro como arma de guerra enquanto conquista de território inimigo e limpeza étnica sob os quais unicamente a mulher se torna um meio de construção de uma lógica militar pela objetificação, vitimização e culpabilização. Para Peres,

Um segundo ponto que o mote não atenta é o fato de que homens e crianças também foram estuprados ou sofreram violência sexual. Concordando com Cahill (2001), no caso da guerra na Bósnia, essa ênfase, de fato, minimiza o dado de serem as mulheres as principais vítimas de estupro, embora “aumente” as atrocidades dos perpetradores, como se o estupro de homens e crianças fosse “piores” do que os estupros de mulheres. Há uma hierarquia de plausibilidades. A violência sexual contra a mulher é vista como algo mais normal, mais dizível, mais compreensível, do que a violência sexual contra homens, crianças e idosas (2011: 139).

#### **4. Repensando a conceptualização sobre estupro como arma de guerra**

Existe uma simbiose relevante entre os Estudos Culturais e os Estudos de Género. Embora tenham surgido em momentos distintos, os Estudos Culturais nos finais da década de 50 e os estudos de género em meados da década de 70, ambos se dedicam à contestação das dinâmicas sociais e culturais que estabelecem identidades, símbolos e significados sobre relações desiguais de poder que geram desigualdades sociais. (Mendonça, Medeiros & Curi 2019; Álvares & Silveirinha 2005; Gonçalves 2018; Baptista 2009). Fundado a partir do pressuposto marxista de lutas de classe promovidas pela ideologia capitalista que determina relações de produção de capital desiguais que geram classes sociais subalternas àquelas que possuem mais e melhores meios de produção de capital, os estudos culturais ocupam-se de promover crítica permanente aos produtos culturais e simbólicos que se criam e recriam na sociedade e que vão (re)construindo normais socialmente aceites, embora nem sempre justas e inclusivas. Assim explica Maria Manuel Baptista, em “Estudos culturais: O quê e o como da investigação” (2009) que “Na verdade, se algum ‘método’ há nos Estudos Culturais ele consiste na contestação dos limites socialmente construídos (por exemplo, de classe, género, raça, etc.) nas mais diversas realidades humanas. A ‘naturalização’ dessas categorias tem sido precisamente objecto de grande contestação a partir dos Estudos Culturais” (2009: 259). Os estudos de género por seu turno, se encarregam de estudar as desigualdades e injustiças sociais e sistémicas geradas a partir

de relações de género nas quais homens e mulheres incorporam papéis culturalmente e socialmente estabelecidos e que determinam hierarquias de poder social opressoras para as mulheres. Scott esclarece que “Assim, a categoria ‘género’ é percebida como unidade própria das relações sociais, constituída primordialmente por diferenças entre os sexos que significam as relações de poder” (Scott *apud* Gonçalves 2018: 22).

Assim, através das pesquisas feitas pelos estudos culturais e de género (feministas), a sociedade passa por uma espécie de monitoria e avaliação dos níveis de opressão, desigualdade, discriminação, acesso a direitos, inclusão e justiça sociais dos diferentes grupos sociais que se formam mediante as estruturas e normativas de funcionamento social, político, económico cultural e mediático existentes. Um dos principais contributos que os estudos feministas trouxeram para os estudos culturais foi incorporar intersecções de género, raça, etnicidade e sexualidade às temáticas socioculturais e de média que constituem as agendas deste campo de estudos.

Na realidade, os Estudos Culturais e os Estudos de Género funcionam como um barómetro sobre as representações sociais e construção de significados, ao operarem como denunciadores das diferentes formas explícitas e camufladas através das quais a ideologia capitalista e patriarcal estabelece e institucionaliza a norma social e mantém a hegemonia cultural e social imutável. De acordo com Beck e Guizzo no artigo “Estudos culturais e estudos de género: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais” (2013), o conceito de cultura passa a incorporar uma dinâmica de tensão permanente entre diferentes posicionamentos ideológicos formadores de multiplicidade de sentidos conforme os grupos e realidades sociais que vão disputando o seu reconhecimento social e político. Ao chamar para si a função de redefinir, questionar, contra-argumentar, construir pensamento e intervir através da permanente crítica às normativas sociais hegemónicas, os estudos culturais e de género não apenas alertam, como contribuem para a melhoria de políticas públicas mais inclusivas e justas, bem como enquadram novos valores e significados sociais capazes de incluir e mudar as representações dos grupos sociais frequentemente marginalizados e oprimidos (2013: 174). Para Baptista, “O que poderemos sublinhar de interesse comum entre estes objectos de investigação é o facto de todos os estudos procurarem revelar os discursos marginais, não-oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz.” (2009: 454-455). Cabe, assim, aos Estudos Culturais criarem e manterem acesos os debates, pesquisas e intervenções sociais através de um olhar crítico aos fenómenos socioculturais, propondo agendas que desconstruam,

ressignifiquem e promovam uma pedagogia social mais esclarecedora sobre os mecanismos pelos quais interesses hegemônicos operam e se reproduzem. Beck e Guizzo alertam que:

Tal vertente teórica e as perspectivas dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais têm se mostrado bastante produtivas para o desenvolvimento de nossas investigações, principalmente pelo fato de trazerem incertezas, indagações, questionamentos, dúvidas e reflexões que nos possibilitam, ao longo de nossos estudos, olhar de modos diferenciados, desconfiados e menos ingênuos ao pesquisado, reorganizando rotas e traçados da pesquisa, sem carregar a necessidade da busca por uma resposta certa, correta, definitiva que viesse para desvendar/solucionar algo (Beck e Guizzo 2013: 173).

Nestes moldes, os Estudos Culturais visam intervir para uma sociedade mais dinâmica e equilibrada quando se trate de gestão das forças sociais operantes enfatizando a crítica social, a busca pela abertura de caminhos mais sensíveis aos direitos humanos e a abordagens e representações sociais que respondam ao desiderato de sociedades que respeitem a diversidade social e que incluam, ainda, todas as possibilidades de conhecimento e experiências existentes, cujos espaços tendem a ser velados quando constituam ameaça ao *status quo*, ou até mesmo quando de forma deliberada ou não são negligenciados tornando-os invisíveis e fora da agenda pública. Álvares e Silveirinha acrescentam que “os significantes constituídos em torno quer da nossa vivência cotidiana, quer de nós próprios tornaram-se alvo de tentativas de desconstrução por parte de praticantes dos estudos culturais, de modo a chamar a atenção para os efeitos materiais e empíricos de práticas culturais ideológicas” (2005: 918).

Neste contexto, surge a crítica à proposta feminista que significa e representa o estupro como um binário homem e mulher, masculino e feminino, superior e inferior, fraco e forte, vencedor e perdedor. Como foi defendido neste estudo, o conceito de estupro é excludente e torna invisível outras dinâmicas fora deste binário de relações de poder exclusivamente entre o masculino e o feminino. Ao se sustentar no pressuposto de que as dinâmicas de gênero geram relações de poder desiguais, o projeto feminista ao mesmo tempo que se centra no despertar sobre o perigo de se naturalizar esta normativa social em que os homens “herdaram” ou “ganharam” o direito a serem superiores, bem como na máxima de que o masculino constitui sempre uma ameaça ao feminino; a teoria feminista também reproduz a dinâmica patriarcal de produção de conhecimento que é parcial, servindo

aos interesses específicos da causa feminista, pois esta fecha-se às diferentes possibilidades em que estas desigualdades de género estão operando.

Ao se propor como uma agenda incómoda ao patriarcado os estudos de género não se fazem inclusivos, mas desagregam a sociedade entre homens e mulheres. Por isso, os estudos analisados apresentam um conceito limitante sobre o estupro e ao usar este conceito para explicar as dinâmicas de conflito bélico, restringem o leque de experiências geradas pelo estupro nestes contextos. Assim, este ensaio defende que a o pensamento feminista, no contexto da representação e significação do fenómeno social estupro, se constitui numa oposição ou negação do patriarcado e não numa alternativa ou proposta genuína de construção de um ideal de uma normatização social inclusiva. Este pensamento assenta na vigilância e monitoria do poder de homens em relação às mulheres e de acesso igualitário de direitos e oportunidades a homens e mulheres, bem como na garantia de que mulheres assim como os homens estejam equitativamente representadas em espaços de poder. No entanto, a teoria feminista não apresenta uma lógica diferente do patriarcado no que tange a conceptualização de cultura de estupro, denunciando apenas a opressão, mas não se constituindo em si como um caminho de ressignificação de todas as possibilidades opressoras quando se trate de estupro enquanto fenómeno social. Como já foi demonstrado na abordagem teórica, faltam elementos que possam explicar o estupro de forma mais real, inclusiva e que respeite a experiência e agência daqueles que foram, por um lado, sujeitos a esta experiência traumática e, por outro, sujeitos desta experiência. Assim, formula-se o conceito de estupro, principalmente em momentos de conflito armado, para que seja discriminador e silenciador de outras possibilidades de verdades que fogem ao binário homem e mulher. Durval Albuquerque Júnior propõe, em “Máquina de fazer machos: género e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças” (2010), que é preciso reconhecer que vivemos num mundo com diferenças e o género é mais uma. Assim, cabe elaborar uma proposta de saberes que valorize, visibilize e inclua todas essas possibilidades de se ser e se fazer diferente, pois a construção de verdades multifacetadas possibilitará um entendimento amplo sobre este mesmo mundo. Albuquerque Júnior esclarece que

Em cada lugar onde estamos, em cada relação onde nos encontramos, na vida de cada um, devemos procurar repensar práticas e formas de pensar, para que possamos ser pessoas melhores, mais afetivas, mais solidárias, mais capazes de se abrir para o diferente, de amar e respeitar o diferente, buscando formar a respeito de cada uma destas diferenças conceitos que evitem o preconceito, o

estereótipo, a descrição rápida e arrogante do outro. É preciso deixarmos de ser machos ou fêmeas para sermos melhores seres humanos (2010: 33).

### **Reflexões finais**

Tendo os Estudos Culturais e Estudos de Género como aliados, o presente estudo mostra-se como uma humilde proposta para indagar e desconstruir o significado atribuído ao terrorismo sexual praticado contra civis inocentes independente do seu género em cenários de conflito armado. Não é excluindo narrativas que não se acomodam a um projeto teórico com origem nas diferenças de género produzidas na formulação de desigualdades sociais entre homens e mulheres, que será possível promover um sentido de justiça e intervenção política que possam reverter tais realidades horrendas experimentadas fora do discurso vigente sobre estupro como arma de guerra. Assim, a presente proposta de crítica ao significado de estupro como arma de guerra pretende estimular uma reflexão sobre o posicionamento proposto pelo pensamento feminista em relação às dinâmicas que sustentam a produção científica quando se trata de estupro e da forma particular de estupro em contextos de conflito armado. Sumariamente, este texto serve para alertar para e analisar leituras alternativas sobre os seguintes aspetos: os efeitos que a masculinidade negativa tem nos homens e nas mulheres, tornando assim este debate mais humanizado, neutro e inclusivo; a redefinição do conceito de estupro em contextos de conflito através de metodologias que permitam tornar presentes e audíveis as vozes sujeitas ao estupro independente do seu género; a incorporação da perceção de responsabilidade e culpabilização dos sujeitos que cometem o estupro; a desmilitarização e a imparcialidade dos princípios sob os quais se elaboram os projetos de pesquisa sobre esta temática, gerando um olhar abrangente, humanizado e aberto a todas as possibilidades através das quais a experiência do estupro é literalmente e simbolicamente vivida; e a possibilidade de tornar a perspetiva feminista sobre o estupro e estupro em contextos de conflito mais abrangente, alternativa, agenciadora e crítica.

Na página da internet da Mukwege Foundation<sup>1</sup> lê-se que “It is crucial that the silence around sexual violence as a weapon of war is broken”, alertando para as consequências físicas, psicológicas, sociais e económicas na vida das vítimas, e a possibilidade de serem excluídas ou silenciadas pelas

---

<sup>1</sup> <https://www.mukwegefoundation.org/connect-survivors-in-a-movement/>

suas comunidades.<sup>1</sup> O silêncio é muitas vezes a única opção para as vítimas se protegerem do estigma associado à violência sexual.

## Referências bibliográficas

Albuquerque Júnior, Durval. 2010. “Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças”. In: *Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB: 21-34. Internet. Disponível em <https://books.scielo.org/id/tg384> (consultado em 2022-02-20).

Almeida, Marlise. 2016. “A banalização da violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no Brasil”. In: *Revista Ágora: políticas públicas, comunicação e governança informacional*, V.1, n1.: 126-131. Internet: Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistaagora/article/view/2623> (consultado em 2022-01-27).

Álvares, Cláudia, e Silveirinha, Maria. 2005. “Introdução à mesa temática estudos culturais e de gênero”. In: Livro de Actas 4.º SOPCOM: 917-921. Internet. Disponível em <https://www.sopcom.pt/actas/alvares-claudia-introducao-mesa-tematica-estudos-culturais-genero.pdf> (consultado em 2022-01-27).

Baptista, Maria Manuel. 2009. “Estudos culturais: o quê e o como da investigação”. In: *Carnets. Revue électronique d'études françaises de l'APEF*. Première Série-1: 451-461. Internet. Disponível em <https://journals.openedition.org/carnets/4382> (consultado em 2022-04-29).

Beck, D. e Guizzo, B. 2013. “Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais”. In: *Holos*, V4: 172-182. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481548606016.pdf> (consultado em 2022-01-08).

Campos, Andrea. 2016. “A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, V. 16, n.183: 01-13. Internet: Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937> (consultado em 2022-01-08).

De Moraes, Thaís Guedes Alcoforado e Coimbra, Bruna Dias. “Estupro como arma de guerra no Direito Internacional: Uma Análise Crítica A Partir Do Conflito Na República Democrática do Congo”. In: *Direito internacional dos direitos humanos*, CONPEDI/UFS: 349-367. Vladimir Oliveira da Silveira, Ana Maria D'Ávila Lopes, Karyna Batista Sposato (Coords.). Florianópolis: CONPEDI: Internet. Disponível em <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/c178h0tg/phc1kv31/n3GXux2Ub2HD8oy2.pdf> (consultado em 2022-06-21).

Ferreira, Gustavo. 2020. *Representações sociais de violência sexual contra a mulher:*

---

<sup>1</sup> 19 de junho, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos; June 19, International Day for the Elimination of Sexual Violence in Conflict.

*a voz das silenciadas*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Internet. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38592> (consultado em 2022-01-13).

Gonçalves, Bianca. 2018. # *EstuproNãoÉCulpaDaVítima: As narrativas construídas no Twitter sobre o estupro cometido no Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. Internet. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/10509> (consultado em 2022-02-28).

Heliana Nardin, Helena. 2000. “Natureza, cultura e identidade em Beauvoire em Paglia”. In: *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas* (Vol. 5). Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Internet. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6878> (consultado em 2022-01-24).

Human Rights Watch/Africa. 1996. Shattered Lives. Sexual Violence during the Rwandan Genocide and its Aftermath. Human Rights Watch Women’s Rights Project Fédération Internationale des Ligues des Droits de l’Homme. Internet. Disponível em <https://www.hrw.org/reports/1996/Rwanda.htm> (consultado em 2022-06-21).

Lima, Lana. 2017. “Cultura do estupro, representações de gênero e direito”. In: *Language and Law/Linguagem e Direito*, V.4, n2: 7-18. Internet. Disponível em <http://aleph.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/3280> (consultado em 2022-01-18).

Lopes, Ana Maria Dávila, Karyna Batista Sposato, e Vladmir Oliveira da Silveira. 2015. “XXIV Encontro Nacional do Conpedi-UFS: Direito Internacional dos Direitos Humanos”. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Florianópolis – Santa Catarina – SC. Internet. Disponível em <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/phc1kv31/ugTPt8t11bw1Y2uz.pdf> (consultado em 2022-04-29).

Machado, Laura. 2020. *Estupro como arma de guerra: violência sexual no contexto do Estado Islâmico (2014–2017)*. (Monografia de Licenciatura). Universidade de Brasília. Internet. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14992> (consultado em 2022-02-05).

Marques, Ana e Alves, Nádia. 2017. “Crimes sexuais contra mulheres em situação de conflito sexual. Crimes against women in conflict situation”. In: REPATS, Brasília, V. 4, n. 1: 324-341. Internet. Disponível em <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8209> (consultado em 2022-04-29).

Martins, Alexandre. 2016. “Capacetes azuis da ONU pagaram por sexo com crianças na República Centro-Africana”. In: *Jornal Público*, 12 janeiro. Internet. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/01/12/mundo/noticia/capacetes-azuis-da-onu-pagaram-por-sexo-com-criancas-na-republica-centroafricana-1719915> (consultado em 2022-04-25).

Mendonça, Fernanda, Medeiros, Rafael e Curi, Guilherme. 2019. “Estudos Culturais e feminismo: deslocamentos teóricos e conceituais”. In: *Cambiassu: Estudos em Comunicação*: 34-49. Internet. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/viewFile/13138/7226> (consultado em 2022-04-29).

Moffett, Helen. 2006. “These Women, They Force Us to Rape Them’: Rape as

Narrative of Social Control in Post-Apartheid South Africa”. In: *Journal of Southern African Studies*, V. 32, n. 1: 129-144, DOI: 10.1080/03057070500493845. Internet. Disponível em [https://www.artsrn.ualberta.ca/amcdouga/Hist446\\_2011/theme%20seminars/women/they%20force%20us%20to%20rape%20them%20SA.pdf](https://www.artsrn.ualberta.ca/amcdouga/Hist446_2011/theme%20seminars/women/they%20force%20us%20to%20rape%20them%20SA.pdf) (consultado em 2022-01-23).

Moraes, Thaís, e Coimbra, Bruna. 2015. “Estupro como arma de guerra no Direito Internacional: uma análise crítica a partir do conflito na República Democrática do Congo”. In: *Trabalho publicado nos Anais do XXIV Congresso Nacional do CONPEDI*, realizado em Aracaju-SE, V. 11. Internet. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1957> (consultado em 2022-04-29).

Paiva, Lívia, e Sabadell, Ana. 2018. “O crime de estupro à luz da epistemologia feminista: Um estudo de casos no STF: Rape crime in the light of feminist epistemology: a case study on the Brazilian Brazilian supreme court”. In: *Delictae Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, V.3, n.4, 110-155. Internet. Disponível em <https://delictae.com.br/index.php/revista/article/view/64> (consultado em 2022-01-08).

Passos, Kenya e Losurdo, Federico. 2017. “Estupro de guerra: o sentido da violação dos corpos para o direito penal internacional”. In: *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Maranhão, V.3, n.2: 153-169. Internet. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210565155.pdf> (consultado em 2022-03-08).

Peres, Andréa. 2011. “Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia”. In: *Cadernos Pagu*: 117-162. Internet. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Y6tTmFHbw5tXdBzTfySjXjG/?lang=pt> (consultado em 2022-01-14).

Quinan, Júlia. 2016. *Abuso ou sedução? Uma análise da cultura do estupro em novelas brasileiras*. (Monografia de Licenciatura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Internet. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5571> (consultado em 2022-01-08).

Rauhala, Emily. 2011. “Rape as a Weapon of War: Men Suffer, Too”. In: *Time*, Aug. 03. Internet. Disponível em <https://world.time.com/2011/08/03/rape-as-a-weapon-of-war-men-suffer-too/> (consultado em 2022-04-25).

Rial, Carmen. 2007. “Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque.” In: *Revista Estudos Feministas*. V. 15: 131-151. Internet. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/FB7mqK33qytwdThpqtW7jBQ/abstract/?lang=pt> (consultado em 2022-01-09).

Ribeiro Larissa, e Grant, Carolina. 2018. “As Consequências Dos Conflitos Armados Sobre Meninas E Mulheres: Um Estudo De Caso Acerca Do Estupro Utilizado Como Arma De Guerra Na Colômbia (The Consequences of Armed Conflicts on Girls and Women: A Case Study about the Rape Used as a War Gun in Colombia)”. *SSRN 3286661*. Internet. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3286661](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3286661) (consultado em 2022-04-08).

Rost, Mariana, e Vieira, Miriam. 2015. “Convenções de gênero e violência sexual: A cultura do estupro no ciberespaço//Gender and sexual violence conventions:

the rape culture in cyberspace”. In: *Contemporânea*, 13(2): 261-276. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13881> (consultado em 2022-02-15).

s/a. 2006. “Escândalo sexual no Congo envolve tropas da ONU”. BBC Brasil, agosto. Internet. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817\\_rdcongoexploracaoebc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/08/060817_rdcongoexploracaoebc) (consultado em 2022-04-24).

Scholz, Flávia. 2018. “Gênero e as Relações Internacionais: o Uso da Violência Sexual como Arma de Guerra”. In: *Revista Cadernos Internacionais*, V.1. Internet. Disponível em [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=33621&NrSecao=Artigos&conteudo=33490](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_cadri.php?strSecao=fasciculo&fas=33621&NrSecao=Artigos&conteudo=33490)

Slanjankic, Azer. 2016. “ONU acobertou casos de abuso sexual por capacetes azuis”. In: *DW*, 3 março. Internet. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/onu-acobertou-casos-de-abuso-sexual-por-capacetes-azuis/a-19092800> (consultado em 2022-04-29).

Sommacal, Clariana, e Tagliari, Priscila. 2017. “A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima”. In: *Revista da ESMESC*, V.24, n30: 245-268. Internet. Disponível em <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/169> (consultado em 2022-04-24) (consultado em 2022-04-24).

Souza, Kelly. 2021. “Cultura do estupro: a culpa não é sua (da sociedade para vítima)”. In: *REVISTA HUM@ NAE*, V. 15, n. 2. Internet. Disponível em <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/814> (consultado em 2022-04-21).

Tescari, Adriana. 2018. “A violência sexual contra a mulher em situação de conflito armado”. In: Vitale, D., and Nagaminem R., eds. *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção* [online]. Salvador: EDUFBA, 2018: 200-231. Internet. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6tdtg/pdf/vitale-9788523218638-09.pdf> (consultado em 2022-03-24).

Treis, Maria, e Morais, Pâmela. 2018. “Estupro Genocida: como a tática de guerra marcou a sociedade ruandesa”. In: *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, V. 11, n. 21. Internet. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/87176> (consultado em 2022-04-24).

UNESCO. 2019. *Reporting on Violence against Women and Girls: A handbook for journalists*, Disponível em <http://en.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en> (consultado em 2022-04-21).

Wermuth, Maiquel, e Nielsson, Joice. 2018. “A carne mais barata do mercado: Uma análise biopolítica da ‘cultura do estupro’ no Brasil”. In: *RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, V.34, 171-200. Internet. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/26835> (consultado em 2022-03-01).

## **A ECONOMIA DAS TROCAS POLÍTICAS: FAMILISMO, NEPOTISMO, PATROCÍNIO E CLIENTELISMO**

*Esser Jorge Silva (UTAD / CECS)*

### **ABSTRACT**

This paper focuses on politics as culture and demonstrates how peripheral geographical location and customary modes of actors sustain and normalize community political relations, orienting them towards practices of familism, nepotism, patronage and clientelism.

The research addresses the political interactions of a community, draws on critical discourse analysis, draws on intersectional listening of policy actors, and is supported on phenomenological and ethnomethodological perspectives to produce a comprehensive analysis of the judging strategies and practical conception of relations to and from power.

The study demonstrates how the behavior that forms a political culture varies according to the geography of its production, being the result of idiosyncrasies markedly marked by forces whose components are manifested in the form of socioeconomic relations. Contributing to this reality are factors located in the endogenesis of local social structures, responsible for transforming acts of political management into particular relationships of manifestation of personal power, converted into economic power.

Keywords: political culture, patronage, political economy, patrimonial domination

### **RESUMO**

Este trabalho centra-se na política como cultura e demonstra como a localização geográfica periférica e modos costumeiros dos atores sustentam e normalizam as relações políticas comunitárias, orientando-as para práticas de familismo, nepotismo, patrocínio e clientelismo.

A pesquisa aborda as interações políticas de uma comunidade, socorre-se da análise crítica do discurso, alicerça-se na auscultação entrecruzada dos atores da política e sustenta-se nas perspetiva fenomenológica e etnometodológica para produzir uma análise compreensiva das estratégias de ajuizamento e conceção prática das relações *de* e para *com* o poder.

O estudo comprova como as condutas formadoras de uma cultura política variam de acordo com a geografia da sua produção, sendo estas o resultado de idiossin-

crasias marcadamente vincadas por forças cujos componentes patenteiam-se na forma de relações socioeconómicas. Contribuem para esta realidade fatores localizados na endogénese das estruturas sociais locais, responsáveis pela transformação dos atos de gestão política, em relações particulares de manifestação de poder pessoal, convertidos em poder económico.

Palavras-chave: Cultura política, patrocínio, economia política, dominação patrimonial.

Recebido em 15 de agosto de 2021.

Aceite em 10 de janeiro de 2022.

## **Introdução**

Esta investigação persegue a compreensão dos modos de construção de uma cultura política numa região do norte de Portugal. Serve-se da observação sistemática no terreno sendo produzido a partir das estratégias discursivas e exploração dos dados imediatos de consciência (Bergson 2013) demonstradores de práticas de sedução e domínio segundo um processo de dependência e resignação, instituídos como cultura rotineiras da ação política. O trabalho segue a tradição pluridisciplinar que caracteriza as *cultural studies* (Hall et al. 1980) que articula estudos de comunicação com sociologia e antropologia, formando estes três vetores as veias fundamentais do tronco desta área de conhecimento humano e social (Martins 2011:271). Através desta conexão as *cultural studies* interrogam o “modo como a cultura de um grupo social [...] funciona como contestação da ordem social, ou então, inversamente, como reconforto das relações instituídas de poder e dominação” (Martins 2011:31). O estudo segue a perspectiva segundo a qual é mais proficiente pensar nas preferências políticas como enraizadas na cultura política do que perseguir bases alternativas, como por exemplo esquemas ou ideologias (Laitin e Wildavsky 1988).

No espaço geo-social e político de Celorico de Basto, o isolamento geográfico, a condição periférica e a visão estreitada dos atores introduzem uma realidade que circunda a geografia humana em particularidades estratégicas comumente reconhecidas como válidas na vida de todos os dias (Goffman 1993). Imperam modos naturalizados que remetem os indivíduos para o costumeiro e relevam uma espécie de “atitude natural” colhida nas “condições para as ações de acordo com os objetivos à volta” não se podendo descurar “a vontade e as intenções de outros com quem se tem de cooperar ou lidar” (Schütz 1970:17), principalmente quando se trata de relações de poder. A crença quiescente no volume de conhecimento organiza a propensão pragmática cujo protocolo interno de confiança “evita que o indivíduo, enquanto permanece em atitude natural”, procure um conhecimento que é necessário para a realização de suas operações e planos práticos”. Genericamente as suas ações decorrem acriticamente segundo “um caráter de rotina” (Schütz 1970:18).

O campo político, constituído segundo uma espécie um domínio recursivo comum tem, na especificidade do manejo linguístico, uma pertinente aproximação à noção de *membro* (Coulon 1988:50). Um indivíduo

está convertido em *membro* quando surge associado “a um grupo, uma instituição, o que requer o manejo progressivo de linguagem institucional comum” (Coulon 1988:51). A partir do momento em que o agente se sente afiliado na totalidade ao domínio político passa a ser um *membro* dessa área e, nessa qualidade, não mais necessita de se interrogar sobre o que faz ou diz. O trabalho aqui vertido convoca os “membros” para que a realidade por si construída se revele para além da comunidade.

O estudo demonstra como as condutas da ação política apresentam-se vincadas por forças cujos componentes são evidenciados na forma de relações socioeconómicas. Neste particular, os princípios fenomenológicos aqui invocados, complementam-se com as ideias de Garfinkel (2006) e aos seus estudos em etnometodologia. A etnometodologia expressa as estratégias e os recursos práticos usados pelos indivíduos “para dar sentido, e ao mesmo tempo, realizar as suas ações de todos os dias” (Coulon 1988:32), nomeadamente no uso de fórmulas rotineiras regularmente reveladas na comunicação. Concentra-se na atenção dos atores para o recurso a indexações e o modo como se sustentam no conhecimento daquilo que é desejado pelo mundo para delinear as suas interações e as produzirem de acordo com o desejado do mundo. O recurso a um catálogo recursivo apreendido e reservado – a *indexalização* – constitui uma espécie de antecâmara onde residem as reservas (Coulon 1988:34–37), já testadas em quadros de experiência pelo histórico das ações (Goffman 1986). Cabem lá os recursos linguísticos descodificados e indexados, disponíveis para manterem as práticas sociais coerentes e inteligíveis para todos os participantes.

## 1. Metodologia

Além da literatura local e observação sistemática, a pesquisa socorre-se de entrevistas em profundidade colhidas entre os atores políticos do concelho de Celorico de Basto – no norte de Portugal. Estas configuram técnicas capacitadas para prover conhecimento sobre comunicação e cultura políticas. As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin 2009) e análise crítica do discurso (Dijk 2005) explorando os dados fornecidos pela consciência imediata dos atores políticos (Bergson 2013).

De acordo com Dijk, apesar de “incapazes de memorizar e de controlar todos os detalhes significativos”, os utilizadores da linguagem organizam mentalmente o discurso através de significados, resultando daí a “relevância social dos tópicos no discurso, na interação e na estrutura social” sendo estes a definirem “o rumo a seguir pelos falantes, organizações e grupos, e isso tem

o maior impacto no discurso posterior e na ação” (Dijk 2005:41). A análise, realizada a partir do cruzamento de dados, apresenta um estudo de caso de natureza extensiva, revelador das estratégias relacionais usadas pelo poder político na afirmação de uma cultura particular do poder construída como mediador da sociedade civil local.

Sustenta-se, metodologicamente, nas contribuições da fenomenologia (Schütz 1970) e na etnometodologia (Garfinkel 2006) que vieram valorizar o papel da verbalização dos membros de uma comunidade sobre as suas práticas, em especial na exposição da sua consciência e autoconsciência, como o demonstram Shaun e Zahavi (2020). Aplicada segundo o aporte de Alfred Schütz (1970), a fenomenologia evidencia grande pertinência na compreensão da realidade. De acordo com Kieling (2014) a fenomenologia atua como abordagem relevante nos estudos de comunicação, porquanto se trata de uma metodologia que se centra nas interações e na capacitação prática dos atores, particularmente nas suas respostas às solicitações do dia-a-dia.

## **2. Idiosincrasias culturais do espaço em análise**

O concelho de Celorico de Basto localiza-se na região noroeste de Portugal, a sudeste do distrito de Braga. É território encravado numa área marcada por linhas de fronteiras distritais: de um lado com Mondim de Basto – distrito de Vila Real – e do outro por Amarante no distrito do Porto. Está encostado aos extremos – do Minho do qual faz parte –, do Douro e de Trás-os-Montes sendo assim, para além de um espaço de fronteira, uma área de transição que colhe as indefinições e o abandono de tudo o que é marginal e deslocado. O seu afastamento do centro regional decisório não se expressa tanto assim na distância mas no esquecimento da sua existência. Tal como em muitas outras localidades em Portugal, Celorico de Basto representa o interior que se fez longínquo não pelo espaço mas pela fragilidade das suas dinâmicas sociais e da consequente ausência de atratividade.

Antes da construção de uma variante entre Amarante e Celorico de Basto no início do século XXI, chegava-se a Celorico de Basto por uma das quatro vias em que as diligências atreladas a cavalos faziam o transporte de pessoas e alguns bens no século XIX. A cobertura de asfalto era então o elemento que se intrometia entre os dois séculos que separam a atualidade e um concelho historicamente dominado por um imaginário de riquezas extraídas da terra através do cultivo de produtos agrícolas, setor que até ao final dos anos 1980 ocupava a maior parte da população ativa.

À chegada do século XXI o progresso e a modernidade medidos em autoestradas também passaram por Celorico de Basto ali deixando marcas bem visíveis num rasgo longínquo de via atravessando a paisagem. Apesar da travessia feita em corredor de aceleração ali colocada, não coube lugar a uma única ligação entre o traçado da estrada do progresso e os caminhos marcados na terra por infindas pisadas. A via acelerada de aproximação e compressão do tempo, metáfora da sobremodernidade e do devir civilizacional (Augé 2005), atravessa clandestinamente o concelho, constituindo para os celoricenses uma inútil peça de mobiliário aposto no território com exclusiva serventia visual.

A geografia local é atravessada por diversas dificuldades transformadas em deleite, por convocação da sensibilidade. Explica Lemos (1988) que é preciso sobrevalorizar a beleza “a alguns arreliaadores acidentes de percurso” para não esquecer uma multiformidade que vai “desde a área da desolação até ao coral da plenitude” [...] num contraponto “entre árvores despidas de folhas e dormentes de frio”, as “tonalidades viris das searas” [...] “o oloroso rosmão, a álacre giesta, a mimosa aveludada, a lividez raivosa do mato arnal, atapetando de acordes discrepantes o fundo musical de veigas e montados” [...] “num crescendo melódico em que todos os caminhos vão encontrar a primavera que nesta canto privilegiado do Minho, rege os concertos de vivacidade e de luz” (Lemos 1988:16). Como quem diz, apesar da aspereza e das dificuldades coladas no olhar, a morfologia geográfica também deixa espaço para a esperança das coisas viçosas ainda que ocorridas em espaços dominados pelo clamar da natureza.

Localizado nas bordas, excomungado dos fluxos e vítima da força centrífuga com os seus efeitos repelentes, a inércia constitui-se numa espécie de matriz estendida a todo o campo de ação humana, estabelecendo-se como conduta com consequências na totalidade do tecido social. Uma malha mental urdida ao longo dos tempos pousa no território celoricense, assim construindo formas localizadas de relações de poder geradores de uma divisão social entre a ‘nobreza’ e a ‘pobreza’, no qual, atestadas pela longa observação, se confirma que “a sobrevivência de senhores e servos” se ficou a dever durante séculos às atividades agrícolas em forma “individualista, excessivamente minifundiária, rotineira, inselectiva, inadequada, sem máquinas, sem mão-de-obra, a resultar cada vez mais improdutiva e cada vez menos rentável (Lemos 1988:16), num aproveitamento do solo todavia muito longe de “suprir as necessidades primárias das ermadas populações que o trabalham” (Lemos 1988:16).

Como em praticamente todo o Baixo Minho a intensa atividade na agricultura promoveu um tipo de povoamento disperso assente no subemprego ou mesmo na ausência de retribuição monetária nas relações de trabalho. Com o passar de anos, a agricultura deixou de ser a atividade predominante mas as configurações marcadas pela consciência rural marcaram a identidade regional.

O perfil dominante da mente celoricense compõe-se na relação entre a virilidade da paisagem e a tibieza do humano que ajuda a perdurar uma contrastante realidade caracterizada não só pela estagnação do tecido social mas, para além disso, pela afirmação da monotonia existencial como forma de vida. A asserção, aparentemente próxima das teorias de Rousseau, traduzida na afirmação de que “no fundo, toda essa gente é boa [e] se nos afigura simples, natural e estranhamente boa” (Lemos 1988:19) esconde, na formulação, a presença da outra hipótese, porventura expectável mas um tanto *hobbseana*, segundo o qual, ao se não verificar a inserção ímpia na comunidade, não constará aí a explicação capaz de clarificar até que ponto a introdução da ideia de *bondade* não se deve a consequências da devoção religiosa.

O torpor domina e a novidade constitui um problema a evitar, na medida em que altera a ordem. Por isso “ninguém conte com grandes recetividades a qualquer acenar que lhes cheire a inovação. Nada os convencerá a trocarem o pouco que sabem, por todas as coisas do mundo que ignoram” (Lemos 1988:19), uma afirmação que dá forma erudita à expressão muito presente por essas bandas que manda nunca trocar o certo pelo incerto, sendo que o incerto, porque incompreendido, se assemelha ao errado.

Não admira que uma pessoa que frequentou o mínimo da escola, nunca saiu daqui, nunca viu o mar, tenha essa atitude de passividade... e acha que isso é assim... É a tal inevitabilidade. Por isso não querem trocar porque acham que é melhor o mal do que o duvidoso. Portanto deixar estar assim porque assim é melhor...

(Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Trata-se de viver um destino inevitável, predestinado pela vontade de uma entidade só possível de ser imaginada mas cuja omnipresença, por viver de tal modo encrustado nas consciências, guia os espíritos pelas mesmas leis gerais da existência.

É a vontade de Deus... É que, ainda por cima, metem Deus no meio [...]  
Há vinte anos eu pensava que quando desaparecessem umas quatro ou cinco

gerações que as outras trariam uma massa crítica enorme. Mas pelo contrário...  
(Heitor Marinho – PCP Celorico de Basto)

Forma-se assim uma fidelidade a métodos e processos conhecidos porque experimentados toda a vida, por toda a comunidade, o que os torna apegados à “sua marginalização atávica, apáticos, desconfiados, descrentes e portanto rotineiros, não [sendo] tarefa fácil motivá-los para fora do ‘círculo de giz’ das vicissitudes familiares e das quizilências com vizinhos” (Lemos 1988:19). Em simultâneo persistem os laços apertados permanentemente reeditados e geralmente transmutados numa linha de sucessão geracional.

A reprodução social dá-se assim em forma vertical – dentro da família – e reforça-se na vertente horizontal – junto da vizinhança –. Persistem as estruturas de acordo com as disposições permanentes apreendidas através de pensamentos, ações, percepções, uso de expressões e os condicionamentos impostos por uma vertente societal rígida (Bourdieu, 1997: 7), alheia ao contacto com exterior, não só por ausência de convivências fora das fronteiras mas também por não se constituir como atração para, desse modo, promover a entrada de forasteiros e, com estes, a introdução de hodiernidades instituidoras de expectativas.

Viver praticamente isolado, como se numa ilha, introduziu nos celoricenses a certeza da sobrevivência como preocupação primeira, ato quase sempre remetido para os confins da individualidade e que está associado à concentração da procura do básico para uma existência básica. “No rosário da existência que lhes coube, aprenderam a contar, exclusivamente consigo mesmos” (Lemos 1988:19) por saberem, de experiência feita, que mais ninguém o faria por si. As práticas comunitárias ali realizadas descentram-se de outras possibilidades da união, nomeadamente forjadas a partir de interesses coletivos pensados sob planos e estratégias grupais, com vista a objetivos gerais diferenciadores das injustiças do destino e da sentença individual acobertada pelo sofrimento silencioso.

### **3. Particularidades políticas da geografia em estudo**

Entre 1976 e 2019 apenas dois partidos políticos experimentaram o sabor da vitória nas eleições autárquicas em Celorico de Basto: Centro Democrático Social (CDS) e Partido Social Democrata (PSD), uma das vezes coligados entre si juntamente com o Partido Popular Monárquico (PPM). Nestas quatro décadas foram eleitos apenas três indivíduos como presidentes de Câmara Municipal:

<b>Anos de mandato</b>	<b>Presidente Câmara eleito</b>	<b>Partido vencedor</b>	<b>Resultado (%)</b>
1976-1979	João Maria Mourão Pulido Almeida	CDS	50,8
1979-1982	João Maria Mourão Pulido Almeida	CDS	50,7
1982-1985	João Maria Mourão Pulido Almeida	AD (CDS+PSD+PPM)	63
1985-1989	João Maria Mourão Pulido Almeida	CDS	50,4
1989-1993	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	33,5
1993-1997	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	52
1997-2001	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	59,6
2001-2005	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	59
2005-2009	Albertino Teixeira da Mota e Silva	PSD	51,8
2009-2013	Joaquim Monteiro da Mota e Silva	PSD	51,2
2013-2017	Joaquim Monteiro da Mota e Silva	PSD	64,2
2017-2021	Joaquim Monteiro da Mota e Silva	PSD	46,9

Esta realidade social gera, só por si, um tipo de relação bastante particular com o poder e que, de certo modo, pode explicar determinadas estratégias individuais que atravessam as práticas de toda a comunidade. Segue-se um exemplo: entre 1976 e 1985, durante quatro mandatos, João Pulido Almeida foi sucessivamente eleito, com maioria absoluta de votos, presidente de Câmara. Em 1989 o poder local fugiu-lhe das mãos.

Perdi por meia dúzia de votos [Nota: O PSD teve 4050 votos e o CDS 3922]. Foi uma derrota que se ficou a dever a dissidências no partido.

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Essa mudança deu-se com a transumância, massiva e simultânea, de presidentes de junta de freguesias, até então eleitos pelo Centro Democrático Social (CDS), para o Partido Social Democrata (PSD).

[...] A maior parte dos presidentes de junta de Celorico de Basto eram militantes do CDS mas concorriam em listas do PSD... Ora ainda hoje são filiados no CDS... Estão à espera que o CDS os ponha fora mas eu não faço isso.

(Castro Leal, CDS – Celorico de Basto)

Perfila-se um caso em que uma mudança partidária não é levada em conta da mudança ideológica. Ou se tal acontecer, basta considerar natural que, da noite para o dia se mude ideologicamente, inclusive, se mude de partido, assim persistindo a manutenção do lugar público de representação

política, todavia mantendo a militância ideológica de origem. Contudo, mudanças podem ocorrer pela ação da capacidade estratégica de um outro partido, nomeadamente posse da arte de introduzir um fator completamente desorientador no interior do partido adversário.

Esta transumância política mostra, porém, como as idiossincrasias das estruturas gerais da textura social local, se manifestam em direção ao que entendem ser a escolha mais acertada, objetivamente não de acordo com uma escolha segundo atrativos de reconhecimento ideológico mas uma escolha segundo a identificação do afeto económico. A mesma lógica é verificada nas estratégias de sucessão do pai, Albertino Mota e Silva, pelo filho Joaquim da Mota e Silva, na presidência do município. A presença do segundo na vereação a partir de 1997 patenteia um estratagema de ação orientada para um fim alicerçado numa economia de trocas políticas (Weber 2004b) na qual se inclui a noção patrimonialista transformada em herança particular.

#### **4. Práticas de patrocínio e clientelismo como cultura política**

Em locais comunitários, onde escasseia o emprego, o acautelar da possibilidade da obtenção de uma ocupação para o filho ou filha, toma a linha da frente das escolhas políticas. Numa localidade com as características de Celorico de Basto é fácil levar adiante o princípio segundo o qual os partidos servem interesses e, assim sendo, todos os interesses são legítimos de conquistar através do uso estratégico de um partido. Se um qualquer partido dominador do espectro político claudica e o poder da autarquia passa a ser detido por uma novel ordem de poder partidário, mandam as leis gerais da estratégia regida pelos interesses anular as diferenças, conciliar os sentidos e mudar a preferência. Para que tal aconteça, basta fazer saber ao novel poder o quanto se alinha com ele, quanto se idolatra a personalidade que o possui e quanto se concorda com a sua visão do mundo.

[...] As pessoas, uma grande parte, estão nos partidos para se servir, para arranjar empregos para os filhos, para as mulheres, para si próprio e, é isso que está a descredibilizar totalmente os partidos políticos. Temos aqui o CDS que esteve no poder concelhio no primeiro anos e quando perdeu a Câmara Municipal para o PSD (em 1989), 90% dos presidentes de Junta eram do CDS e a seguir, em 1993, foram todos pelo PSD [...]

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta Freguesia Moreira do Castelo)

Numa transumância política pode dar-se o caso do ex-presidente de Câmara Municipal, político derrotado nas eleições anteriores, passar a assessorar o novo presidente de Câmara, numa clara demonstração de consonância, respeito e ajuste das personagens às novas relações de poder. O conformismo apresenta-se como um traço muito natural daquele espaço político. E dentro deste comodismo, mandam as regras de civilidade locais que os altos militantes dos partidos PSD e CDS se comportem como primos próximos. E, num caso em que o *partido primo* entra em ebulição interna, só resta ao partido no poder recrutar o antigo Presidente de Câmara. Como a relembrar a noção de *potlach* (Mauss 1924), ao presidente municipal derrotado não resta outra solução senão aceitar todo o quadro que lhe é proposto.

Fui assessor do Albertino [Mota e Silva] porque como os presidentes de junta todos me acompanharam e, para haver um bom relacionamento com a Câmara, eu aceitei ser assessor... Fi-lo por obrigação...

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Isto é, depois de perder o partido, o político fica com uma obrigação tal com os seus antigos presidentes de junta, como se estes, por fazerem parte do seu domínio, estivessem protegidos de qualquer ato malévolos. É, claro que, as relações estabelecidas no campo político têm por trás outras motivações que, regra geral, estão mais próximas da contenda e menos da harmonia. Nestes casos, a harmonia pode estar a ocorrer apenas por estratégica e, esta última pode significar, tão só, derrotar um inimigo; esse mesmo rival que foi capaz de queimar a terra do partido, até ao ponto de não mais este conseguir medrar com o mesmo vigor

Nunca julguei que o concelho fosse assaltado por esses senhores oportunistas do PSD... Tudo ficou a dever-se a divisões no CDS das quais depois arrependeram-se muito, mas é tarde e Inês é morta.

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

Inês é morta<sup>1</sup>! Como quem diz, nada mais há a fazer. Este é também o motivo por que, depois de ser assessor, João Pulido Almeida muda-se, em 1993, para as listas do PSD. Tal como o líder de outrora, os membros do CDS seguem o seu caminho dedicando-se a outros partidos políticos, inclusive passando a representá-los na máxima expressão do que *representar* quer dizer.

---

<sup>1</sup> Figura de estilo que remete para o Canto III de *Os Lusíadas* de Luís de Camões e o episódio da morte de Inês de Castro.

Ser militante de um partido e representante de outro fomenta alguns paradoxos na realidade vivida pela política. Não se trata apenas da excentricidade em si mas da gestação de particularidades transformadores dos atores políticos em personagens romanescas.

O presidente da Junta de Freguesia da sede do Concelho concorreu pelo Partido Socialista mas é filiado no CDS... Diz que fica muito incomodado por receber cartas a convocá-lo para o congresso... Mas ele pode vir cá e pede a desfiliação... Ele não é filiado no PS, portanto não há que lhe aplicar um processo disciplinar...

(Castro Leal, CDS – Celorico de Basto)

A apreensão das práticas assentam em formas, aparentemente, muito românticas de abordar o fenómeno político. São fórmulas indistintas quanto à sua natureza dado desconhecer-se se a sua enunciação resulta do sustentáculo de causas ou se, enquanto consequências não previstas, revelam os alicerces do pensamento local para a utilidade do campo político.

Nós defendíamos interesses concelhios. Não nos interessava nada os interesses políticos.

(João Pulido Almeida, CDS – Celorico de Basto)

E o que são interesses concelhios?

As eleições ganham-se assim... Há um projeto que se chama *Câmara Amiga* que tem técnicos, uma carrinha ou duas a fazerem pequenas reparações mas que são feitas em função dos votos... Vou-lhe falar de um caso daqui da terra: a *Câmara Amiga* veio reparar a casa de uma senhora que está reformada [...] Ora os técnicos da *Câmara Amiga* não falaram com ninguém, nem com a Junta de Freguesia nem com o padre e decidiram arranjar a casa a alguém que pagará com o voto.

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo)

A linguagem política tem na disseminação um escape retórico cuja transposição para as práticas revela a dupla visão subjacente. Materializar os *interesses do concelho* num quadro de assistência social denominado *Câmara Amiga* significa converter o interesse geral em interesse particular. Satisfaz-se o concelho satisfazendo pessoas, assim investido no agente político a quem é atribuída a arte e o poder de satisfazer.

A *praxis* revela como o agente detentor do poder político monta uma rede cujos serviços fornecidos, através da sua capacidade decisória, são pagos com o voto. Este tipo de prática forma-se a partir da vontade mútua no qual quem tem poder entrega e quem o não tem recebe, ficando este último a dever. Quanto mais o devedor toma consciência do valor do seu papel para com o poderoso, mais empobrecido se torna na medida em que mais dependente também se constitui. Na tática do negócio em andamento, o agente empobrecido dá-se por ressarcido. Por sua vez, o credor recorre a estratégias tendentes a *amarra*<sup>1</sup> aquele que dele necessita, atando-o com nós na obrigação dele necessitar eternamente.

Com a prática reiterada, a empreitada torna-se numa exigência, inclusive, no fornecimento de bens básicos a que as pessoas se vão habituando como necessitados. Ao naturalizar-se, este tipo de transação torna-se discernido como o contravalor do voto. Deste modo, o significado político do voto transfigura-se numa espécie de mercadoria, convertendo-se, deste modo, em significação económica.

Encontrei recentemente uma pessoa que se queixava de ter ido à Câmara pedir uma garrafa de gás e que, por isso, estava muito chateada porque entendia que faz parte dos seus direitos ter o gás pago pela Câmara. A Câmara habituou as pessoas a isto e, na altura da campanha eleitoral, cobram através do voto.

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo)

Produzem-se assim dois sentidos plasmados na forma do devedor e do credor, sendo que o segundo passa a dominar o primeiro numa perspetiva para além da dívida. O ato em si esconde uma estratégia de subordinação, mutuamente consentida, ao poder. Trata-se de uma permuta, com vista à obtenção de vantagens que exprime uma relação onde se dá a presença de uma atitude em que um indivíduo poderoso com capacidade de decisão sobre bens públicos e vários indivíduos sem poder, pretendendo usufruir de algo dependente da decisão desse poderoso – um serviço ou um bem – e que, na relação, aceitam ficar dependentes entre si.

Tendo exclusivamente o alcance do objetivo como finalidade, “os

---

<sup>1</sup> A noção de *amarra* foi identificada por Karin Wall como uma das estratégias usadas no Baixo Minho pelas famílias do campo. É uma prática costumeira que atrai através da oferta económica. Era usual na forma como as famílias evitavam dividir a propriedade entregando-a ao filho com talento para outras artes que, deste modo, aceitava limitar-se na terra em vez de procurar horizontes mais largos para, deste modo, tomarem conta não só dos campos como dos irmãos menos talentosos. (Cfr. Wall 1998).

atores partem com diferentes recursos que usam mutuamente em seu benefício” (Schröter 2010:142). Na política esta associação decorre de um processo desigual e ilegítimo tanto na forma de acesso a quem decide, como na condição ilegítima da decisão, realizando-se entre um *cliente* e um *patrão* num quadro onde também se manifesta uma relação de submissão a quem tem poder (Almeida 1984, 1991; Lopes 1994).

Clientelismo e patrocínio são duas configurações emparelhados e que, no caso português, tem persistido ao longo dos tempos em várias tipologias que demonstram que “as suas características de alteram conforme o grau de desenvolvimento da sociedade”. A relação assenta em traços económicos informais em que o patrono “fornece favores de índole diversa”, retribuindo o cliente “com deferência, lealdade e apoio material, designadamente apoio político e eleitoral” (Lopes 1994:17). A transação é, em regra, personalizada, realizada face-a-face, usando-se meios não comparáveis nos quais os “benefícios fornecidos pelo patrão ou cacique são mais tangíveis e indispensáveis” (Lopes 1994:15). Portanto bens imediatamente necessários na condição de vivência. Sendo certo que se trata de um tipo de relação que pode ser encontrado em variados contextos foi, contudo, mais vezes identificado nas áreas comunitárias, atravessadas por traços profundos de ruralidade.

Apesar deste tipo de associação provir das relações desniveladas entre proprietários fundiários possuidores de meios de controlo, membros da igreja com ascendente capital simbólico e classes modestas, estas são diretamente transponíveis para as relações políticas, nomeadamente entre o voto popular e o poder dos notáveis. Sobre as práticas políticas no espaço rural, nomeadamente com traços camponeses, Almeida (1984) aprofundou as estruturas de classes sociais no campo analisando a relação do voto com o poder. As assimetrias e constrangimentos decorrentes da relação desigual, exercidas a partir de “prepotências” impõem-se, de tal forma, ao ponto de resultarem na “impossibilidade de eficazmente lhes responder”, assim dando origem ao aparecimento da “formação de clientelas” e, em simultâneo, na “cristalização de redes de ‘protecção’, influência e submissão, características do patrocínio” (Almeida 1984: 609). Neste tipo de contexto, emergem nas práticas generalizadas, traços naturalizados e estabilizados de relações particulares de submissão e domínio (Almeida 1984).

Como já se escreveu atrás, os empregos são usados como armas de conquista dos espíritos que se dispõem, desde logo, à submissão. Um dispositivo constituído segundo uma hierarquia de agentes, valorizados pelo poder, funciona como uma agência informal a que se deve recorrer quan-

do se almeja um emprego. O dispositivo hierárquico, construído segundo a vontade patronal determina, de acordo com o lugar que cada agente ocupa na escala do poder, os que entram e os que ficam de fora. Os clientes que acedem a este processo lutam entre si como se estivessem num concurso, não de competências mas de relacionamento, com vista a conquistar a atenção e favores dos agentes com capacidade decisora. Neste dispositivo decisor baseado em estatuto político, a promessa de um presidente de junta sucumbe perante o compromisso de um vereador.

Eu tinha uma funcionária [em empresa privada] que, certa vez, nos comunicou que ia fazer uns testes para ir trabalhar para a Câmara [...] ela tinha a “cunha” de um seu primo, presidente de Junta e, por isso, achava-se segura. Passados uns quinze dias veio falar comigo, estava muito muito revoltada porque quando lá chegou para fazer uns testes estava lá uma miúda [...] que posta perante a necessidade de preencher uns papéis diz que não precisa de preencher porque um senhor Engenheiro lhe havia garantido que o lugar era seu [...] Ela então vinha muito revoltada porque a sua cunha, de um presidente de Junta, era inferior à cunha do Vereador.

(Jorge Teixeira, PS – Presidente da Junta de Freguesia Moreira do Castelo)

No jogo do favor e da atenção estabelece-se também uma luta entre a hierarquia do poder no qual os possuidores de menos poder agem ativamente na busca da constituição de um número mais elevado de devedores junto dos mecanismos funcionais das estruturas organizacionais. A não ser que estes funcionários encontrem, posteriormente, um novo patrono com mais poder que os faça almejar um novo patamar – e deste modo faça sentido a troca – o sentimento devedor conserva-se para com o benfazejo cujo âmago fiduciário reclama, silenciosamente e a todo o tempo, atos de um espírito submetido pela dívida.

A luta entre patamares hierárquicos de poder estabelece um sistema estratificado de favores nos quais os interesses se vão sucessivamente alterando no seu valor ao longo da escala. Se na base da relação poderá estar o subsídio e no intermédio o emprego como fatores de troca, no topo estabelecem-se outra ordem de valores económicos que muitas vezes avançam muito para além da mera relação entre devedor e credor. Neste caso trata-se de instituir uma espécie de ideologia assente não na diferenciação mas na distribuição de benesses com vista à solidificação da estrutura interna dos apaniguados até ao ponto servil.

O dispositivo hierárquico do sistema de patrocínio, apesar de iden-

tificado com um partido, é amplamente reconhecido na figura de um só indivíduo, nomeadamente o indivíduo que encabeça o município. Resulta, deste modo, uma espécie de poder concentrado na pessoa, funcionando segundo regras muito particulares em que os princípios ditadas pelos regimentos partidários de nada valem. Os partidos políticos tradicionais adquirem, nestas realidades, configurações traçadas sob linhas particulares – quer dizer, individualmente impostas – para, dessa forma, conseguirem responder às relações sociais esperadas e tidas como norma na comunidade que pretendem representar.

### **5. Cultura de dominação patriarcal e cultura de dominação patrimonial**

Neste quadro de construção das relações sociais em Celorico de Basto, percebe-se como a ideia de proximidade esconde, nas tramas da construção social local, estratégias com vista a formação de uma rede de malha apertada (Portugal 2007) promotora de traços de assistencialismo e auxílio mas, da qual, se forma também, nos interstícios da rede, os lugares de dominação e controlo, cuja autoridade, mais do que ser inquestionada, será comunitariamente ajuizada como exclusiva e, em sequência, a única dotada de legitimidade. Esta ordem naturalizada das coisas impõe a norma que dita ser melhor viver com o pouco visível fornecido pelo assistencialismo, do que arriscar por melhor e correr os riscos de nada ter. Esta realidade territorial de Celorico de Basto é diretamente transponível para o campo político, tendo reflexos imediatos nas escolhas individuais

É fácil, é simples... É a miséria económica e intelectual. As pessoas não são livres... Se eu convidar uma pessoa para a minha lista ela diz-me: eu apoio... voto em si mas não pode dizer isso a ninguém nem eu posso aparecer em lado nenhum, senão o meu filho fica desempregado amanhã...

(Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Nas áreas comunidades, quem domina o poder local, domina também as consciências. E, nestas circunstâncias é perceptível, a todo o momento, que o poder político não vive sem a economia de trocas ao seu lado. Existindo uma vivência dentro de uma rede de malhas estreitadas por laços muitos apertados entre os membros da comunidade, basta aos detentores do poder acudir a uma só pessoa para, tal como nas leis económicas, se dar o efeito multiplicador do voto.

As coisas são contadas ao nível de lugar... “olha aquela família tem 30 pessoas portanto vamos arranjar ali dois empregos”. Isto é assim que funciona... É preciso empregar 200 pessoas, arranjam-se três empresas apoiadas pelo município, o Presidente da Câmara aparece na fotografia, parece que as famílias são dele...

(Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Nestas geografias atravessadas pelo sentido comunitário as empresas privadas instaladas que aí se estabelecem provindas do exterior aprendem, rapidamente, os interstícios do território que pisam. Não só se adequam imediatamente às configurações do espaço como se dão conta da presença do dispositivo relacional que faz de toda a gente familiar entre si. O patriarca reconhecido entre os nativos celoricenses é, desde logo, adotado como o patriarca de uma qualquer empresa em instalação. Para não haver dúvidas, seguem-se as regras costumeiras do sistema patriarcal, documentando-se o momento no qual o patriarca se faz fotografar junto da criação. O objetivo é o de não deixar dúvidas sobre quem faz a “dádiva” dos empregos à comunidade.

O dr. Joaquim [Presidente da Câmara] [...] numa empresa ou outra em que se instala, ele também quer meter os trabalhadores para depois ficar ali em dívida, não é? Os empresários, às vezes, não gostam mas funciona muito assim. Pescando à linha.

(Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

Pesca à linha: ato de, com uma linha presa a uma cana, se pescar um ou vários peixes, dependendo do número de anzóis colocados na extremidade da linha. Nesta linguagem metafórica, o emprego serve de isco político para constituir uma dívida junto daquele a quem é “dado” o lugar de trabalho. Os trabalhadores dependeram, desde sempre, dos proprietários das condições de realização do seu trabalho. Essa dependência tem-se alargado a outros agentes, nomeadamente, os agentes políticos. Desde que passou a ser responsabilidade deste último fornecer condições económicas aos cidadãos, se não as consegue *per si*, quando as condições aparecem por via da dinâmica abstrata da economia geral, estas são imediatamente associadas às competências do político local.

Não só pela sua escassez e/ou variabilidade, o emprego junto de empresas estatais ou paraestatais, tornou-se numa arma a que o político se socorre para constituir uma base de apoio direto, arquitetado na exigência de obrigação devedora. Como afirma Bourdieu (2014), o político constrói os

seus obsequiosos para que estes funcionem como uma espécie de guarda de honra que o circunda e o protege. Ultrapassada a fase do emprego no Estado – cujos lugares se deram por integralmente preenchidos – e, findando-se o processo de criação de empresas paraestatais ou paramunicipais, o agente político reorientou o recrutamento dos seus deferentes para a relação com as empresas privadas, assim persistindo na fórmula de dar.

[...] inventaram empresas municipais onde empregam na mesma à nossa custa pessoas que não sabem fazer nada mas que garantem votos...

(Castro Leal – CDS Celorico de Basto)

Até temos a Qualidade de Basto [Empresa municipal] e que tem um bocado essa função, a empresa municipal [...] metem lá pessoal.

(Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

A possibilidade de se constituir num doador de empregos é, para o agente político, um papel primordial, sendo raro aquele que se descola desta função. De tal modo se impregnou como atribuição generalizada e naturalizada que, ser um doador de empregos, se tornou numa ideologia alargada. Uma espécie de hegemonia

Sim, sim [o emprego é usado como função ideológica]. [...] Se houver uma empresa grande [...] o presidente da Câmara, se puder, [diz]: “nós chamamos as pessoas e tal”.

(Eduardo Magalhães – PS Celorico de Basto)

A dominação patriarcal interliga-se com a dominação patrimonial. O patrimonialismo não é mais do que uma extensão do poder doméstico levado para as relações políticas e cujo funcionamento se caracteriza por uma solidez inquestionada tanto pelos dominados como pelos dominantes. Explica Weber (2004a) que o facto do poder político não assentar numa estrutura de instituição jurídica e, por outro lado, apresentar-se “na forma de relações associativas e compromissos concretos dos diversos detentores”, possibilita uma natureza de poder idêntica à dominação do “pai de família, o do senhor territorial ou do senhor de servos” (Weber 2004a:3). Nas sociedades atravessadas por uma dominação do tipo patrimonial subsiste “a permanência da importância do clã dentro do qual se realiza quase toda a formação de associações económicas” vigorando, em simultâneo, “a obstrução da constituição de corporações autónomas” (Weber 2004a:63).

No sentido lato, o patrimonialismo fundamenta-se em particularidades muito enrijecidas, na medida em que, ao invés da estabilidade observada nas relações feudais, resiste no confronto com a proposta de outras disposições alternativas. Ao porfiar como norma, quando confrontado, consegue, com isso, a descredibilização das outras partes que lhe disputam o território

## **6. Cultura de familismo e nepotismo**

Desde 1976, Celorico de Basto apenas experimentou três indivíduos como presidentes do município. O primeiro, como já se viu, foi João Pulido Almeida (1976-1985). Albertino Mota e Silva foi presidente de Câmara Municipal seguinte, sucessivamente eleito durante cinco mandatos, entre 1989 e 2005. A partir de 1997, Joaquim da Mota e Silva integrou a lista candidata em lugares elegíveis, mantendo-se como vereador municipal e durante três mandatos. Pelo meio ocupou o lugar de deputado à Assembleia da República durante a VIII legislatura (1999–2002) eleito pelo círculo de Braga.

No ato eleitoral autárquico do dia 11 de outubro de 2009, Joaquim da Mota e Silva sucedeu ao pai, Albertino da Mota e Silva, na governação da Câmara Municipal de Celorico de Basto, sendo eleito com maioria absoluta – 51,2% dos votos expressos.

Se fossemos a pensar em tactismo, pensar em procurar a solução para o filho, eu então teria ficado mais um mandato. [...] Não pensamos dessa forma. Pensei é que estava cansado e vinha-me embora e disse-lhe a ele que não me candidatava e candidatou-se ele... Fez-se uma sondagem e tanto ganhava eu se fosse candidato, se fosse ele também ganhava...

(Albertino Mota e Silva – PSD Celorico de Basto).

Não foi a limitação de mandatos mas sim o cansaço a vencer o autarca e Albertino Mota e Silva. Vinte anos no cargo e uma idade já avançada impuseram a decisão de não continuar e de ir embora. No dia 22 de outubro de 2009 o filho, Joaquim, tomou posse. Alguns dias depois, a 9 de novembro de 2009, dia em que completou 38 anos, Joaquim da Mota e Silva assinou um convite para uma empresa, sociedade por quotas, o assessorar na área financeira da Câmara Municipal de Celorico de Basto. Os sócios da empresa Casa do Portelo – Agrofloresta, Turismo e Serviços, Lda. eram Albertino da Mota e Silva e Joaquina Gonçalves Monteiro, respetivamente, pai e mãe de Joaquim da Mota e Silva, ambos, por acaso sem quaisquer competências

na área financeira. Simplesmente Joaquim da Mota e Silva não podia ter contratado, direta ou indiretamente, os progenitores. Tal estava-lhe vedado juridicamente sendo, inclusive, tipificado como crime público. As qualidades técnicas da experiência parecem explicar um ato tão claro e tão declarado de violação das regras legais mais simples de compreender da atividade política

Em 2009 [...] havia pouca gente com experiência na área financeira e, inclusive eu, que tenho formação nessa área também precisava de tempo para exercer a atividade política. E nas conversas que tivemos com os colegas eleitos para o executivo, colocou-se a questão sobre quem é que podíamos trazer para ajudar a reforçar este setor financeiro que, ainda por cima, precisava de uma atenção muito especial. E na altura, digamos, o vice-presidente e outro vereador que ia exercer funções executivas sugeriram que estando o meu pai disponível e tendo 20 anos de experiência na área financeira, seria uma mais-valia ele ficar aqui porque conhecia os dossiês melhor do que ninguém [...]

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

O dispositivo de entronização e eternização (Silva e Martins 2017) faz dos indivíduos profissionais duráveis, não porque afirmem querer ser, mas porque as circunstâncias impõem a presença da excelsa experiência sem a qual as instituições não podem funcionar. A invocação da experiência esconde a afirmação da singularidade ligada à obrigação abnegada, e compõe o político possuído pelo domínio oracular capaz de antecipar o conhecimento do destino. O político é aquele que transporta todo o tipo de conhecimento para todo o tipo de ocorrências. Aliás, prova-o este caso: se se já estivesse perante tal experiência, não se iria em direção a uma trágica decisão que as tramas técnico-jurídicas de vigia se impõem à política

Eu na altura disse, naturalmente, aquilo que é óbvio que é... “isso é uma questão que envolve o meu pai e vocês falem, discutam mas eu não vou participar nesse tipo de decisão”, mas também lhes disse que aquilo que entendessem que fosse o mais adequado eu aceitaria... Concordaria. E assim foram feitas as coisas.

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

Em democracia – pelo menos no discurso – por vezes, o político na posse do poder cede a sua capacidade de ajuizar aos seus compatriotas, principalmente quando estes estão colocados num lugar subalterno. Para além de juizes eles tornam-se em agentes de legitimação política. Quando o presidente da Câmara tem de decidir o que não pode declarar que foi o

próprio a decidir, outorga a decisão àqueles a quem entregou os poderes legais<sup>1</sup>, desse modo *fazendo-se* desaparecer do cenário decisório. Portanto, nada tem a ver com o assunto.

[...] não participei, não adjudiquei, a única questão que se coloca foi ter assinado uma carta tipo convite, ou algo do género, sem o saber que o estava a assinar [...] E nem estava o nome do meu pai, estava o nome de uma empresa [...] Por isso estou muito tranquilo sobre isso...

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

É dos códigos mais antigos da política: o político tem de ter sentido prático e estar preparado para todas as tomadas de posição sejam estas possíveis ou impossíveis, importantes ou triviais, audaciosas ou regulares. Não importa o campo a exigir atenção: seja saúde, justiça, finanças, economia, desastres ou premiações, escassez ou abundância, na política tudo é político. O cardápio do agente político deve incluir as ferramentas necessárias para agir perante todas as situações, inclusive as improváveis. Tem de ter sentido do jogo político inscritas na capacidade de responder às ocorrências do acaso. Quando estas ocorrências se deslocam do verdadeiro jogo político, para se inscreverem num campo extrapolítica, deixam de revelar a adesão absoluta ao “sentido do jogo” (Bourdieu 1981:6) e, neste caso, o investimento deixa de fazer parte do jogo político. O carrilar de um quadro de contratação do pai – ex-recente presidente de Câmara – por um filho, recentemente eleito presidente de Câmara, transforma a autarquia, não numa instituição de representação política mas numa instituição de uso privado, colocado ao dispor de uma família. Nas definições histórico-políticas o favorecimento de parentes, com vista à prossecução da linhagem familiar em determinado poder, designa-se por nepotismo.

[...] coitado do meu pai...ele estava aqui de manhã à noite. O que eu acho espantoso é aquelas avenças ou prestações de serviço daquelas pessoas que ganham, sei lá, 40 a 50 mil euros num ano, em que vão cinco ou seis vezes a um sítio.

(Joaquim Mota e Silva – PSD Celorico de Basto)

O pai foi contratado pelo filho, presidente de Câmara eleito, por ajuste direto – portanto, sem concurso público – pelo montante 1.750

---

<sup>1</sup> De acordo com os artigos 68 e 69 da lei 169/99 de 18 de setembro, os vereadores são “coadjuvantes do presidente de Câmara”, cabendo a este, caso o entenda, distribuir esses poderes pelos seus vereadores.

euros mensais. Ainda que sendo a empresa a ser contratada para fornecer um serviço, o cenário é o do ex-presidente de Câmara que, tendo ocupado o lugar durante 20 anos, se apega ao lugar, aí querendo residir eternamente usando, para o efeito, uma estratégia prática subsumida na utilidade experiencial única e incomparável, num quadro que mais não representa do que a reclamação simbólica do direito consuetudinário, configuração da ordem que transforma costumes em leis.

O *familismo*, enquanto predisposição para acesso e residência – e resistência – na administração pública, por via da representação política, não se suporta na invocação técnico-legal, nem se presta como medida moral. No caso em apreciação, por motivos diversos aos invocados por Banfield (1958), apresenta-se um típico *familismo amoral*, no qual o importe monetário apostado no ato não lhe tributa uma medida localizada no campo dos princípios. A noção de *familismo* adquire especificidades diferenciadas de análise dependendo do ponto de observação do fenómeno. Enquanto nas comunidades remetidas para o funcionamento fechado no seu interior, e dominados por vicissitudes geoespaciais, as estratégias de resistência sustentam-se nos recursos familiares como modo de adaptação para transcender os constrangimentos endémicos (Silva 1998), a estratégia familiar transposta para a utilização da coisa pública sustenta-se em formas protecionistas, assentes no nepotismo, por um lado, e no uso das condições déspotas, construídas pelo Estado, usadas em favor de grupos ou pessoas ocupando lugares de dominação, por outro lado (Cabral 2006).

### Notas Finais

Neste trabalho demonstra-se a relação entre uma geografia empobrecida, com posições sociais estáticas e reprodutivas entre si, enclausurado nas bordas da periferia e contido em vivências assentes na urgência, e a forma dessa comunidade conceber e relacionar-se com o campo político, particularmente na passividade, conformismo e submissão aos detentores do poder, por sua vez transformados em proprietários inamovíveis das instituições. A investigação explora a cultura das práticas de sedução e domínio pelos primeiros e nas estratégias de dependência e resignação dos segundos. O isolamento, a condição periférica e a ausência de visão da generalidade, introduzem uma cultura existencial que circunda a geografia em particularidades estratégicas comuns a toda a comunidade.

O estudo comprova como as condutas da ação política formam culturas políticas diferenciadas, variando de acordo com a geografia da sua produção,

sendo estas o resultado de idiosincrasias marcadamente vincadas por forças cujos componentes são evidenciados na forma de relações socioeconómicas. Concorrem para esta figuração fatores culturais localizados na endogénesis das estruturas sociais, sendo estas responsáveis pela transformação dos atos de gestão política em relações particulares de manifestação de poder pessoal.

A observação das práticas locais, entrecruzadas com as interseções dos excursos dos atores da política local, revelam como no concelho de Celorico de Basto a ação política sucumbe à lógica das trocas económicas, transformando as relações entre representantes e representados em práticas fundadas nas condutas típicas de relações entre senhor e servo, nas quais os detentores da faculdade de comando, à moda da situação de patrimonialismo, se constituem também em agentes detentores do uso autocrático da coisa pública, assim capacitando-se para rotinas de familismo político e práticas de nepotismo.

Enquanto a estratégia familiar transposta para a administração pública é usada em favor da entronização dos lugares públicos de dominação, o recurso às práticas de patrocínio são marcadas por atos de transação e exploração do conformismo geral. Despossuído de qualquer capacidade autónoma e dominado por constrangimentos, subsiste uma cultura política de sujeição sob o papel de cliente, fundado em práticas de obediência e submissão às ordens do patrão.

A conversão do interesse geral pelos gestores políticos em necessidade particular dos representados, significa a instituição de um credor com poder para um devedor carecido, num quadro de dominação no qual é revelada uma estratégia de dependência que subjaz uma típica relação entre um patrão e um cliente. Neste contexto em que os empregos constituem uma espécie de mercadoria, o agente doador investe em si e no seu futuro porquanto ao fomentar um território de dívidas alicerça, no presente, as pontes com o seu futuro político.

## **Referências Bibliográficas**

Almeida, João Ferreira. 1984. «Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês». *Análise Social* XX:583–620.

Almeida, Pedro. 1991. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*. Lisboa: Difel.

Augé, Marc. 2005. *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.

- Banfield, Edward. 1958. *The Moral Basis of a Backward Society*. Illinois: The Free Press Glencoe.
- Bardin, Laurence. 2009. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bergson, Henri. 2013. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: Flammarion.
- Bourdieu, Pierre. 1981. «La représentation politique – Éléments pour une théorie du champ politique». *Actes de la recherche en sciences sociales*. 36–37:3–24.
- Bourdieu, Pierre. 2014. *Sobre o Estado*. S.Paulo: Companhia das Letras.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2006. «Despotismo de Estado e Sociedade Civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral». Pp. 157–80 em *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Martins*, editado por H. M. Jerónimo, J.-L. Garcia, e M. V. Cabral. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Coulon, Alain. 1988. *La etnometodologia*. Madrid: Catedra.
- Dijk, Teun a. van. 2005. *Discurso, notícia e ideologia – estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Garfinkel, Harold. 2006. *Estudios en Etnometodologia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Goffman, Erving. 1986. *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeast.
- Goffman, Erving. 1993. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hall, Stuart, Doroty Hobson, D. Lowe, e Paul Willis. 1980. *Culture, Media, Language*. London: Routledge.
- Kieling, Camila Garcia. 2014. «Contribuições Da Sociologia Fenomenológica De Alfred Schutz Para a Comunicação». *Cadernos de Comunicação* 18(1):283–99. doi: 10.5902/2316882x10646.
- Laitin, David D. e Aron Wildavsky. 1988. «Political Culture and Political Preferences». *American Political Science Review* 82(2):589–97.
- Lemos, João Marinho. 1988. *Celorico de Basto – Entre o passado e o futuro*. Celorico de Basto: Câmara Municipal de Celorico de Basto.
- Lopes, Fernando Farelo. 1994. *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Martins, Moisés Lemos. 2011. *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Mauss, Marcel. 1924. «Essay sur le don – Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives». *L'Année Sociologique* (2).
- Portugal, Sílvia. 2007. «O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços». *Revista Crítica de Ciências Sociais* (79):35–56. doi: 10.4000/rccs.723.
- Schröter, Barbara. 2010. «Clientelismo político: ¿existe el fantasma y cómo se viste?» *Revista Mexicana de Sociología* 72(1):141–75. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.

Schütz, Alfred. 1970. *On Phenomenology and Social Relations*. Chicago: The University of Chicago Press.

Shaun, Gallagher e Dan Zahavi. 2020. *The Phenomenological Mind*. London: Routledge.

Silva, Esser e Martins, Moisés Lemos. 2017. «A cultura da entronização e da eternização da elite política». Pp. 73–97 em *Arte, Políticas e Práticas – V Jornadas Culturais*, editado por Z. Pinto-Coelho, T. Ruão, e N. Zagalo. Braga: CECS.

Silva, Manuel Carlos. 1998. *Resistir e Adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.

Wall, Karin. 1998. *Famílias no Campo – Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Dom Quixote.

Weber, Max. 2004a. *Economia e Sociedade – Vol. II*. S.Paulo: Editora Universidade de Brasília.

Weber, Max. 2004b. *Economia e Sociedade – Vol. I*. S.Paulo: Editora Universidade de Brasília.



## **REPRESENTAÇÃO FRAGMENTADA DO SER FEMININO NOS MEIOS DIGITAIS: UMA ABORDAGEM FEMINISTA**

*Ana Costa (UTAD)*

*Júlia Pires (UTAD)*

*Marta Mendes (UTAD)*

*Esser Jorge Silva (UTAD / CECS)*

### **ABSTRACT**

This article dedicates itself to the perception of female representation in the digital media. Besides a historical contextualization of feminism, conceptual approaches are also presented, as well as the representation of women in conventional and digital media. In empirical terms, the work resorts to data collected through interviews with a professional group that studies gender issues and a popular group that uses social media. The new perceptions on the subject, the experience and knowledge drawn from the approach of this work contribute to deepen the insight into the digitally constructed reality. In this field, we live in a climate of post-feminism, marked by sexist and conservative traits, in which the representation of the female figure endures as condescending and sexualized. The existence of movements that question this stereotypical model are scarce, but real, and there is a slow emergence of diverse representation.

Keywords: Beauty standards, Feminine representation, Feminist, Stereotypes, Digital Media.

### **RESUMO**

O presente artigo dedica-se à percepção da representação feminina nos meios digitais. Além de uma contextualização histórica do feminismo, são expostas abordagens conceituais, assim como a representação da mulher nos meios de comunicação convencionais e digitais. Em termos empíricos, o trabalho socorre-se de dados colhidos através de entrevistas a um grupo profissional estudioso das questões de género e a um grupo popular utilizador de redes sociais. As novas percepções sobre o tema, a experiência

e conhecimento retirados da abordagem deste trabalho contribuem para aprofundar a formulação da realidade digitalmente construída. Neste domínio, vive-se um clima de pós-feminismo, vincada por traços machistas e conservadores, na qual a representação da figura feminina perdura como condescendente e sexualizada. A existência de movimentos que questionam este modelo estereotipado é escassa, mas real, verificando-se uma emergência lenta da representação diversificada.

Palavras-chave: Padrão de beleza, Representação feminina, Feminismo, Estereótipos, Meios digitais.

Recebido em 8 de abril de 2022.

Aceite em 27 de maio de 2022.

## Introdução

Num processo de pesquisa sobre modelos a aplicar na planificação de uma campanha contra o abuso sexual, denotou-se um exorbitante conteúdo publicitário em que a figura feminina surgia extremamente sexualizada, o que se entende como uma adulteração solidificada por uma acrítica construção social da realidade (Berger e Luckmann 1967). Trata-se de um espetro recursivo e observável diariamente, na maioria dos media (Giddens 1984). Esta hegemonia, ao jeito de Gramsci (2004), convoca a atenção sobre o fenómeno em questão que, ao passar algo despercebido, não só normaliza a presença de estereótipos de beleza, especialmente nas redes sociais, como autoriza uma objetificação da mulher, transformando-a numa espécie de mistério, inclusive com um valor de uso (Marx 2015).

O propósito deste artigo é analisar a representação feminina nos meios convencionais e digitais, assim como identificar as várias perspetivas e pontos de vista sobre o feminismo. Tem também por objetivo averiguar a existência de um padrão de beleza reclamado pelos meios digitais e avaliar se o conteúdo publicado nos mesmos influencia o modo de pensar e agir da audiência feminina. Deste modo, o texto orienta-se para a necessidade de consciencialização da mudança, tanto de pensamento como de ações, partindo da iniciativa feminina, organizando-se com base na questão de saber como é percecionada a representação feminina nos meios digitais.

Em termos teóricos, é realizada uma contextualização histórica do feminismo, acompanhada por abordagens conceituais que identificaram três espaços sócio temporais –figurativas, metaforicamente, de três *ondas* – propondo-se a possibilidade de uma quarta onda, cruzando-se com a representação feminina nos meios de comunicação. O processo empírico recorreu a uma análise intensiva de cariz qualitativo, recomendado para os estudos atravessados pela sensibilidade e multitudine de perceções, como é o caso do tema evidenciado.

O estudo sustenta-se em dois métodos de recolha de dados, a entrevista e o levantamento da impressão popular através do *Vox-Pop*. O principal intuito da utilização destas técnicas insere-se na necessidade de obtenção de posições e visões divergentes no que diz respeito à representação feminina nos meios digitais, perscrutando-se a existência e influência de estereótipos na vivência do quotidiano.

## 1. Contextualização histórica do feminismo

### 1.1. As três ondas clássicas do feminismo

Contextualizar o feminismo implica não só uma multitude de definições, como uma fluidez semântica cuja pluralidade conceptual transforma o processo num leque diversificado de perspectivas e posições. A relação entre as causas e ideais defendidas pelo movimento feminista, bem como figuras representativas e o veículo de difusão do mesmo, revela uma ligação intrínseca, apelando cautela na sua abordagem. Nas palavras daquelas que defendem, e/ou defenderam, a sua posição, e que legaram um passado de intervenções afirmativas da mulher, são mais do que meras tentativas de definição de um conceito:

- “Eu própria nunca fui capaz de descobrir o que é precisamente o feminismo: só sei que as pessoas chamam-me feminista sempre que expresso sentimentos que me diferenciam de um tapete.” – Rebecca West (1982).

- “Feminismo é a noção radical que as mulheres são pessoas.” (Marie Shear 1986).

- “Nem todos temos de acreditar no mesmo feminismo. O feminismo pode ser pluralista, desde que respeitemos os diferentes feminismos que carregamos connosco, desde que tentemos o suficiente para tentar minimizar as fraturas entre nós.” – Roxane Gay (2014).

A visão e aplicabilidade situacional mutaram-se, dependentes das definições ditadas pelas conterrâneas da época. Contudo, a diversidade resultou num fundamento essencial que perdurou ao longo de vários horizontes temporais: a igualdade e a falta dela. Carla Garcia oferece o seu ponto de vista quanto à definição de feminismo, o qual se expressa na tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, movidas pela liberdade e igualdade de género, articulando-se “como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social” (2011: 13). Além da fixação dos pressupostos interpretativos através da polifonia fornecida pela literatura, as raízes originárias, o contexto e evolução do movimento feminista pode ser fracionado em três *ondas*.

O objeto impulsionador da *onda primária* reside na obra de Poulin de la Barre intitulada *Sobre a igualdade entre os sexos*, publicada em 1673, a qual, de acordo com Carla Garcia, “é considerado a primeira obra feminista que se centra explicitamente em fundamentar a demanda pela igualdade

sexual”, modificando o paradigma político da era, em que “a comparação entre homens e mulheres abandona o centro do debate e torna-se possível uma reflexão sobre a igualdade” (2011: 13). É ainda da sua autoria a frase, “a mente não tem sexo”, inaugurando “uma das principais reivindicações do feminismo: a educação” (Garcia 2011: 39). A Revolução Francesa (1789-1799) foi um período ativo nas demandas de igualdade de gênero em que, a partir desta, “as mulheres abriram o conceito de ‘sujeitos iguais’ através de ideias filosóficas de igualdade, de liberdade e de fraternidade, que inspiraram as mulheres a refletir sobre as suas próprias condições dentro da sociedade” (Silva *et al.* 2021: 104).

Contudo, a formulação de estratégias e ações relativamente à conquista do voto feminino verificou-se apenas no século seguinte, intitulado “movimento das *suffragettes* ou movimento das sufragistas”, no qual os ideais defendidos pelas mulheres deixaram de passar despercebidos na sociedade, “ainda que de forma negativa, pois trouxe algumas reflexões do pensamento masculino”. Esta luta também se verificava no outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, onde além da luta pela igualdade de direitos, a luta “contra a abolição da escravatura, [...] o combate à escravidão e [...] a conquista dos seus direitos”, constavam na lista de protestos sociais. O enlace da primeira onda revelou o afloramento de diferentes prioridades consoante a classe social, para a classe média e elite, estas tinham como principais reivindicações o seu papel no casamento, a promoção da educação inexistente e aquisição de direitos iguais, enquanto a classe operária assinalava as desigualdades salariais (Silva *et al.* 2021: 106-107). Todavia, algo era ambicionado e inalcançável para estas e outras mulheres, “todas careciam daquilo que a cidadania assegurava aos homens: a liberdade” (Garcia 2011: 50).

Na passagem para a segunda onda, objetivava-se “conseguir o voto e a entrada nas altas instituições de ensino” e, ainda que as mulheres tenham avançado para o “século XIX de pés e mãos amarrados”, estas seguiram de cabeça erguida com a segurança de “uma experiência política própria que não permitirá que as coisas voltem a ser como eram antes, pois a luta já havia começado” (Garcia 2011: 50). A *segunda onda* ocorre em 1960 e estende-se até 1980, sendo a passagem do século XIX “marcado por grandes movimentos sociais emancipatórios – o feminismo aparece, pela primeira vez, como um movimento social de âmbito internacional, com identidade autónoma e carácter organizativo” (Garcia 2011: 51). Para Joasey Silva *et al.*, os feitos políticos registados no papel, não se verificavam na realidade de muitas mulheres: “Direitos foram conquistados na maior parte dos países,

mas as mulheres eram iguais aos homens perante a lei apenas no papel, pois na prática essas igualdades não ocorriam” (2021: 108).

As feministas da *segunda onda* veem as desigualdades culturais e políticas das mulheres como inextricavelmente ligadas e encorajam as restantes a entender e educarem-se sob os aspetos que afetam a sua vida pessoal. A conceção da mulher afirmativa, capaz de refletir sobre a sua condição, direitos e posição no mundo é expandida globalmente, afirmando-se numa sociedade tradicional de ideais machistas que, não levando as compatriotas a sério, resultou em medidas mais práticas e drásticas de expressão por parte de alguns elementos (Garcia 2011: 56). Nesta altura, a luta deu-se em várias frentes, nas quais “as feministas se empenharam, além de seus objetivos específicos, em temáticas concernentes aos direitos humanos e civis. Em um sentido amplo: as lutas pela liberdade de pensamento, de associação, pela abolição da escravatura, da prostituição e pela paz” (Garcia 2011: 52). Ainda na temática da mulher amplamente informada, para Tayllor Johnson (2017: 7), os movimentos pelos direitos humanos consistem no principal foco da época.

A passagem da segunda para a *terceira onda* fundamentou-se na inclusão diversificada de mulheres e na questão monetária, permitindo uma multitude de vozes, agregando-se com o propósito da igualdade (Johnson 2017: 9). Ainda que muitos afirmem que ainda decorre a *terceira onda*, a chegada à mesma deu-se “através de um longo percurso, enfrentando diversas formas de discriminações, segregação, violência, na maioria das vezes inferiorizadas por uma sociedade machista, que esse movimento conquistou força e ganhou o seu espaço ao longo dos anos” (Silva *et al.* 2021: 112). Dentro das conquistas nos espaços políticos e sociais, o surgimento de “uma nova visão da sexualidade com a autonomia, liberdade e valorização da mulher, mitigando dessa forma as relações de desigualdade entre os géneros” (Miranda *apud* Silva *et al.* 2021: 112), deu azo a uma exploração e questionamento profundo da posição da mulher na sociedade.

Porém, independentemente dos rumos e direções deste movimento, segundo Garcia, “a maior força do feminismo e de sua longa história nasce, em primeiro lugar, por ser uma teoria sobre justiça, legítima e em segundo por ser uma teoria crítica: o feminismo politiza tudo o que toca” (2015: 94). A definição de feminista, bem como o *rótulo* associado, ganha amplitude conceptual e interpretativa, dando lugar à discussão de uma definição concreta de feminismo e que tipo de feminista se é (Johnson 2017: 11). Ainda assim, verifica-se a permanência da discrepância de género em múltiplas situações, apesar da tomada de medidas e ações para tal. É na vivência deste quotidiano

desequilibrado que se impõe a questão: Estaremos na presença de uma quarta onda ou a força feminista ficou estagnada na terceira?

## 1.2. Feminismo na atualidade digital – *A quarta onda*

São várias as evidências que apontam para esta hipótese, porém, são poucas as bases teóricas que a conseguem comprovar. Durante anos, vários marcos estruturaram este conceito a partir da inserção de importantes direitos e valores consagrados até à época em que nos encontramos atualmente (Silva 2019: 58). De acordo com Carolina Reis, secundada pela generalidade dos investigadores da área, “a diferença entre o passado e o que estamos a assistir passa pela produção teórica” (2016). Em contraposição às declarações de que o feminismo parou no tempo e permaneceu na *terceira onda*, algumas entidades acreditam que esta ideologia está a ganhar um novo relevo (Day e Wray 2018: 113). Apesar da existência de conquistas asseguradoras de liberdade e igualdade, a luta pelos direitos das mulheres continua.

A intitulação de uma nova vaga pode gerar confusão entre teóricos e defensores dada a decadência correspondente à utilização de rótulos. Além disso, o aparecimento de uma nova interpretação leva a que os autores fiquem reticentes quanto à analogia da onda, na medida em que esta tende a provocar uma sobreposição de objetivos (Day e Wray 2018: 115). Todavia, a transparência desta nomeação não faz com que ela deixe de existir. O nascimento de uma putativa *quarta onda* tem como principal objetivo afastar a conotação negativa associado ao termo “feminista”, passando este último a ser normalizado e utilizado pelas mais poderosas personalidades (Reis 2016).

Com a era tecnológica da comunicação global acelerada em mãos, são poucos os motes que escapam a esta influência. Parece ser claro que “devido às peculiaridades da explosão do feminismo dentro desse contexto, já é possível afirmar com segurança que estamos vivendo um momento de quarta onda do feminismo” (Silva 2019: 37). A identificação da origem deste fenómeno, como era expectável, não é consensual entre os autores interessados na área. Há quem acredite que o ressurgimento do interesse no feminismo iniciou-se por volta do ano de 2012 (Silva 2019: 37). Por outro lado, existem individualidades que consideram que esta renovada convicção antecede a entrada no novo milénio. De um ou outro modo, é para todos reconhecido que esta é uma luta inacabada (Day e Wray 2018: 114).

Mas afinal, como se define a *quarta onda* do feminismo? A inexistência de uma definição universal é um dos vários problemas enunciados pelos

artigos envolvidos na temática. Advoga-se que “o problema adicional consiste na inexistência de uma definição universal para a ‘quarta-onda feminista” (Day e Wray 2018: 115). Tendo como inspiração o discurso da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, intitulado *We should all be Feminists* (2014), Elena Gascón Vera reconhece que a nova fase do feminismo “está a mudar para uma ideologia que aceita todo o tipo de mulheres, apoia a inclusão de identidades diferentes e a apreciação do corpo e da sexualidade feminina” (*apud* Reis 2016).

A esta amplitude concetual vem juntar-se uma maior facilidade de colocar o tema em comum. De acordo com Jacilene Silva, a *quarta onda* do feminismo “é caracterizada principalmente pelo uso maciço das plataformas de redes sociais com fim de organização, articulação e propagação da ideia de que a igualdade entre os sexos ainda é uma ilusão” (2019: 37). Em concordância com esta personificação, surgem novas vozes que justificam esta facilidade de divulgação da nova abordagem com o “aumento do número de organizações feministas, comunidades online e campanhas ativistas” (Day e Wray 2018: 113).

A *quarta onda* do feminismo é descrita tendo em conta três características principais: Ciberfeminismo, interseccionalidade e política de identidade. O primeiro tópico, em conformidade com as designações anteriormente mencionadas, está intimamente ligado ao aumento exponencial da utilização de redes sociais como meio de debate e exposição de opiniões: “A abertura de novos espaços para o debate acerca do feminismo e ações ativistas facilitou a propagação dos ideais feministas e o estabelecimento de ligações entre grupos díspares (p.e. académicos versus ativistas) e indivíduos” (Day e Wray 2018: 115).

No entanto, alguns críticos consideram que este argumento não é suficiente para a afirmação de uma nova vertente, na medida em que “o aumento da atividade online não é por si só suficiente para delinear uma nova onda” (Day e Wray 2018: 115). Posto isto, as autoras supracitadas manifestam a existência de outras duas matérias preponderantes para a explicação da mais recente vaga. A primeira, referente à interseccionalidade, diz respeito à sobreposição ou interseção de identidades sociais. No contexto em que se insere, esta é utilizada como um quadro de análise (Day e Wray 2018: 117). Relativamente à segunda, correspondente à política de identidade, um termo considerado na maioria das vezes depreciativo, aquando associado ao feminismo, este procura combater a violência e a discriminação com base na raça ou no sexo em detrimento da classe (Day e Wray 2018: 120).

Apesar de não apresentar uma descrição tão pormenorizada, a autora Jacilene Silva expõe um ponto de vista que corrobora a importância do “avanço das tecnologias de informação e comunicação”, na medida em que “sendo usadas para contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia e os vários tipos de desigualdades e violência de género” (2019: 37), não só expõem estes temas a uma maior visibilidade como convocam o interesse de indivíduos até aí desatentos quanto ao tema.

Com maior concentração em Inglaterra e nos países da América Latina, o feminismo associado à crescente utilização da Internet permitiu dar voz “a outros grupos de mulheres que o movimento feminista tradicional não foi capaz de representar”, estando assim intrinsecamente ligado à demanda das pessoas que nunca antes tiveram espaço para se manifestarem e serem ouvidas (Silva 2019: 37-38). Segundo Reis (2016), o foco atual do feminismo é a luta “contra a violência doméstica, ao mesmo tempo que se discute a linguagem e o tratamento de igualdade desde o berço.” A articulação gerada pelas plataformas digitais permite que as mulheres se unam “para denunciar as violências machistas ‘de cada dia’, aquelas quotidianas que persistem como reforço de práticas violentas ‘mais graves’” (Silva 2019: 40). Com a partilha de testemunhos *online*, alguns termos tornaram-se populares nesta quarta onda: *Gaslighting*, *slut-shaming*, *mansplaining*, *maninterrupting* e *bropropriating*. Estas palavras definem “abusos psicológicos, morais e intelectuais baseados no género” (Silva 2019: 40).

Em Portugal, este conceito de feminismo rompeu “com a imagem estereotipada atribuída às feministas” através do nascimento da plataforma Capazes em 2014 (Reis 2016). De acordo com Rita Ferro Rodrigues, uma das personalidades representantes da associação, continua a ser necessário conquistar mais mulheres que demonstrem convicção para aderir a esta ideologia (Reis 2016). Tendo em conta a complexidade da definição das vagas feministas, Manuela Tavares reconhece “que se estiver a ocorrer uma nova onda em Portugal será a terceira e não a quarta como é classificada noutros países” (Reis 2016). Apesar da contextualização exposta, a crítica relativamente a este ressurgimento mantém-se, sendo uma apreciação que confronta o feminismo desde a terceira onda: “Críticos da terceira e quarta-onda tratam frequentemente o ‘feminismo’ como um objeto pertencente à geração anterior, devendo apenas ser passado aos ‘herdeiros’ apropriados” (Day e Wray 2018: 123). Há, contudo, perspetivas recentes, tendencialmente aglutinadoras, a advogar que “no movimento feminista contemporâneo” muitas das temáticas das “ondas anteriores são retomadas”, entrecruzando-

se e, em simultâneo, mantendo “abertura de espaço para problemáticas e conceitos novos” (Silva 2019: 47).

O campo do feminismo está em expansão e começam a surgir novas causas, entre estas destaca-se a ideia de *sororidade*, um conceito introduzido na sociedade contemporânea. De acordo com Camila Lamazales, este termo é “designado ao sentimento de solidariedade e irmandade feminina e utilizado por mulheres que participam do movimento feminista, sugerindo união, laços de irmandade, respeito e luta pela igualdade de género” (2021: 17). Este sentimento estende-se à amizade entre mulheres na qual Roxane Gay (2014: 43-44), autora do livro *Bad Feminist*, no capítulo intitulado “How to Be Friends with Another Woman” guia-nos sob uma noção de como estas relações se podem tornar frutíferas e triunfantes:

- “Abandona o mito cultural de que todas as amigas femininas têm de ser *bitchy*, tóxicas ou competitivas. Este mito é como os saltos altos e malas – bonitos, mas desenhados para ABRANDAR as mulheres. Isto não é para dizer que por vezes as mulheres não são cabras, tóxicas ou competitivas, mas sim que estas não são características que definem as amigas femininas.”

- “Não deites abaixo outras mulheres, porque mesmo que não sejam tuas amigas, elas são mulheres, e isto é igualmente importante. Isto não quer dizer que não possas criticar outras mulheres, mas tens de compreender a diferença entre criticar construtivamente e deitar abaixo cruelmente.”

A influência que o nosso círculo social tem sobre nós reflete, muitas vezes, os nossos valores, crenças e atitudes: “O ditado preferido da minha mãe é ‘Qui se ressemble s’assemble’. Sempre que ela não aprovava as minhas companhias, ela dizia isso ominosamente. Significa, essencialmente, tu és aquilo com quem te dás e rodeias” (Gay 2014: 45). Ao rodearmo-nos de mulheres confiantes, seguras de si mesmas e com certezas daquilo que visio-nam para o seu futuro, a energia das mesmas empodera-nos, levando-nos a transcender expectativas e possíveis juízos de valor estipulados sobre nós.

## **2. A representação feminina nos meios de comunicação**

Na consequência da evolução histórica, nomeadamente as problemáticas sociais exumadas pelo movimento feminista, o papel dos media atuou na notificação das comunidades sobre certas questões: “À medida que os problemas femininos se tornam tópicos sociais e políticos familiares, os media reparam neles. O afloramento de movimentos e iniciativas levou à cobertura mediáti-

ca dos mesmos, assim como uma mudança no meio empresarial dos *media*” (Johnson 2017: 2). Apesar de tudo, a aliança parece vir de outros tempos, o que autoriza afirmar que “feminismo e *media* sempre tiveram uma relação próxima. Sem os *media*, as mudanças políticas e sociais para as mulheres nunca teriam acontecido” (Johnson 2017: 13), um reflexo da relação co dependente entre os dois elementos, o que permitiu a evolução social de ambos.

Para Carolyn Byerly e Karen Ross (2006: 8), no momento em que os meios de comunicação se assumem como veículo de difusão de informações, tornam-se numa ferramenta crucial na exposição figurativa feminina e dos ideais manifestados pelo movimento feminista, independentemente de ser negativa ou positiva. Consequente desta exposição, bem como a falta da mesma, a validação dos conteúdos planejados e publicados nos meios de comunicação, reflete-se nos quais “o tipo de história mais frequente sobre mulheres é aquela em que a protagonista é uma vítima, frequentemente às mãos da violência masculina, e isso é algo que fala profundamente sobre o papel da mulher na sociedade” (Byerly e Ross 2006: 8). Demonstra ainda que a transmissão de temas de empoderamento feminino são praticamente insignificantes. A consequente necessidade de representação traduz-se em questões como “onde é que estão as histórias de mulheres bem-sucedidas e de sucesso em negócios, na política, na educação e na ciência?” (Byerly e Ross 2006: 8), as quais permanecem sem resposta face à falta de atuação e divulgação atual.

A esse propósito, “por vezes a mudança começa com alguém que levanta a voz” refere Roxanne Gay (2014: 218), implicando a voz dos inconformados com a realidade que é apresentada. O meio capacitado para ampliar essa voz adquire valor de mensagem, o que promove assim, como meio extensível, a alternativa intitulada redes sociais (McLuhan 2008). À medida que crescem, incrementam o surgimento de novos pontos de vista, “disponíveis para todos, o que permitirá o surgimento de novas ideias e novas formas de combater a opressão” (Johnson 2017: 13). Daqui resulta a possibilidade da transmissão da mensagem feminista nos meios digitais, nomeadamente da representação feminina, mesmo quando tal não se revela uma realidade objetiva nos meios convencionais.

## 2.1. Meios de comunicação convencionais

Com uma procura sustentada em situações concretas, para Byerly e Ross (2006: 43) a mensagem dos *media* relativamente às mulheres é clara;

ironicamente são estas que não conseguem conter os seus impulsos biológicos, sendo obrigadas a mudar as suas atitudes e comportamentos se quiserem ser aceites. Através de dois exemplos, é feita uma tentativa de resposta à questão: será mesmo esta a mensagem de atuação que os *media* querem passar ou, simplesmente, a representação feminina não merece o espaço, tratamento, e cuidado meticuloso dado a outros assuntos? Para ilustrar, são expostos conteúdos noticiosos de duas publicações: de um lado o jornal *Correio da Manhã*, de índole generalista e popular, do outro a capa do *Jornal de Negócios*, especializado em temas económicos, publicada a 30 de dezembro de 2021, intitulada “O que mudar no país? Ideias para pensar sobre a economia e a sociedade”.

No que concerne ao primeiro exemplo, proveniente do *Correio da Manhã*, o emprego perturbador de elementos ilustrativos do conteúdo a noticiar, neste caso, situações de violência sexual, encontra-se acompanhado de imagens de cariz explicitamente erótico. Este tipo de relato acaba por diminuir e desprezar a gravidade do crime em mãos, assim como “trivializar a violência sexual contra mulheres e rotinizar a desacreditação do testemunho feminino” (Byerly e Ross 2006: 44). Relativamente à sugestividade presente nas imagens, nas palavras críticas de Paula Cosme Pinto (2022) no *Instagram*, “estamos a noticiar um crime para lá de gravíssimo ou a publicar um conto de *pornochachada* para entreter leitores? Haja o mínimo de consciência e de respeito na forma como se publicam notícias sobre violência sexual!”

No exemplo seguinte, a peça de opinião da capa do *Jornal de Negócios*, é entrevistado um leque de personalidades acerca do futuro do país, composto por um elenco de profissionais totalmente masculino, branco e de classe alta. A falta de diversidade nesta peça jornalística, considerando as décadas de evolução dos *media*, é um claro entrave ao pluralismo informacional. De acordo com Byerly e Ross, apesar do progresso dos *media*, os leitores veem-se desprovidos de encontrar modelos aspiracionais e representativos: “A extrema tristeza e frustração é que, após décadas de análise dos meios de comunicação feministas e da marginalização presente, tão poucos progressos foram feitos” (2006: 40). Sem sinal de qualquer resposta por parte do *Jornal de Negócios*, esta capa não passou despercebida nas redes sociais, sendo alvo de comentários por parte de Pinto (2021) numa publicação no *Instagram*: “É só dececionante que um jornal de referência como este se esqueça de importância da representatividade ao fazer uma capa destas, nem tenha em conta a mensagem subjetiva que isto passa.” Como acréscimo, foi mencionada a falta de consciência e observação por parte dos responsáveis: “A sério que

em pleno fim de 2021 não houve nenhum@ editor@ ou diretor@ que tenha olhado para isto e conseguido pensar ‘espera lá, isto são só homens e em Portugal há também inúmeras mulheres com opiniões interessantes’” (Pinto 2021). O ator Filipe Vargas também se pronunciou, expondo a sua indignação face à falta de diversidade da peça jornalística: “Podiam mudar o hábito de só convidar homens (14!) para opinar sobre o que for. E o desejo que a vossa capa do próximo ano inclua pelo menos uma mulher (e alguém não branco, se não for pedir muito)” (2021).

Perante estes alertas para a falta de inclusão feminina e de minorias em assuntos informativos divulgados publicamente, Roxanne Gay (2014: 222) revela que as redes sociais conseguem providenciar o elemento comunicativo que o jornalismo atual falha em oferecer aos cidadãos. A conquista cultural no espaço digital em detrimento do processo de acessibilidade aos jornais, rádios e televisão, para lá dos estereótipos já divulgados, proporciona o encontro de comunidades que apoiam e manifestam os mesmos valores, bem como o enaltecimento multifacetado da representação feminina. Ainda para esta autora, as redes sociais providenciam o espaço para o debate nos momentos culturalmente significativos, a fissura intensifica-se na separação dos meios de comunicação convencionais e digitais, promovendo a ascensão de coeficientes opinativos e coletivos *online* (Gay 2014: 220-221).

As questões mantêm-se, e verificando-se que não só o feminismo e a diversidade cultural não têm lugar nos meios de comunicação convencionais, mas que, quando finalmente conseguem um artigo ou nota de rodapé, são retratados de forma condescendente e ignorante. Por outro lado, ascende na sociedade uma geração que não recebe o título de feminista nem permite mais tentativas patriarcais de contenção de convicções e princípios.

## **2.2. Meios de comunicação digitais**

A busca pelo padrão ideal de beleza tem-se intensificado com o uso das plataformas sociais, conformando-se com a referência já existente na imprensa, publicidade e setor cinematográfico (Silva 2019: 44). Segundo Campos *et al.* (2019), este modelo sempre acompanhou a sociedade, porém, atualmente é imposto de uma forma subtil (*apud* Vaz e Fernandes 2021: 12). O modo como este retrato influencia a percepção da mulher sobre si mesma, ou a outras em geral, tem causado um impacto exponencial”, o que além da “baixa autoestima”, ajuda promove a “consciência de que o real anda no sentido contrário ao ideal” (Vaz e Fernandes 2021: 2).

A aprovação desejável por todos os indivíduos passou a ser ostentada a partir dos ditos *likes* e comentários nas fotos *online* em detrimento de elogios pessoais. Uma das redes sociais que mais fomenta esta ideia é o *Instagram*, a interação providenciada por esta plataforma possibilita aos usuários com um grande número de seguidores tornarem-se “formadores de opinião” – os chamados *Digital Influencers* (Campos *et al.* *apud* Vaz e Fernandes 2021: 6). Segundo Gabriela Lima (2016), “os conteúdos apresentados pelos *influencers* favorecem a aderência dos seguidores, que os percebem como uma ‘solução’ para se atingir o padrão de corpo ideal” (*apud* Vaz e Fernandes 2021: 9).

A noção de *ideal* consiste numa ação de “idolatria do corpo, que segundo o padrão de beleza atual, precisa ser magro e definido, seja advindo dos resultados da academia ou mesmo dos tratamentos estéticos e intervenções cirúrgicas” (Vaz e Fernandes 2021: 12). A transmissão desta imagem através de valores mediáticos reforça “a ideia de que qualquer mulher pode atingir o padrão ideal de beleza e que, para isso, basta se esforçar” (Vaz e Fernandes 2021: 4). Quem está fora desse modelo “socialmente imposto, é muitas vezes discriminada, julgada e condenada a exclusões”, afetando a autoestima das mesmas (Vaz e Fernandes 2021: 4). Atualmente, a expressão “Dismorfia de Snapchat” é utilizada para referir a obsessão controladora que rodeia os adolescentes no desejo de realizarem operações estéticas de modo a “ficarem iguais à imagem que têm com filtros do aplicativo Snapchat” (Silva 2019: 44). Os utilizadores destas plataformas veneram “uma fantasia padronizada por uma cultura narcísica, que conduz o indivíduo a um espetáculo de máscaras e aparências” (Vaz e Fernandes 2021: 8).

Adicionalmente, a perspectiva exposta pode ser alvo de preconceitos por parte do sexo oposto ou até mesmo do próprio. A tecnologia apresenta-se como “facilitadora e até mediadora do preconceito, seja contra a mulher ou contra outras minorias, emergindo mais facilmente na internet e, mais precisamente nas redes sociais” (Silva *et al.* 2016: 55). Em consonância com o que foi dito, o aumento da exposição da mulher a partir do avanço tecnológico tornou-se propício para comentários machistas, objetivando a mulher e distorcendo por completo a sua imagem (Silva *et al.* 2016: 61).

Servindo-se da plataforma *Facebook*, Silva *et al.* (2016: 62) desenvolveram uma recolha sistemática de publicações, onde foram “identificadas e refletidas as formas de preconceito contra a mulher”. Perante os conteúdos recolhidos, os autores encontraram três designações para a representação da figura feminina nos meios digitais do ponto de vista masculino. Primeiramente definiram a imagem da mulher objeto: esta é uma

ideia “construída sob as bases publicitárias na qual a mulher surge como uma mercadoria que pode ser negociada e que esta precisa estar adequada aos hábitos de consumo daquele que porventura a tenha ou venha a ter.” (Silva *et al.* 2016: 63) De seguida, retrataram a imagem da dona de casa: Silva *et al.* (2016: 64) declaram que “esta mentalidade ainda reina na maioria dos textos que se propagam pela rede, mesmo com toda a conquista feminina na sociedade, a cozinha e as tarefas do lar ainda são atribuídas a ela.” Por último, é transmitida a interpretação da figura feminina tendo em conta o reflexo de si mesma: A imposição do padrão de beleza, por parte dos meios digitais, faz com que a perfeição se torne numa prioridade para a figura feminina, levando esta numa busca desenfreada pela juventude e beleza eterna (Silva *et al.* 2016: 66).

Posto isto, instalam-se as dúvidas: o padrão ideal de beleza deve ser comum e seguido por todas as mulheres ou devem estas manterem-se recatadas? Existe sequer um padrão de beleza ou é apenas uma conjectura social irrealista? A indecisão e o setor opinativo do modelo mediático tornam estas respostas inconcebíveis até ao momento.

### 2.3. Realidade *versus* Realidade retocada

Na atualidade tecnológica, nomeadamente com o *Photoshop* e outras aplicação de edição, as pessoas têm a possibilidade de modificar livremente as suas fotografias, “o Photoshop mudou a fotografia, a moda, e a publicidade mais rapidamente do que a atualização da legislação referente a este” (Horwath 2016), alterando facilmente aquilo que é real. Muitas campanhas publicitárias utilizam programas como o *Photoshop* para modificar e retocar as fotografias das modelos, o que, no fundo, resulta numa imagem distorcida e falsa do corpo da mulher. Apesar das mudanças através do *Photoshop* serem feitas sem aparentes restrições, em alguns casos editoriais, muitas delas não tem o consentimento do/a modelo, existindo várias situações de fotos retocadas em que os indivíduos em causa se sentiram desrespeitados por terem alterado os seus corpos, passando uma representação errada da sua figura física.

Em 2013 Lady Gaga viu a sua foto na capa da revista *Glamour* alterada, na qual a artista achou que a sua pele parecia demasiado perfeita e o seu cabelo muito suave (Horwath 2016). Ao afirmar “eu não pareço assim quando acordo de manhã...eu nem sequer me pareço assim” (*apud* Dockterman e McCluskey 2015), catalisou uma onda de revelações. De igual modo, os

posters promocionais são alvo de edição, particularmente da série *Pretty Little Liars*, em que uma das atrizes do elenco, Ashley Benson, criticou as modificações desnecessárias, denunciando que as “caras no poster são de há quatro anos atrás...todas parecemos ridículas. Demasiado *Photoshop*. Todas nós temos falhas. Ninguém é assim na vida real, não é de todo atraente” (Benson *apud* Glamour 2017).

Em 2015, foi a vez da atriz Zendaya Coleman se manifestar quando a *Modeliste Magazine* utilizou *Photoshop* numa das suas fotos. Esta divulgou no *Instagram* a sua indignação e a foto original: “Fiquei chocada quando descobri o meu corpo de 19 anos bastante manipulado”, acrescentando que “existem coisas que tornam as mulheres inseguras de si mesmas, que criam ideais irrealistas de beleza” (Coleman 2015). Recentemente, a cantora Marina Diamandis “criticou um designer que afirmou que esta editava as suas pernas” (*apud* Yang 2019), ao qual ela respondeu que “é irresponsável e indelicado distorcer a figura de uma mulher, que é essencialmente a vaidade da pessoa” (Diamandis 2019).

A partir dos exemplos expostos, onde a utilização de retoques do *Photoshop* é reconhecida, a reação de inúmeros testemunhos de personalidades envolvidas refletem sentimentos de ultraje e ofensa perante as alterações não consentidas das suas fotos. Esta adulteração muda a perceção daqueles que estão sujeitos à sua exposição, nomeadamente jovens mulheres, criando expectativas colossais e inalcançáveis para a sua figura física e respetiva representação. Não condenando a sua utilização, as alterações são aprovadas quando não modificam de forma drástica e, principalmente, quando há consentimento para tal. Porém, qualquer modificação deixa de representar a realidade como ela é, naturalmente bonita e aceitável em qualquer aspeto, estando em questão o facto: Porquê mudar algo que já é perfeito?

### 3. Métodos e técnicas

O presente estudo articula-se segundo uma análise intensiva, no qual o feminismo emerge como um mote socialmente debatível e uma perspetiva em permanente discussão, em que, regra geral, a aplicação de “técnicas qualitativas são particularmente justificadas nesta conjuntura social e científica como meios mais adequados, embora não exclusivos, ao estudo da produção e circulação de sentido, mormente quando estão em estudo problemas emergentes em populações escondidas” (Esteves 1998: 2). Esta metodologia caracteriza-se como “uma forma de questionamento social,

que foca a forma sob a qual as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências no mundo em que vivem” (Sparkes e Smith *apud* Resende 2016: 51), de modo a enfatizar “o interpretativismo, a importância de estudar o todo, focando-se na experiência subjetiva dos indivíduos, estudando como as pessoas percebem, e criam o seu mundo” (Resende 2016: 51).

O estudo suporta-se, por um lado, em entrevistas semiestruturadas a profissionais da área e, por outro, na recolha do sentido popular junto de um “grupo de sensibilidade comum” quanto às questões em apreço. As entrevistas foram “organizadas em torno de um conjunto predeterminado de questões abertas, com outras que poderão surgir, decorrente do diálogo entre o entrevistador e quem está a ser entrevistado” (Resende 2016: 52). A versatilidade de resultados, bem como o conhecimento obtido “pode ir de uma troca espontânea de pontos de vista sobre determinado assunto, até uma abordagem cuidadosa da forma de questionar e escutar” (Resende 2016: 53), tornando este tipo de diálogo no instrumento ideal para a obtenção do pensamento aprofundado dos indivíduos em questão.

A escolha das entrevistadas recaiu num quadro de personalidades femininas que, de um ou outro modo, produzem intervenções públicas sobre a temática aqui em análise, tendo em “linha de conta, não só a sua disponibilidade, como a sua capacidade de verbalização em comunicar e explicitar as suas ideias e opiniões sobre a temática em análise” (Guerra *apud* Resende 2016: 52).

- Maria João Silveirinha, professora, investigadora académica e autora de várias intervenções com destaque para a obra *As mulheres e os media*;
- Paula Cosme Pinto, ex-jornalista no semanário *Expresso*, atua também no meio digital (*Expresso Digital* e *@avidadesaltosaltos* no *Instagram*) onde escreve crónicas que vêm compondo a sua obra sobre a mulher na sociedade;
- Carla Cerqueira, professora e investigadora académica com uma vasta obra centrada em desigualdades sociais e relações entre género e media;
- Sofia Branco, jornalista, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas e autora da obra *As Mulheres e a Guerra Colonial*.

Quanto ao “grupo de sensibilidade comum”, foi empregue a entrevista no formato *Vox-Pop*, expressão derivada de ‘*Vox Populi*’, que significa voz do povo”. Tem como objetivo “entrevistar pessoas da sociedade questionando-as sobre um determinado assunto” e, de forma complementar, recolher “informações sobre as ideias, posições, opiniões ou conclusões que uma determinada parte da sociedade tem sobre o assunto que é visado”, permitindo

obter “uma perceção geral da opinião do público” (Ventura 2018). O recurso a este método oferece a possibilidade de extrapolação de opiniões relativas à representação feminina nos meios digitais, com questões diretas e concretas, num contexto sem treino prévio e seguindo um modelo estruturado.<sup>1</sup> Para este processo, todos os quinze sujeitos selecionados identificam-se como mulheres e têm idades compreendidas entre os 14 e 55 anos. A seleção destes deu-se aleatoriamente dentro de círculos sociais, familiares e académicos, existindo como critérios obrigatórios a existência de uma conta nas redes sociais e atividade nas mesmas.

A análise dos dados resultantes do “grupo de profissionais da área” foi executada de modo a descortinar a visão de cada entrevistada, posicionando as respostas em perspetiva e em comparação. No “grupo de sensibilidade comum”, uma vez que os resultados foram obtidos em formato de áudio, é efetuado um balanço integral dos dados recolhidos.

#### 4. Dilemas do feminismo na era digital

##### 4.1. Feminismo, pós-feminismo padrões de beleza e influência digital

*Qual é a sua profissão? O que a motivou a seguir esse percurso?  
Sente-se satisfeita com a sua profissão? Em algum momento sentiu  
que não teve as mesmas oportunidades por ser mulher?*

O “grupo de profissionais da área” insere-se num leque diverso de atuações profissionais desde professoras universitárias, investigadoras, jornalistas, consultoras de comunicação, mas, acima de tudo, mulheres ativas na sociedade.

A envergadura por estes meios justifica-se, para **M.J.S.**<sup>2</sup> pelo gosto que esta demonstra no estudo da comunicação, no qual a paixão pela crítica é partilhada por **S.B.**<sup>3</sup> que, sentindo-se satisfeita com a forma como trabalha e se empenha como profissional, vê o seu esforço diminuído pela falta de progressão na carreira e condições salariais adversas. A opinião relativamente ao estado financeiro que subsede no jornalismo é compartilhada por **P.C.P.**<sup>4</sup>

<sup>1</sup> O guião utilizado para a aplicação desta ferramenta encontra-se na secção Anexos.

<sup>2</sup> Maria João Silveirinha.

<sup>3</sup> Sofia Branco.

<sup>4</sup> Paula Cosme Pinto.

que, apesar de ter adorado exercer jornalismo durante 10 anos, a necessidade de estabilidade financeira levou-a a mudar para o outro lado da barricada, a assessoria de imprensa, onde atualmente se sente privilegiada e satisfeita profissionalmente. A mudança de rumo não é desconhecida para **C.C.**<sup>1</sup> que afirma nunca ter imaginado seguir a área da investigação académica, tendo sido motivada para tal através do seu mestrado inacabado no qual abordava temáticas ligadas ao género e média. A hesitação da mesma quando questionada acerca do seu nível de satisfação no ambiente de trabalho deriva do cansaço resultante do tratamento de determinadas temáticas sociais que se alastram para lá da esfera profissional. Contudo, como quem corre por gosto não cansa, a conjugação plena das áreas de investigação e docência é uma realidade satisfatória para **C.C.**, na qual aprimorou o seu olhar crítico.

O facto de **C.C.** ter começado a sua carreira como uma jovem mulher, fez com que sentisse uma maior diferenciação em relação aos seus pares, chegando a intitular-se *workaholic* devido à grande atribuição de tempo que dedicava ao seu trabalho. No momento em que foi mãe e começou a delinear outras fronteiras e prioridades relativas à sua disponibilidade profissional, o confronto de outros profissionais, chocou e marcou-a como investigadora e pessoa, não só por ter vindo de mulheres, mas sim porque estas tratam de temáticas sobre a desigualdade social. Ainda relacionada à academia, **M.J.S.** expressa a ausência de oportunidades de ascensão e ocupação de cargos de liderança para as mulheres. A sua decisão de afastamento de posições de topo é de cariz pessoal, no entanto, no caso de escolher avançar para esse patamar, denota o encontro de imensas barreiras a essa escolha acompanhada de um custo elevadíssimo, generalizando a situação a todas as mulheres que se encontrem no mesmo dilema. **S.B.** descreve que, ainda que não tenha acontecido essa diferenciação de modo direto e explícito, a discriminação entre homens e mulheres é uma realidade problemática estrutural. No decorrer de 7 anos de carreira em assessoria de imprensa, **P.C.P.** revela não ter sentido a distinção que se tornou condescendente no jornalismo, não só pelo facto de ser mulher, mas também por ter iniciado o seu percurso com 20 anos. Muitas das suas ideias para peças jornalísticas eram atribuídas a homens dado o carácter “arriscado” das mesmas, todavia encontrou a sua voz opinativa nas crónicas do Expresso, nas quais aborda o controverso e “extremista” tema que é o feminismo. Em concordância com **S.B.**, relativamente à maneira como a falta de igualdade de oportunidades se apresenta socialmente, **C.C.** acrescenta que muitas mulheres acabam por

---

<sup>1</sup> Carla Cerqueira.

não optar por determinados cargos, sentindo-se sobrecarregadas no que concerne a expectativas e resultados esperados.

### *O que é para si o feminismo?*

Cada uma das entrevistadas apresentou de forma simples e resumida a sua perspetiva relativamente aeste conceito:

- “O feminismo é a igualdade de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres. Cada vez mais, acho que nós temos de tentar desconstruir este binarismo, porque temos todas as outras pessoas que não se encaixam nele e que acabam por ser muitas vezes ainda mais estigmatizadas.” – Carla Cerqueira

- “No meu gabinete está escrita uma frase (normalmente atribuída a Cheri Kramarae e Paula Treichler) que resume bem o que é ser feminista: ‘é a noção radical de que as mulheres são pessoas’.” – Maria João Silveirinha

- “O feminismo não é mais do que um movimento ideológico que preconiza a igualdade de direitos, de oportunidades, de dignidades, de acesso à saúde, de segurança para todas as pessoas independentemente do seu sexo e do seu género. É uma ideologia de equilíbrio, de justiça, de dignidade e liberdade entre todos e todas.” – Paula Cosme Pinto

- “Um modo de estar, de ser, de olhar. O feminismo não é o contrário do machismo, nem é um ‘ismo’ que exclui, como tantos outros. É uma corrente de pensamento e de ação humanista, que procura a transformação social no sentido de atingir a igualdade de oportunidades para todos.” – Sofia Branco.

Um princípio fundamental que se confirma em todas as definições: a igualdade de género.

### *Considera-se uma feminista? Porquê?*

Mediante a caracterização do feminismo dada por cada entrevistada, segue-se a questão se estas se identificam com a mesma. A resposta positiva é comum a todas, nas quais as razões para tal, para **M.J.S.**, se justificam como algo absolutamente necessário nos mais variadíssimos níveis, nos quais basta ser mulher com consciência do que são desigualdades para se sentir a necessidade de ser feminista. **S.B.** afirma-se como feminista e tenta o transparecer em tudo o que diz e faz, não sendo algo que nasce connosco, mas sim que surge num certo momento da vida em que se tem noção do impacto dos feminismos, como atesta **C.C.** após a sua investigação sobre a

temática e experiências vividas. Proclamando-se como feminista vincada, **P.C.P.** não encara este rótulo como uma ofensa, não conseguindo perceber quem diz que não o é e tendo noção do que se passa fora da sua bolha. Os privilégios que a acompanham não a impedem de reconhecer as múltiplas discriminações das quais as mulheres são alvo numa sociedade que ainda é altamente patriarcal. Complementa também que este questionamento social deve ser realizado não só de forma individual, mas também de forma coletiva, sobre o mundo altamente injusto para as mulheres, com muitos *double standards* que já não deveriam fazer sentido, mas continuam a servir de base para a vida quotidiana.

### *Como percebe a representação da figura feminina nos meios digitais?*

Perante a existência de diferentes representações, **M.J.S.** revela que a investigação mostra que vivemos um clima de “pós-feminismo” nos media, em que se vende a ideia de que o feminismo já não é preciso porque as mulheres já alcançaram tudo o que havia para alcançar. **S.B.** descreve as diferentes imagens da mulher, revezando-se a santa, a mãe e o objeto de prazer, colocando em duas palavras esta representação: Machista e conservadora. A falta de questionamento dos papéis sociais e a reprodução de estereótipos atuais por parte da publicidade contribui na fomentação desta ideia. Através das redes sociais, as mulheres em geral, e as feministas em particular, são alvo de comentários de ódio provenientes de um anonimato covarde por parte dos agressores. Numa outra opinião, **P.C.P.** acredita que o meio digital acaba por ser uma extensão daquilo que é a representação feminina historicamente em todas as plataformas. A imagem da mulher permanece condescendente e hipersexualizada, na qual estas são reduzidas à sua aparência física e muito pouco tidas em conta em relação ao seu intelecto, situações agravadas pela rapidez e massividade do mundo digital, causando uma normalização deste retrato.

Em contraponto, o surgimento de movimentos que questionam esta realidade da mulher no seu 360 colocam em processo a desconstrução e desmistificação da forma como somos representadas, porém, estes continuam a ser a exceção e não a regra. Para **C.C.** esta perspetiva sobre a mulher no mundo digital trata-se de um caminho de avanços e retrocessos, no qual permanece a existência de estereótipos, existindo agora espaço para uma representação diversa. O digital explora outras formas de ativismo, expressos com a mesma intensidade crítica presencial relativa à bolha de representação

modelo de género nos media corporativos. A trans nacionalização de movimentos através da potencialidade do digital promove a discussão e o pensamento coletivo, e como refere **P.C.P.**, o caminho faz-se caminhando e estamos a caminhar para alguma coisa melhor, mas é um caminho penoso e cheio de obstáculos.

***Vê a existência de algum padrão de beleza nos meios digitais?  
Se sim, sente alguma pressão para atingir esse padrão?***

Com posições antagónicas relativas à existência de um padrão de beleza nos meios virtuais, **S.B.** afirma que este não existe, enquanto **M.J.S.** revela que essa existência se perpetua na atualidade. Para **P.C.P.**, não só se verifica a existência deste padrão, como também se estende aos vários géneros, apresentando um carácter punitivo e irreal àquele que se aplica ao sexo feminino. Adicionalmente, declara que, historicamente, a mulher é avaliada na sociedade consoante a sua aparência, assumindo o papel de troféus dos homens, dependendo dos mesmos para a sua subsistência e sobrevivência. O facto de serem instigadas socialmente a este tipo de comportamento resultou na competição feminina que se verifica ainda no momento atual. O estereótipo físico imposto, de que a mulher tem de ser alta, magríssima, sem borbulhas, nem cabelo desalinhado, é um ataque constante à nossa liberdade individual, que nos retira obviamente muito tempo para estarmos ativas noutras dimensões da sociedade. Os *double standards* relativamente aos estereótipos associados a homens e mulheres verifica-se na perceção diferenciada do processo de envelhecimento, no qual uma mulher com cabelos grisalhos é altamente penalizada em sociedade porque é desleixada ou está velha e os homens são charmosos. A desigualdade de género afeta-nos a todos e a todas, a forma e o grau de impacto que estas têm nuns e noutros é que é distinta. A presença de um ideal normativo de beleza é uma realidade para **C.C.**, no qual não são equacionados outros aspetos como as pertenças identitárias, diversidades funcionais e raciais, não implicando apenas esta dimensão ao género feminino. Porém, com o avanço digital, existe um campo grande de *influencers* que levantam a questão relativa aos corpos que respeitam o ideal de beleza normativo. Apesar desse questionamento passar despercebido pela sociedade, encontramos-nos numa fase complexa na qual não é possível afirmar de forma linear o que vemos, encaixando-nos numa sociedade e cultura neoliberal. Esta complexidade deriva da emergência simultânea das representações visuais, não sendo possível categorizá-las

mediante a sua expressão em diferentes públicos.

Conquanto a divergência relativa à existência deste padrão, para **M.J.S.** e **S.B.**, a pressão para atingir o mesmo é ausente. Em contraposição, **P.C.P.** acredita que levamos esta coisa de sermos muito lindas desde pequeninas, com elogios do género “És muito bonita” e “Aí que linda”, uma vez que vemos como exemplo mulheres que estão preocupadas com o que os outropensam da sua aparência física e hábitos alimentares. Dado o bombardeamento de determinados tipos de estereótipos de beleza em tudo o que nos rodeia, o processo de desconstrução do mesmo é algo muitíssimo difícil de fazer. A aplicação deste modelo específico é extremamente rentável para as indústrias, uma vez que compensa deixar esta ansiedade em relação à imagem e à beleza inalcançável às mulheres. No entanto, como menciona nas suas crónicas, se um dia as mulheres acordassem todas de manhã, olhassem ao espelho e pensassem “Epá, eu sou fabulosa” e “Adoro que estou a ver no espelho”, iam à ruína imensas empresas no mundo. Embora **C.C.** não se sinta pressionada por essa imagem fantasiosa devido à sua fisionomia tendencialmente magra, realiza frequentemente o autoquestionamento crítico relativamente à presença constante desses padrões, assumindo ser inevitável não incorporar os mesmos nas dinâmicas do quotidiano. Ainda que haja representações diversas, não há uma normalização, elas são ainda uma exceção e são noticiadas por esse fator, não sendo consumidas pelo comum das pessoas e impactando o crescimento e perceção das próprias crianças. O entrave à exposição alargada de modelos diversificados, que propulsionam a mudança social, reside na questão comercial, pesando nas escolhas empresariais. Nomeadamente a publicidade, que funciona bastante por estereótipos, utilização dos mesmos por parte das empresas mantém-se, uma vez que os modelos de beleza e *lifestyle* resultam financeiramente. Sob um olhar mais atento, verifica-se que há uma preocupação de inserção e bem-estar das pessoas nos grupos em que estão e, muitas vezes, sentir-se bem é conformar-se com aquilo que é a norma dominante.

*Sente que o que vê nos meios digitais influencia as suas  
decisões e modo de pensar?*

**P.C.P.** sente as suas decisões e modo de pensar influenciados por aquilo a que está exposta nos meios digitais. Os estereótipos são aqui retomados como principal motivo de questionamento e desconstrução de que estes modelos são errados e sem sentido, contudo, impossíveis de escapar porque

estão sempre presentes. Como seres humanos com fragilidades e inseguranças, a necessidade de encaixar e integrar naquilo que a sociedade considera certo revela-se algo natural, bem como o facto de nos deixarmos afetar pelo peso destes estereótipos. A omnipresença das redes sociais, principalmente na transmissão constante de informação e mensagens subtis, faz com que **P.C.P.** não tenha a mínima dúvida de que este uso tenha um impacto direto, infelizmente, muito negativo na auto percepção em relação ao nosso corpo, à nossa beleza, àquilo de que somos merecedoras e àquilo que temos de fazer. No fundo, estas plataformas e estas mensagens prescrevem-nos comportamentos: É suposto nós tentarmos emagrecer, estar maquilhadas e lindas, não estarmos cansadas, não termos olheiras, pintarmos o cabelo... É suposto tentarmos ser mais do que aquilo que nós somos, porque só isso não é suficiente. **C.C.** tenta ter um distanciamento crítico e afirma que, mesmo sem pensarmos muito sobre o assunto, acabamos por ser influenciadas. Assumindo-se um caso particular, **M.J.S.** admite ser influenciada no sentido oposto ao pretendido, utilizando esta influência como objeto de análise crítica. **S.B.** responde a este tipo de influência com um redondo “não”.

***Estudo de caso: Imagine que está a fazer scroll no feed do seu Instagram ou Facebook e vê a publicação de uma rapariga com um biquíni reduzido. Qual é o seu primeiro pensamento?***

O pensamento de **S.B.** reside na resposta à quarta pergunta, podendo ser uma publicação alvo de preconceitos machistas e conservadores. O direito de usar o biquíni reduzido é algo realçado por **M.J.S.**, que afirma ainda que os media não têm é o direito de fingir que só há raparigas que usam biquínis reduzidos. Dependendo do contexto da publicação, **C.C.** reflete sobre a objetificação que acaba por estar presente, muitas vezes não sendo encarada como tal, tornando-se numa questão de empoderamento e decisão própria. Porém, o questionamento inicial é crítico, modificando-se posteriormente em relação ao contexto em que se insere e respetivo impacto. Direta e espontânea, o pensamento primário de **P.C.P.** é: “Eu sou uma foca.” Após uma comparação física com a foto em questão, surge o pensamento elaborado: “Paula Maria, atenção porque isto também está retocada a imagem, há biquínis de todos os tamanhos e há corpos para todos os tamanhos.” Apesar de conseguir realizar uma desconstrução pragmática destes pensamentos, esta não surge em primeiro lugar. Adicionalmente, quando questionada se a publicação deveria ser exposta nos meios digitais, **P.C.P.** afirma que

durante muitos anos julgava e achava que não seria algo adequado. Contudo, após algum tempo de desconstrução daquilo que é ou não é adequado nas mulheres, esta encara-a como só mais uma imagem, tendo sido necessário um trabalho de grande desconstrução sobre si própria e aos seus preconceitos. Atualmente, o seu pensamento primário já não é castrador, mas reconhece a existência de possíveis repercussões de outrem.

#### 4.2. Influências *na ou da onda digital*

A falta de oportunidades para as mulheres é uma circunstância notória para todas as entrevistadas. O facto de verem o seu trabalho profissional desvalorizado por terem iniciado as suas carreiras como jovens mulheres, exigiu das mesmas o dobro de dedicação para se afirmarem e serem levadas a sério pelos seus pares. Esta discriminação, ainda que não seja feita de forma direta e explícita, consiste numa problemática estrutural, na qual a perceção da mulher enquanto profissional varia indubitavelmente, resultante de uma reestruturação das suas prioridades ou responsabilidades acrescidas na vida pessoal.

Mediante as diversas caracterizações do feminismo verifica-se que este é um conceito mutável, mantendo-se o princípio da igualdade em todas. Em associação a estas definições, surge o título de “feminista”, o qual não é visto como um rótulo ofensivo e algo necessário de atuação, não nascendo necessariamente com a *persona*, mas surgindo numa determinada altura da vida, fruto de experiências pessoais e investigações sobre o tema.

Em termos de vivência digital, vive-se um clima de pós-feminismo, com uma sociedade machista e conservadora, na qual a representação da figura feminina perdura como condescendente e sexualizada. A existência de movimentos que questionam esta imagem estereotipada é escassa, mas real, verificando-se uma emergência lenta da representação diversificada. A presença de um padrão de beleza nos meios digitais é notada por três das entrevistadas, delineado como algo perpetuado, abrangente e com *double standards* no que concerne a todos os géneros. Todavia, a pressão associada a esse padrão apenas é reconhecida por Paula Cosme Pinto, percecionando a mesma como algo que é instigado desde a infância e rentável para diversas indústrias. A mensagem no combate a esta imposição reside no aumento da apreciação e amor próprio, não transformando em regra a conformidade com a norma. A influência alastrada pelos meios virtuais explora as fragilidades e inseguranças de cada uma, no qual é forçado o pensamento de insuficiência.

A aplicabilidade do estudo de caso teve como finalidade comprovar a presença do sentimento de sororidade e ausência de julgamento relativamente à situação exposta, verificando-se que a mesma se trata de uma questão de empoderamento, decisão e direito próprio, sem vestígios de um pensamento castrador e preconceituoso. Adicionalmente, é reforçada a tomada de consciência das possíveis repercussões daquilo que é publicado nas redes sociais, pertencente, posteriormente, ao domínio público.

No contacto com a via popular, a atividade das selecionadas nas redes sociais resume-se a horizontes temporais anuais, mensais e em épocas ou ocasiões de destaque. Os conteúdos com maior interação são aqueles que se relacionam com animais, comida, *lifestyle*, *influencers* e *fitness*. Em termos de respostas relativas às modificações das publicações, verificaram-se seis negativas e nove positivas, nas quais os sujeitos fundamentaram as suas escolhas com melhorias técnicas e estéticas, verificando-se, de igual modo, a ausência da necessidade para tal.

Apesar de não ser afirmada nenhuma alteração, uma das entrevistadas não ignora que existe cuidado quanto à seleção das publicações. O facto destas adulterações poderem ofuscar inseguranças e interpretações alternativas, bem como a preocupação com o impacto que estas podem ter, são algumas das razões que levam a estes procedimentos. Relativamente à possibilidade de existência de um padrão de beleza presente nas redes sociais, duas inquiridas negam esta hipótese, considerando que este existe apenas na vida real. As restantes evidenciam a pressão social para o alcance desses estereótipos como algo prejudicial e sequencial na procura da perfeição irreal, sendo também ignorada, tomando preferência por páginas com pessoas e vidas reais, uma vez que nem tudo o que se vê é verdadeiro, refletindo sobre a apreciação do facto de sermos únicas.

### **Considerações finais**

Através do processo investigativo, pode-se afirmar que a representação feminina é realizada de uma forma machista e conservadora, encontrando-se na maioria das vezes sexualizada e com uma profunda ausência de diversidade. O outro espectro também se encontra presente, ou seja, existe o tipo de representação mencionada, ou não existe de todo. A perceção desta representação feminina, principalmente pela audiência que lhe compete, sofre um processo de transformação social que leva a idealizações irrealistas de estereótipos e padrões a serem atingidos, encaixando-se na

norma dominante dos meios digitais. Os modelos supracitados criam um sentimento de insuficiência e promovem a necessidade de mudança física quando, na verdade, não existe necessidade para tal, mas sim uma urgência de aceitação, amor próprio e desconstrução daquilo que é exposto. Aliada a estes dois fatores, surge a representatividade feminina diversificada nos vários palcos comerciais e digitais, ainda que num aflorar lento e diminuto, mas real e próspero.

Em questão de limitações e entraves à realização plena deste artigo, a complexidade da área em mãos dificultou a seleção informativa e aplicação da mesma nas diferentes componentes estruturais, bem como a criação de distanciamento perante os exemplos expostos. Em termos metodológicos, a disponibilidade das entrevistadas condicionou os momentos conversacionais e, tendo em consideração que duas delas responderam via *e-mail*, o aprofundamento dos seus pontos de vista foi impossibilitado. A própria existência de um padrão de beleza nos meios digitais poderia ser colocada em questão e, até negada, existindo uma abordagem diferenciada a indivíduos que não possuam redes sociais, nem estejam em contacto com o meio digital.

Dado o carácter abrangente, ambíguo e diversificado do tema em questão, e reiterando a multitude de significados semânticos do feminismo, é necessário reforçar a abertura do discurso inclusivo, considerando as diferentes visões e posições sobre o tema. Adicionalmente, é comprovado ao longo deste texto que o feminismo não procura superioridade em relação ao género masculino, não pretende uma representação social privilegiada, mas alcançar e estar em pé de igualdade com aquilo que os homens sempre possuíram de forma espontânea.

## Referências Bibliográficas

Berger, Peter e Luckmann, Thomas. 2010. *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.

Byerly, Carolyn e Ross, Karen. 2006. *Women and Media: A Critical Introduction*. USA/UK/Australia: BlackwellPublishing.

Coleman, Zendaya. 2015. Informação presente na descrição do *post*, publicado no dia 21 de outubro de 2015, na conta @zendaya no *Instagram*. Internet. Disponível em <https://www.instagram.com/p/9FV2sdJmOk/> (consultado em 28 de dezembro de 2021).

Day, Katy e Wray, Rebecca Jayne. 2018. "Fourth-wave feminism and postfeminism: Successes and failures". In: *Transform: A Journal of the Radical*, 4: 113-

137. URL:<https://eprints.leedsbeckett.ac.uk/id/eprint/7735/>.

Diamandis, Marina. 2019. Informação presente no *post*, publicado no dia 27 de fevereiro de 2019, na conta @MarinaDiamandis no *Twitter*. Internet. Disponível em <https://twitter.com/MarinaDiamandis/status/1100578786779766785> (consultado em 28 de dezembro de 2021).

Dockterman, Eliana e McCluskey, Megan. 2015. “Zendaya and 8 Olher Celebs Who Protested Photoshop and Won”. Internet. Disponível em <https://time.com/3572400/zendaya-celebrities-protest-photoshop/> (consultado em 28 de dezembro de 2021).

Esteves, António Joaquim. 1998. “Metodologias Qualitativas – Perspetivas Gerais”. In: António Esteves & José Azevedo (eds): *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia: 1– 8.

Garcia, Carla Cristina .2011. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Editora Claridade.

Gay, Roxane. 2014. *Bad Feminist*. Australia/Canada/New Zealand/United Kingdom/United States: HarperCollins Publishers.

Giddens, Anthony. 2003. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Glamour. 2017. “9 Times Celebrities Have Spoken Out About Being Ridiculously Photoshopped”. Internet. Disponível em <https://www.glamour.com/story/celebrities-speak-out-bad-photoshop> (consultado em 28 de dezembro de 2021).

Gramsci, Antonio. 2004. *Cuadernos de la cárcel*. Ciudad de México: Ediciones Era.

Horwath, Aaron. 2016. “Photoshop, Models, and the Law: How Far is Too Far?”. Internet. Disponível em <https://www.pixelz.com/blog/photoshop-mols-laws/> (consultado em 27 de dezembro de 2021).

Johnson, Tayllor Blair. 2017. *Waves of Feminism and the Media*. Kentucky: University of Kentucky.

Lamazales, Camila Bonjovani. 2021. *A sororidade como fator de sucesso para a jornada do empreendedorismo feminismo através do design thinking*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Europeia.

Marx, Karl. 2015. *O Fetichismo da Mercadoria e os seus Segredos*. Lisboa: Antígona.

McLuhan, Marshall. 2008. *Compreender os Meios de Comunicação – Extensões do Homem*. Lisboa: Relógio d’Água.

Pinto, Paula Cosme. 2021. Informação presente na descrição do *post*, publicado no dia 30 de dezembro de 2021, na conta @avidadesaltosaltos no *Instagram*. Internet. Disponível em [https://www.instagram.com/p/CYG1m\\_VMRFK/](https://www.instagram.com/p/CYG1m_VMRFK/) (consultado em 31 de dezembro de 2021).

----- 2022. Informação presente na descrição do *post*, publicado no dia 5 de janeiro de 2022, na conta @avidadesaltosaltos no *Instagram*. Internet. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CYW54QFMr5K/> (consultado em 6 de janeiro de 2022).

Reis, Carolina. 2016. “O novo feminismo”. Internet. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2016-09-25-O-novo-feminismo> (consultado em 3 de janeiro de 2022).

Resende, Rui. 2016. “Técnicas de Investigação Qualitativa: ETCI”. In: *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 2 (1): 50-57. URL:[https://www.researchgate.net/publication/305488949\\_Tecnica\\_de\\_Investigacao\\_Qualitativa\\_ETCI](https://www.researchgate.net/publication/305488949_Tecnica_de_Investigacao_Qualitativa_ETCI).

Silva, Jacilene Maria. 2019. *Feminismo na atualidade: A formação da quarta onda*. Brasil: Recife.

Silva, Joasey, Valter Carmo e Giovana Ramos. 2021. “As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas”. In: *Revista de Direitos Humanos em Perspetivas*, 7 (1): 101-122. DOI: [10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948](https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948).

Silva, Renália, Marcelo Silva Filho e Antonio de Souza. 2016. “A representação da mulher no mundo virtual: Perceções acerca do preconceito machista nas redes sociais”. In: *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, 1 (9): 55-69. DOI: <https://doi.org/10.30681/real.v9i01.1436>.

Vargas, Filipe. 2021. Informação presente no *storie*, publicado no dia 30 de dezembro de 2021, na conta @filipevargas no *Instagram*. Internet. Sem *link* (consultado em 30 de dezembro de 2021).

Vaz, Lara e Fernandes, Natane. 2021. *Redes sociais e a distorção da autoimagem – Um olhar atento sobre o impacto que os influenciadores digitais provocam na autoestima das mulheres*. Artigo Científico. *Repositório Universitário da Ânima (RUNA)*.

Ventura, Ana Marisa. 2018. “Vox Pop”. Internet. Disponível em <https://knoow.net/ciencsociohuman/jornalismo/vox-pop/> (consultado em 15 de dezembro de 2021).

Yang, Lucy. 2019. “18 celebrities who have spoken out against photo editing”. Internet. Disponível em <https://www.insider.com/celebrities-photoshopped-edited-pictures-photos-2017-8> (consultado em 28 de dezembro de 2021).

## ANEXOS

Capas das notícias do *Correio da Manhã*:

PORTUGAL

### Grávida de seis meses violada quando pedia socorro ao marido

Vítima de 26 anos, com gestação de seis meses, atacada por colega de casa que tinha chegado nesse dia a Portugal.



PORTUGAL

### Toxicodependente viola idosa de 87 anos no Sardoal

Fez-se passar por militar da GNR para entrar na casa da mulher e cometer crime.



PORTUGAL

### Julgado por violar amiga que lhe deu guarida em Lisboa

Houve ingestão de álcool e o predador sugeriu sexo a três. Dona da casa acabou atacada.



PORTUGAL

### Homem de 39 anos que atacou 14 mulheres estava em condicional

Violador em série caçado pela PJ vai agora ser julgado.

Capa do *Jornal de Negócios*:

FIM DE SEMANA

# negocios

negocios.pt

ESTREIA PEREIRA  
Um novo líder para o país  
partido e um grande desafio  
económico

ALIAS-INTERDE DINH  
O anúncio de 800 milhões  
para o setor energético  
é um desafio

**O que mudar no país?**  
Ideias para pensar a economia e a sociedade  
PROPOSTA DE LEI Nº 100/2022

**Tarifa**  
Carregamento de automóveis elétricos vai ficar mais caro  
PROPOSTA DE LEI Nº 100/2022

**Incumprimento**  
Venda de crédito reduz malparado das famílias  
27/06/2022 12:30

Entrevista a Maria Filomena Moutor  
"Tendemos a não amar o que é feito em Portugal, e até a desaprovar"  
Direito da felicidade: Um caso para tirar cinzentismo da lei

Estid by Híd  
100% 100%  
Uma solução para todos  
QR CODE  
https://www.estidbyhid.pt

SOLVERDE.pt  
GAMA UMA APOSTA GANHA AO VIVO  
BONUS 100% ATÉ 200€

### **Guião da Entrevista:**

1. Qual é a sua profissão? O que a motivou a seguir esse percurso?
2. O que é para si o feminismo?
3. Considera-se uma feminista? Porquê?
4. Como percebe a representação da figura feminina nos meios digitais?
5. Vê a existência de algum padrão de beleza nos meios digitais?
6. Sente que o que vê nos meios digitais influencia as suas decisões e modo de pensar?
7. Estudo de caso: Imagine que está a fazer *scroll* no *feed* do seu Instagram ou Facebook e vê a publicação de uma rapariga com um biquíni reduzido. Qual é o seu primeiro pensamento?

### **Perguntas adicionais:**

1. Sente-se satisfeita com a sua profissão?
2. Em algum momento sentiu que não teve as mesmas oportunidades por ser mulher?
3. Sente alguma pressão social para atingir esse padrão?
4. Quando falaram consigo sobre repensar a sua disponibilidade e carreira, sentiu-se prejudicada dado que esse comentário veio de uma mulher? (Carla Cerqueira)
5. Sente que se houvesse uma representação mais diversificada, principalmente nos meios digitais, não existiriam tantas preocupações e mais conformidade? (Carla Cerqueira)
6. Em relação à rapariga, ela deveria publicar? (Paula Cosme Pinto)

### **Guião do Vox-Pop:**

1. Com que frequência publicas nas redes sociais?
2. Qual é o tipo de conteúdo com que interages?
3. Modificas as tuas publicações antes de as colocar online?
  - 3.1. Porquê?
4. Achas que existe algum padrão de beleza nas redes sociais?



## **ESPAÇOS CULTURAIS DA FUNDAÇÃO CASA GRANDE: REFLEXÕES E VIVÊNCIAS**

*Rosi Cristina da Silva (UTAD)*

### **ABSTRACT**

The present work aims to describe a field experience in a qualitative approach research carried out in the cultural spaces of the Casa Grande Foundation – Memorial do Homem do Cariri, in Nova Olinda, municipality of the state of Ceará, semi-arid sertanejo in the Northeast of Brazil. The text brings reflections that highlight the importance of the interaction between the researcher and the researched, by the daily life of children and young people in the cultural and training spaces of this third sector organization. This experience is a part of the empirical trajectory of the researcher-author during her PhD in Cultural Sciences, at the Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Portugal.

Keywords: Place of Memory; Culture; Local Development; Field work.

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva descrever uma vivência de campo em pesquisa de abordagem qualitativa, realizada nos espaços culturais da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Cariri, semiárido sertanejo do Nordeste do Brasil. O texto traz reflexões que evidenciam a importância da interação do pesquisador e o pesquisado, ao permitir conhecer o cotidiano das crianças e jovens nos espaços culturais e formativos da organização do terceiro setor. Essa vivência é um recorte da trajetória empírica da pesquisadora-autora durante o Doutorado em Ciências da Cultura, realizado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Portugal.

Palavras-chave: Lugar de Memória; Cultura; Desenvolvimento Local; Trabalho de Campo.

Recebido em 15 de junho de 2022.

Aceite em 30 de junho de 2022.

## **Introdução**

A Fundação Casa Grande–Memorial do Homem do Cariri desempenha um papel muito importante para o desenvolvimento regional, sustentável e humano em Nova Olinda, município do estado do Ceará, Brasil. Neste sentido ela apresenta-se como um espaço de tradição e práticas culturais, um “lugar de memória”, originalmente constituído pelo marco histórico dos Índios Cariris, situado na Chapada do Araripe, hoje ressignificado pelo convívio de crianças e jovens onde se configuram trocas sociais e culturais.

No contexto de instituição do terceiro setor, a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri é uma organização não-governamental (ONG) brasileira, sem fins lucrativos, que concentra todo o fazer institucional na prática de gestão cultural com relevância na formação social e cultural de crianças e jovens. Assim, dispõe de um estatuto, do registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Nova Olinda, e organograma institucional, onde está representada uma hierarquia com a assembleia de sócios fundadores, constituída por uma diretoria, um conselho fiscal composto por três integrantes jovens, e um conselho cultural composto por cinco integrantes jovens, assim como um conselho científico.

Para entender o caráter jurídico da organização não-governamental, no Brasil, o termo “ONG” foi criado pela ONU na década de 40, dado pela sua estrutura jurídica público-comunitário não estatal, e a que muitos autores se referem como “terceiro setor” da economia. Na definição de Ilse Sherer-Warren (1998: 195), as organizações não-governamentais são:

Organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (1999: 195).

Na trajetória do surgimento da Fundação Casa Grande perpassa a historiografia Cearense entre o século XVII e início do século XVIII, pelos caminhos das boiadas, os latifúndios se expandiram no Nordeste, altura em que surgiu o ciclo do couro. Nesse sentido é preciso considerar que, na região

do Cariri, o ciclo do couro faz parte da cultura da família dos Kariu-Kariri, e foi nessa travessia que surgiu uma Tapera – a atual Casa Grande – sem as paredes laterais, o rancho que abrigava os vaqueiros de suas boiadas. Diante desse marco histórico, pode-se afirmar que a Fundação Casa Grande – Memorial Homem do Cariri foi o primeiro Ponto de Cultura<sup>1</sup> da Região do Ceará voltada para a preservação da memória. Já esteve inserida na categoria Pontão de Cultura<sup>2</sup>, programa do Ministério da Cultura (Minc); assim a Casa Grande funcionava num único ponto onde se concentravam vários intercâmbios, cujo objetivo estava voltado ao repasse das tecnologias de gestão cultural, disseminando a experiência de formação dos jovens gestores culturais para outras instituições do Nordeste.

Na visão de Takeshy Tachizawa, a gestão estratégica aplicada às ONG integram elementos focados na captação de recursos, parcerias, convênios com governo e instituições financeiras. Tachizawa define a captação de recursos como “uma busca de recursos (não exclusivos, mas predominantemente financeiros) como forma de atingir a missão de uma entidade, implementando programas e projetos de organizações do Terceiro Setor. Conjunto de técnicas destinadas a organizar e a potencializar a busca de recursos” (Tachizawa 2004:303).

Ao longo da sua existência, A Fundação Casa Grande traz uma experiência bem sucedida em gestão cultural, conta com um centro cultural, uma escola de comunicação e laboratórios de convivência social, que teve como principais idealizadores, o fundador e presidente Francisco Aemberg de Souza Lima, músico e pesquisador cultural, e sua esposa Rosiane Limaverde (In memoriam), arqueóloga, co-fundadora e presidente do conselho científico.

Na encosta da Serra do Araripe foi construída a casa de estilo colonial, no século XVIII, por volta de 1717, pelos primeiros colonizadores, índios Cariri, que chegaram ao sertão de Inhumuns pelo Rio Jaguaribe, hoje sede da ONG na cidade de Nova Olinda.

A Casa Grande, considerada a primeira casa de fazenda da região, que deu origem à cidade, foi onde morou a família Filgueiras, de Barbalha, município da região do Cariri. Porém, nos anos seguintes a casa foi vendida

---

<sup>1</sup> <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/apresentacao>

<sup>2</sup> Os Pontões de Cultura são entidades de natureza e finalidade cultural que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura. Podem agrupar-se em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum. Fonte: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontao>

por dois contos de reis ao Senhor Neco Trajano, comerciante de rapadura, casado com a viúva Senhora Santana, com quem teve cinco filhos. Logo após a morte do comerciante, em 1933, a família ainda permaneceu, mas a casa foi abandonada na década de 70. A edificação, primeira casa da Fazenda Tapera de Neco Trajano, avô de Alemberg Quindins, foi restaurada e funciona como a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Cariri, fundada em 1992 pelo casal Alemberg Quindim e Rosiane Lima Verde.

## **1. Um olhar sobre a Pesquisa**

Na trajetória empírica, a experiência vivenciada durante o trabalho de campo é o que nutre a pesquisa, entendendo-se que são utilizados métodos e técnicas para coleta de dados; neste estudo optou-se pela observação participante do tipo etnográfico com registros no diário de campo.

Nesse contexto, o olhar “movimento interno do ser que se põe em busca de informações e de significações” (Bosi 2006: 66) mostra o convívio de crianças, jovens formadores e familiares na Casa Grande, e ao mesmo tempo identifica e analisa como acontece a apropriação da cultura local na perspectiva da formação educativa desses gestores culturais, por meio dos programas de memória, comunicação, artes e cultura. Esta imersão vivida no lugar, possibilitou o lançamento de um novo olhar sobre as questões norteadoras deste estudo. Dessa forma, Alfredo Bosi explica que

Esse novo olhar é o que, desde sempre, exprime e reconhece forças e estados internos, tanto no próprio sujeito, que deste modo se revela quanto no outro lado, com o qual o sujeito entrevem uma relação compreensiva. A percepção do outro depende da leitura dos seus fenômenos expressivos dos quais o olhar é o mais prenhe de significação (2006: 77).

Adentramos as portas do lugar, pelas paisagens da perimetral sul do Ceará (foto 1) até à cidade de Nova Olinda, para lançar um olhar fenomenológico na pesquisa. No cenário seguinte, um novo caminho a ser trilhado, para se chegar à casa azul, no Memorial do Homem do Cariri (Foto 2). A pesquisa efetuada começa a seguir o caminho antropológico, o trabalho de visitar um passado coletivo nos espaços culturais da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Cariri.



Foto 1 – Avenida Perimetral Sul. Ceará, 2014.

Fonte: Acervo pessoal da autora.



Foto 2 – Fundação Casa Grande, fachada principal.

Nova Olinda, Ceará, 2014.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Desde o início da pesquisa de campo, em todas as viagens a Nova Olinda, logo após a chegada ao aeroporto de Juazeiro, havia um jovem responsável pela Agência de Turismo Comunitário que operacionalizava o receptivo, e direcionava a estada para as pousadas familiares. A hospedagem familiar é definida como uma residência em que o visitante se hospeda, participa do convívio direto, compartilha das mesmas refeições e do modo de vida da família, e com isso tem a oportunidade de conhecer os valores

característicos da comunidade local.

Assim, procurou-se selecionar uma pousada em que a família apresentasse jovens e crianças com o perfil delimitado na amostra da pesquisa, para a coleta de dados desse estudo. Diante disso, houve uma alteração no percurso por não ser possível conduzir a pesquisa dessa forma, porque existe um critério de rodízio para que todas as casas sejam contempladas na geração de renda complementar nesse segmento do turismo comunitário.

Ao chegar à pousada domiciliar, o acolhimento foi realizado pela mãe responsável pela pousada, que apresentou as regras de funcionamento, e acompanhou até ao dormitório localizado na área externa da casa, com fachada colorida, porta e janela frontal, em madeira, que recria o universo simbólico das casas do sertão. Destaca-se que em algumas casas a estadia acontece também nas dependências internas, forma inicial do acolhimento de hóspedes antes da construção das pousadas na parte externa da residência. O mobiliário, em sua maioria, está padronizado e é composto por dois beliches, jogos de cama e banho com a logomarca da Casa Grande, ventilador, frigobar, TV, vídeo e aparelho de som, e uma prateleira com folders, revistas em quadrinhos, Dvds, publicadas pela Editora Casa Grande.

Inicialmente, somavam um total de quatro casas tidas como hospedagem domiciliar, mas em 2002 com a criação da Coopagran<sup>1</sup>, foram construídas as pousadas e atualmente somam um total de dez casas cadastradas na área urbana, sem incluir as que também providenciam hospedagem na área rural. Para ter acesso à hospedagem, o critério inicial é deixar a solicitação com os dados pessoais na página da Web da Agência de Turismo.

## **2. A Construção de Imagens Fotográficas**

Neste estudo destaca-se o registro de imagens para ampliar o olhar e buscar informações, apropriações e ressignificações a partir das lentes de uma câmera fotográfica. Sendo assim, os documentos fotográficos colaboraram para registrar o conteúdo vivenciado, os dados de interesse no estudo e a estrutura das narrativas. As fotografias são mais que uma imagem congelada, pois revelam aspectos e contribuem com as nossas capacidades de olhar a

---

<sup>1</sup> Cooperativa Mista dos Pais e Amigos da Casa Grande é formada pelos pais dos meninos e meninas que fazem a Fundação Casa Grande, No período de produz e comercializa suvenires e artesanatos, além de gerenciar o receptivo turístico através da lojinha, cantina, bodeguinha, pousadas domiciliares e serviço de transporte. Atualmente, as atividades da antiga Coopagran foram repassadas para a Agência de Turismo Comunitário, empresa administrada por um jovem empreendedor participante da Fundação Casa Grande.

partir de vários pontos de vista. Os registros fotográficos trazem fragmentos registrados a partir do conteúdo vivenciado, e segundo Boris Kossoy são

fragmentos da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade (2001: 155-156).

Referindo-se à fotografia como uma extensão de nossa capacidade de ver, como refere Milton Guran, a sua função é “destacar um aspecto de uma cena a partir do qual seja possível se desenvolver uma reflexão objetiva sobre como os indivíduos ou os grupos sociais representam, organizam e classificam as suas experiências e mantêm relações entre si” (2002:103).

A construção de imagens na pesquisa de campo desencadeia conversas e potencializa a convivência da pesquisadora com os pesquisados (Foto 3). A recolha de dados mediante participação da pesquisadora nas rodas de conversas, seguidas de entrevistas semiestruturadas individualizadas, permitiu observar, registrar e analisar a relação das crianças e jovens gestoras dos espaços culturais com seus mestres, no caso os idealizadores da Casa Grande.



Foto 3 – Pesquisadora fotografando os espaços culturais da FCG. Nova Olinda, Ceará, 2014.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Neste sentido, Silvia Caiuby Novaes destaca a importância dessa construção de visibilidades na pesquisa de campo por meio de registros fotográficos, e explica que “as fotografias são neste sentido estratégicas: o tema “não cai do céu”, ele é motivado pelas fotos, que permitem ao pesquisador introduzir questões, esclarecer dúvidas, colher ricos depoimentos, acompanhar as discussões que as fotos suscitam entre as pessoas” (2012: 17).

Salientando a importância do conteúdo fotográfico para a construção da pesquisa, Boris Kossoy afirma que

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado, ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. Monumentos históricos, vestuários, poses e aparências dos personagens estão ali esperando interpretações (2001:101).

### **3. Espaços Culturais da Casa Grande – Vivência no cotidiano**

Para compreender o processo das dimensões formativo-culturais nas linhas de atuação da Fundação Casa Grande, que abrange quatro programas: educação infantil, empreendedorismo juvenil, geração de renda e sustentabilidade institucional, analisou-se os projetos integrantes dos laboratórios de produção (Memorial, TV, Radio, Editora e Teatro) e de conteúdo (Biblioteca, Gibiteca e Dvdteca).

Nesse contexto, todos realizam ações nos setores criativos da cultura, da arte, da memória, da comunicação, da educação e do turismo. Dentro da estrutura dos quatro eixos estratégicos, a Fundação contribui para o fortalecimento do capital humano e institucional, e para o fomento das cadeias produtivas de desenvolvimento territorial.

Assim, pelos legados de memórias e significações movimentados pelos discursos referentes à arte e à cultura, a Fundação Casa Grande, no que tange a um “lugar do sentido inscrito e simbolizado” segundo Marc Augé (2011: 76), é constituído por espaços culturais identitários reveladores de crenças, costumes, definidos pelo autor como “lugar antropológico” identificado como “àquela construção simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem se designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja” (Augé 2011:51).

O percurso inicial da trilha pelos lugares de memória, aqui referido

como os espaços culturais, foi a Casa-museu, nomeada Memorial do Homem do Cariri. O projeto museológico desse espaço cultural iniciou-se a partir da recolha de objetos de valor histórico e arqueológico pelos idealizadores da Organização não governamental, que resgatam e preservam as práticas, as manifestações e objetos culturais do vale do Cariri, e funciona como um laboratório de produção, onde os materiais arqueológicos reconstituem a memória coletiva dos indivíduos ali representados através da construção de tradições locais transmitidas nas lendas e mitos, inseridos e agrupados nos circuitos expositivos em seis salas que fazem alusão aos antigos moradores da casa, através de um retrato emoldurado exposto na parede de cada área.

A casa permite ao visitante "mergulhar" nos antigos costumes da região, onde a sala principal "Coração de Jesus" (Foto 4), é dedicada à Sagrada Família e aos santos de quem os moradores eram devotos, e os protetores de seus habitantes. Ainda neste espaço, a foto de Alemberg e Rosiane, ainda crianças, resgata o costume de sempre haver na parede a imagem dos donos da casa. A escultura do índio Karius, o presente da cabocla que contava lendas para Alemberg, é objeto de destaque no centro da casa, num nicho de vidro.



Foto 4 – Sala principal “Coração de Jesus”  
Nova Olinda, Ceará, 2014.

Fonte: Acervo pessoal da autora.

Nos demais lugares do circuito do memorial estão a “Sala da Etnia” que mostra imagens de crianças indígenas, uma máscara usada em rituais indígenas, e textos informativos sobre a cultura dos índios Karri-Karriu, a sala “Mitos e Lendas” onde estão as fotografias dos lugares considerados

sagrados com os seus respectivos mitos e lendas, uma tradição oral de contar histórias repassadas de geração para geração, expressas com o propósito do resgate da memória local e história social. Ainda no mesmo espaço, destaca-se ao centro uma “igaçaba”, uma urna funerária que os índios utilizavam para armazenar ossadas humanas. Na sala “Artes Rupestres”, ao centro, encontra-se uma tigela cerâmica que era utilizada para cozinhar e armazenar mantimentos, e ainda muitos registros fotográficos das pinturas rupestres feitas nas rochas, que resgatam a arte primitiva realizada pelos índios e por outros povos que habitavam a região da Chapada do Araripe. Na sala da “Arte Cerâmica”, ao centro, está uma tigela cerâmica pintada com uma ferramenta rústica, o espinho de mandacaru, e ainda os primeiros cachimbos usados pelos povos indígenas, muitas vezes como peça religiosa em seus rituais. Na sala “Acervo Lítico” resgata-se a arte de polir as pedras para obter utensílios de uso doméstico, evidenciando-se os formatos mão de pilão para uso doméstico, e as machadinhas para uso ritualístico.

O memorial pode ser vislumbrado pelos visitantes pesquisadores, artistas, escolas da região, e turistas de todas as regiões do Brasil, e até de outros países. A participação da pesquisadora foi no decorrer do acompanhamento às visitas guiadas por recepcionistas mirins, meninos e meninas da Casa Grande que se apropriaram dos saberes regionais e narram a história advinda de seus antepassados, no decorrer do percurso pelos circuitos dispostos na casa.

O Memorial do Homem do Cariri é gerenciado por uma criança com 11 anos, e dispõe de crianças recepcionistas com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos. O espaço congrega elementos da cultura local e achados arqueológicos, e a vivência da pesquisadora no espaço permitiu a imersão na cultura local da região, ressaltando-se a participação das crianças como peça fundamental na prática da cidadania e na formação educacional, e ainda a geração de renda com o turismo social de base comunitária.

Nesse campo de atuação da ONG, como indutora da prática de ações culturais que contribuem para a educação técnica e profissionalizante de crianças e jovens, dentre os conteúdos destaca-se a importância das dimensões formativas culturais como fundamentais para o desenvolvimento da autonomia, postura crítica e criativa.

Nas práticas educativas voltadas para a preservação e valorização do patrimônio cultural local, a educação patrimonial constitui-se como processo educativo e um dos eixos temáticos e norteadores da Fundação Casa Grande é a implementação de projetos voltados para a área de patrimônio

cultural imaterial e material, sendo que nesse último as atividades são para crianças e jovens, vinculando a formação e a pesquisa em aulas de campo nos sítios arqueológicos e mitológicos da região do Cariri, inserindo iniciativas de identificação dos bens culturais e, concomitantemente, contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

No decorrer das entrevistas feitas durante o desenvolvimento do Projeto e visitas de campo, foi referido o Projeto Encantados, iniciado no ano de 2015, que tem como público alvo os estudantes da região Cariri Cearense e estados vizinhos. No “Encantados”, destaca-se a arte como instrumento de educação que transforma o memorial num laboratório de produção, arte e conhecimento, onde os visitantes são convidados a participar das oficinas de arte educativas com aulas de contação de histórias, confecção de bonecos e brinquedos, perna de pau, e escavações arqueológicas.

O segundo percurso trilhado foi o Teatro Violeta Arraes – Engenhos das Artes Cênicas, acompanhando os guias mirins, numa visita para assistir a apresentação de uma bandinha de latas com crianças integrantes da Fundação Casa Grande. O Teatro Violeta Arraes – Engenho das Artes Cênicas foi inaugurado em 19 de dezembro de 2002, com capacidade para 180 pessoas, com apoio do Governo do estado do Ceará, um espaço cultural onde são realizadas atividades de formação no âmbito das artes.

A difusão da arte e da cultura no Teatro Violeta Arraes – Engenho de Artes Cênicas faz-se a partir do laboratório de conteúdo, um programa voltado para criar atividades musicais como ferramenta educativa, levando ao surgimento da bandinha de Latas intitulada “Os cabinha”. Os integrantes que formam esta Banda já estão na quinta geração e, inicialmente, as atividades foram programadas com o intuito de incentivar as crianças a tornarem-se músicos. Os instrumentos musicais utilizados pela referida banda são artesanais, confeccionados a partir de materiais de sucata. Assim, motivados para a divulgação da Banda, foi produzido um videoclipe, e uma agenda com uma sequência de viagens para apresentações musicais na Europa.

No percurso da vivência, a terceira trilha foi para analisar como funciona o laboratório de comunicação, a emissora Casa Grande FM, um projeto iniciado pela Fundação Casa Grande desde dezembro de 1992. A vivência aconteceu na participação no programa Submarino Amarelo, direcionado para as crianças, com músicas infantis, estórias, e diálogos. O programa tem a locução de uma criança da Casa Grande que faz ao vivo o roteiro do programa, de forma improvisada, com muita criatividade, conversando como se já conhecesse o cotidiano dos ouvintes, contando histórias e lendas

locais. Nesse diálogo composto de improvisos, as crianças atuam como atores dessa produção de conhecimento na rádio e se apropriam de um processo de formação de comunicadores populares, para incentivar a participação de outras crianças e estimular a cultura e o lazer na comunidade local.

A Casa Grande FM traz elementos mais característicos de uma rádio educativa do que exatamente de uma rádio comunitária. O estilo das músicas tocadas no programa tem o objetivo de educar os ouvintes, e com isso não acompanha a indústria fonográfica da atualidade. Nesse sentido, a radiodifusão educativa é conceituada por Maria Eugenia Fontecilla como “meio de desenvolver a participação, a organização comunitária etc, dentro de uma nova perspectiva qual seja a de que o futuro da educação está profundamente unido ao futuro social de um povo” (1983: 9).

No decorrer das vivências nos espaços culturais, foi identificado um espaço lúdico frequentado pelas crianças e jovens, o “Parque Vei Leonso”. Entre o cumprimento das atividades da Casa Grande, as crianças também tinham um horário lúdico, e brincavam no parque. Assim, buscando compreender os sentidos atribuídos pelas crianças às brincadeiras no parque, vivenciou-se os momentos das brincadeiras, observando a espontaneidade e a criatividade inerentes ao universo infantil.

### **Considerações Finais**

Assim, há que se refletir que “vivência é o processo de viver; é coisa que se experimentou vivendo, (...) é experiência, prática; é aquilo que se viveu” (Houaiss 2009). E todas essas vivências nas trilhas da trajetória empírica nos trabalhos de campo aproximaram a pesquisadora – objeto de pesquisa para uma troca de saberes. No contexto, o desafio foi lançar um olhar sobre a pesquisa a partir de novas percepções, tendo em vista que os laboratórios culturais eram gerenciados por crianças.

As brincadeiras no parque são registros de momentos atrativos para as crianças da Casa Grande, que por se caracterizar como um lugar de memória coletiva, afirma o resgate de lembranças de várias gerações que a partir das brincadeiras no parquinho se apropriaram das atividades dos espaços culturais e começaram a frequentar a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem do Cariri. Dessa forma, o ato de brincar na infância favorece o desenvolvimento das habilidades e oportuniza interações entre as crianças, como afirma Angela Nunes:

as brincadeiras, no decorrer do período que corresponde a Infância, oferecem às crianças alguns dos pontos de referência cruciais para a percepção das dimensões espaciais e temporais nas quais seu cotidiano acontece. Uma vez incorporados, esses pontos de referência tornam-se conhecimento, tanto de domínio individual como de domínio coletivo, conhecimento este que a acompanhara ao longo de toda sua vida (Nunes 2002: 236).

Nessa dimensão de pertencimento a um grupo cultural com as mesmas características identitárias e da construção dos saberes pelo ato de brincar, evidencia-se que a iniciação da criança na Casa Grande por esse espaço lúdico, o “Parque Vei Leonso”, é uma forma de incentivo para as mesmas se apropriarem dos demais espaços culturais e atividades proporcionadas pela ONG.

Ao apropriarem-se das atividades culturais, “os meninos e meninas da Casa Grande”, como são chamados na ONG, vivenciam o cuidar de si passando pela experiência repassada pelos seus mestres, idealizadores da ONG. Parafraseando Foucault (2004:73), o cuidar de si tem sempre a necessidade de passar pela presença do mestre, que ensinou a importância da relação com o outro. Assim, o empoderamento através das atividades culturais, permite o fortalecimento da autoestima dessas crianças para seguirem carreiras que se assemelham e enquadram nas áreas vivenciadas na Casa Grande, preparando-os para tornarem-se possíveis empreendedores

## **Referências Bibliográficas**

- Augé, Marc. 2012. *Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. 9.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Papirus.
- Bhabha, Homi K. 2010. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Bosi, Alfredo. 2006. “Fenomenologia do olhar”. In: A. Novaes (Org.), *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Foucault, M. 2004, *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fontecilla, Maria Eugenia. 1983. *Rádio Educativo: um Guia para Programadores*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional.
- Guran, Milton. 2002. *Linguagem Fotográfica e Informação*. 2.<sup>a</sup> Edição, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- Halbwachs, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Houaiss, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Internet Disponível em: [www.houaiss.uol.com.br/busca](http://www.houaiss.uol.com.br/busca). (Acesso em 2022-05-24).
- Kossoy, Boris. 2001. *Fotografia e História*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial.

Nora, Pierre. 1993. “Entre Memória e história: o problema dos lugares”. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. São Paulo: Puc/Educ, nº 10: 7-28. Internet. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> (Acesso em 2022-06-23).

Novaes, Sylvia Caiuby. 2012. “A construção de imagens na pesquisa de campo em antropologia”. In: *Iluminuras*, Porto alegre, v.13, n.31: 11-29, jul./dez. Internet. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/36791/23802> (Acesso em 2022-06-23).

Scherer-Warren, Ilse. 1999. *Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização*. São Paulo: Hucitec

Tachizawa, Takeshy. 2012. *Organizações não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégias de Atuação*. 4.ª ed.). São Paulo: Atlas.

Yúdice, George. 2006. *A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na Era Global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

## **REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: ENTRE MUSA E OBJETO**

*Adriana Sydor de Paula* (UTAD)  
*José Barbosa Machado* (UTAD / CEL)

### **ABSTRACT**

The Brazilian popular music has been established worldwide as a representation of Brazilian culture. The branching of classical music in Brazil, creating the genre known as Música Popular Brasileira (MPB), happened after the second century of colonization. Among the most common themes explored by MPB are women. Over two centuries of being courted through music, the female figure is often represented as something that looks like a profound homage, a declaration of love, an inspiration that proclaims woman as a muse but actually treats her like an object. The purpose of this work is to identify the representation of women in three very well-known songs in Brazil and treated as symbols of recognition of value, beauty, physical and moral attributes or the other way around, depending on the time and social context in which they appear or are analyzed – “Minha Namorada” (by Carlos Lyra and Vinícius de Moraes) “Marina” (by Dorival Caymmi) and “Saudade da Amélia” (by Ataulfo Alves and Mário Lago).

Keywords: Brazilian music, female representation, woman-muse, woman-object.

### **RESUMO**

A música popular brasileira se estabeleceu mundialmente como representação da cultura do Brasil. A ramificação da música erudita no Brasil, criando o gênero conhecido como MPB, aconteceu depois do segundo século de colonização. Entre as temáticas mais comuns da MPB está a mulher. Mais de dois séculos sendo cortejada através da música, a figura feminina muitas vezes é representada como algo que parece uma homenagem, uma declaração de amor, uma inspiração que proclama a mulher como musa, mas, na verdade, a trata como objeto. O objetivo deste trabalho é analisar a representação da mulher em três canções muito conhecidas no Brasil e tratadas como símbolo de reconhecimento de valor, beleza, atributos físicos e morais ou ao contrário, a depender da época e contexto social em que aparecem ou

são analisadas – nomeadamente “Minha Namorada” (de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes), “Marina” (de Dorival Caymmi) e “Saudade da Amélia” (de Ataulfo Alves e Mário Lago).

Palavras-chave: Música brasileira, representação feminina, mulher-musa, mulher-objeto.

Recebido em 26 de janeiro de 2022.

Aceite em 2 de julho de 2022.

## **Introdução**

A música popular brasileira se estabeleceu mundialmente como representação da cultura do Brasil. Enquanto na Europa, no decorrer do século XVIII, o que se opunha à música erudita era a criação, ou recriação, folclórica (normalmente de autor desconhecido, com transmissão oral entre gerações), no Brasil, o invento se desenvolveu na música popular, com autores conhecidos, partituras, divulgações por meios oficiais, etc. A ramificação da música erudita no Brasil, criando o gênero conhecido como MPB (Música Popular Brasileira), aconteceu depois do segundo século de colonização, o que é explicado pelos ciclos econômicos e urbanos do país, e desde então faz sua caminhada para representar cultura e costumes, cores e formas de olhar e estar no mundo, comportamentos e natureza.

Entre as temáticas mais comuns da MPB está a mulher. Mais de dois séculos sendo cortejada através da música, a figura feminina muitas vezes é representada como algo que parece uma homenagem, uma declaração de amor, uma inspiração que proclama a mulher como musa, mas, na verdade, a trata como objeto.

O objetivo deste trabalho é analisar a representação da mulher em três canções muito conhecidas no Brasil e tratadas como símbolo de reconhecimento de valor, beleza, atributos físicos e morais ou ao contrário, a depender da época e contexto social em que aparecem ou são analisadas – nomeadamente “Minha Namorada” (de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes), “Marina” (de Dorival Caymmi) e “Saudade da Amélia” (de Ataulfo Alves e Mário Lago).

### **1. Primeiras notas**

Desde quando o homem canta? O que marca a relação humana com a música? O primeiro assobio, a primeira vez que o vento nas folhas das árvores foi percebido, ou foi quando alguém tentou imitar um pássaro? É tentador afirmar que a música nasceu com a percepção humana. Mas é preciso estabelecer a diferença entre sonoridade, capaz nas ondas do mar, na chuva batendo na terra ou nos trovões, por exemplo, e música como representação artística que tem em sua concepção a harmonia entre os sons, o ritmo, a melodia e, não obrigatoriamente, a voz.

O que a História da Arte e a Arqueologia anotaram como “a primeira

música do mundo”, com as obrigatórias aspás pela obviedade da impossibilidade da afirmação, é uma descoberta de 1950 feita em Ugarit, na Síria. Fragmentos de 29 tabuletas de argila de 3,4 mil anos resistiram ao tempo como pequenas iscas sobre os primeiros registros musicais. Uma dessas tabuletas, no entanto, a que foi nomeada pelos pesquisadores como H6, tinha pedaços maiores, o que proporcionou sua reconstrução. Depois de um trabalho de vinte anos, Richard Dumbrill, professor de Arqueomusicologia na Universidade da Babilônia, no Iraque, conseguiu traduzir a H6 para que a humanidade conhecesse “a música mais antiga do mundo” (Molana-Allen & Porter: 2018).

Os registros contidos na H6 dão conta de uma canção um tanto prosaica. Segundo Dumbrill, a música é “sobre uma jovem que não pode ter filhos e acha que é porque se comportou mal de alguma forma, o que não é mencionado [...]. E pelo que podemos entender do texto, que é bastante limitado, ela sai à noite para rezar para a deusa Nikkal, que era a deusa da lua. E leva consigo uma pequena lata com sementes ou óleo de gergelim, que oferece à deusa. É tudo o que sabemos sobre o texto” (*apud* Molana-Allen & Porter: 2018).

A primeira música grafada é sobre uma mulher, a maternidade, sua comunhão com uma deusa, seu sacrifício – se este eu-lírico feminino foi criado por um homem ou por uma mulher, ainda, ou para sempre, não há resposta, mas de alguma forma, mesmo sendo uma civilização tão distante em hábitos e costumes, a temática parece próxima e com facilidade de compreensão.

Da H6, ou mesmo antes dela, até hoje, a música percorreu muitos caminhos, amadureceu formas, desenvolveu possibilidades, propiciou a criação de instrumentos, uniu povos e passou para o campo das Artes a contar e registrar o fazer humano. Neste estudo, não tendo como objetivo explorar os trajetos e evolução da música, pode-se, no entanto, indicar alguma literatura, para compreender melhor caminhos, movimentos, compositores, gêneros musicais e ideias sobre o assunto, como, por exemplo, *Uma Nova História da Música*, de Otto Maria Carpeaux (1977); *Sobre a Música*, de Santo Agostinho; *História Universal da Música*, volumes I e II (2001), de Roland Candé; *História da Música Ocidental*, de Donald J. Grout e Claude V. Palisca (2007); *História Universal da Música*, de Kurt Pahlen (1991), e muitos outros.

## 2. Breve histórico das origens da música popular brasileira

Pelo fio da História é possível desenrolar o carretel da música popular brasileira *quase* até o seu início. A imprecisão do ponto de partida é a mesma em que a historiografia de qualquer assunto esbarra: a falta e o desencontro de informações e as rupturas e continuidades que se dão em diferentes momentos e nunca num determinado ponto. A forma mais conservadora de abordagem aponta o surgimento da música popular no Brasil no século XVIII em Salvador e no Rio de Janeiro, as duas principais cidades coloniais naquele período que concentravam uma classe média com condições para tanto.

José Ramos Tinhorão, na sua *Pequena História da Música Popular Brasileira* (1975), refere que nos dois primeiros séculos de colonização “os únicos tipos de música ouvidos no Brasil seriam os cantos dos rituais dos indígenas, acompanhados por instrumentos de sopro [...] e por maracás e bate-pés; os batuques dos africanos [...], as canções dos europeus colonizadores” (1975: 5-6) e os cantos tradicionais da liturgia católica. E, para que uma criação pudesse ser nomeada como popular e brasileira, seria preciso que esses elementos se misturassem e se integrassem para a produção de algo novo, com um público para tal resultado, que não seria apenas síntese de vários pedaços, mas uma transformação que narrasse também as mudanças sociais presentes na reunião destes três povos. As cidades proporcionaram (não de forma pacífica, cordata ou integral) o ambiente para isso. “No que se referia ao processo de formação da cultura popular urbana”, diz Tinhorão, “o primeiro compositor reconhecido historicamente como tal só veio a despontar pela metade do século XVIII na pessoa de um mulato tocador de viola: o carioca Domingos Caldas Barbosa, o estilizador e divulgador da *modinha*” (1975: 6).

A *modinha*, que em Portugal se tornou raiz do *fado*, é o primeiro gênero de canção popular brasileira. E não só a partir dela, mas também com ela, outros foram se desenvolvendo, sempre considerando as influências e confluências de culturas e sonoridades. Porque, se as classes sociais altas gostavam de manter conservadas suas distâncias econômicas e culturais em relação às classes baixas, na música a distância foi reduzida, proporcionando a fusão entre salões e quintais, bibliotecas e senzalas, elite e povo.

O *lundu*, que veio direto das rodas de batuque e dança dos negros africanos, o *maxixe*, que primeiro era uma forma de dançar as músicas

européias e exigia dos músicos um esforço para acompanhar os volteios e transformar a música (sendo o primeiro passo para o *choro*), o *tango brasileiro*, de vida curta, mas que também bebeu nas fontes europeias, adaptando-as às características regionais brasileiras, e outros fenômenos musicais e sociais dentro e fora dos salões são contributos importantes para a música brasileira até se chegar ao *samba*, o mais representativo gênero do país. Cada um desses ritmos, se por um lado mantém as mesmas raízes, misturando os sons africanos aos europeus, por outro, resulta em músicas distintas, únicas, prontamente reconhecíveis e, mais importante, não encerra os ingredientes que compõem o caldeirão musical brasileiro. Além dos já referidos, e sem considerar cronologias de influências, cabe neste glossário de origens o *samba-enredo*, a *marcha*, a *música rural*, o *baião*, a *bossa nova*, a *canção de protesto* e outros ritmos que são fontes para outras ramificações.

A complexidade de explicar a efervescência musical brasileira acompanha o tamanho do país, a falta de documentos iniciais e o mosaico feito de muitas cores e pedaços. Por isso, a maioria dos pesquisadores, historiadores, críticos e escritores costuma considerar um trajeto e colocar os demais de lado, para que as muitas possibilidades de itinerário não inviabilizem o trabalho.

Marcos Napolitano, em *História & Música – História Cultural da Música Popular* (2002), numa perspectiva histórica linear, considera que

a música urbana no Brasil teve sua gênese em fins do século XVIII e início do século XIX, capitaneada por duas formas musicais básicas: a modinha e o lundu (ou lundum). A modinha trazia a marca da melancolia e uma certa pretensão erudita na interpretação e nas letras, sobretudo na sua forma clássica, adquirida ao longo do II Império. Quase uma ária operística, com inclinações para o lírico e o melancólico [...] a modinha se tomou quase obrigatória nos salões da Corte, e será, ao lado do lundu branqueado, um dos gêneros de maior aceitação, a partir do trabalho das casas de edição musical, introduzidas por volta dos anos 1830. O lundu (ou lundum), no começo uma dança “licenciosa e indecente” trazida pelos escravos bantos, acabou sendo apropriado pelas camadas médias da corte, transformando-se numa forma-canção e numa dança de salão. Geralmente tinha o andamento mais rápido que a modinha e uma marca rítmica mais acentuada e sensual, sendo uma das primeiras formas culturais afro-brasileiras reconhecidas como tal (2002: 40-41).

É importante também ressaltar que durante muito tempo, até meados do século XIX, o profissional da música no Brasil era considerado uma

espécie de artesão, que desempenhava um “trabalho realizado a partir de regras de ofício e correta manipulação do material bruto do som, e não como atividade ‘espiritual’ ligada ao talento natural” (Napolitano 2002: 42) – em resumo, uma atividade para negros e mestiços, muitos deles ainda escravos. A exigência de uma boa execução para divertir a corte e a alta sociedade em diversos estilos, a depender do momento, exigia dos músicos uma gama de repertório ampla que transitava da música sacra à polca, da música barroca à modinha, de trechos de ópera à valsa.

Nas senzalas e nas reuniões informais, as músicas que predominavam eram as que tinham caráter africano, embora já contaminadas pelos respingos europeus. Com o passar dos anos, as duas pontas foram ficando próximas e, por causa de “compositores e músicos ousados, transgressores, anticonvencionais” (Napolitano: 2002: 44), se entrelaçaram de maneira definitiva, tendo no *choro* a ponte ideal entre o mundo erudito e popular.

O Brasil mestiço, que encontra em sua cor as muitas do mundo; em seus hábitos, as variedades de culturas; em seu modo de pensar e agir as mais diversas influências, é o retrato de sua música, ora melancólica, ora dançante; ora erudita, ora popular; ora abrangente, ora específica. A música brasileira é ao mesmo tempo síntese e pluralidade; é o

produto desta apropriação e desse encontro de classes e grupos socioculturais heterogêneos. Não houve, na verdade, a apropriação de um material “puro” e “autêntico” como querem alguns críticos, na medida em que as classes populares, sobretudo os “negros pobres” do Rio de Janeiro e mestiços do Nordeste, já tinham a sua leitura do mundo branco e da cultura hegemônica. Assim, a música urbana brasileira nunca foi “pura” [...]. De qualquer forma, as maneiras como o pensamento em torno da música popular foram construindo uma esfera pública própria, com seus valores e expectativas, traduzem processos permeados de tensões sociais, lutas culturais e clivagens históricas. Esta é uma das possibilidades de abordar a relação entre música e história (social, cultural e política), sem que uma fique reduzida à dinâmica da outra (Napolitano 2002: 48-49).

Antes de encerrar esta síntese, que apenas pretende nomear a raiz de alguns gêneros para investigações futuras, a depender do interesse do leitor, é imprescindível citar o *samba*, porque é ele o ritmo maior da cultura musical brasileira.

Vinícius de Moraes canta no *Samba da Bênção*: “Porque o samba nasceu lá na Bahia / E se hoje ele é branco na poesia / Ele é negro demais no coração”.

Ao colocar a Bahia negra como endereço, Vinícius fala do tempo e do espaço do surgimento do *samba*. Mas esta forma historiográfica com determinação definitiva contrapõe tendências mais modernas que consideram dinâmicas mais abrangentes, em que discursos de diferentes locais, vozes e pensamentos brotam ao mesmo tempo para transformações e evoluções simultâneas. Por isso é inevitável considerar a Bahia, o Rio de Janeiro, o contexto de Minas Gerais, a corte portuguesa, as sociedades urbanas, a escravidão, a abolição, os saraus, a independência e uma série de outros pormenores, para reconstruir, ainda que de forma deficitária, os trajetos que se afunilaram para desaguar no *samba*. Revogar a busca pela origem e pelo autêntico é entender que nada acontece a partir de um marco e que qualquer processo de cultura e identidade é fruto do tempo e de eventos naturais, históricos e sociais. Entretanto, há a necessidade de pontos específicos. Informa Napolitano que

a princípio, a palavra *samba* designava as festas de dança dos negros escravos, sobretudo na Bahia do século XIX. Com a imigração negra da Bahia para o Rio de Janeiro, as comunidades baianas se estruturaram de forma espacial e cultural e tiveram nas “tias”, velhas senhoras que exerciam um papel catalisador na comunidade, o seu elo central. A primeira geração do *samba*, João da Baiana, Donga e Pixinguinha, entre outros, tinha a marca do maxixe e do choro, e a partir das comunidades negras do centro do Rio [...] irradiou esta forma para toda a vida carioca e, posteriormente, para toda a vida musical brasileira. [...] quando Donga registrou a música “Pelo Telefone”, colocando-lhe o rótulo de “*samba*”, ele realizou um gesto comercial e simbólico a um só tempo: comercial porque registrava uma música que reunia elementos de circulação pública, e simbólico na medida em que tanto o registro de autoria (na Biblioteca Nacional em 1916) quanto o fonográfico (com o selo Odeon, em 1917) permitiam uma ampliação do círculo de ouvintes daquela música para além do grupo social original (2002: 49-50).

A partir da gravação emblemática, o gênero se desenvolveu, se misturou, agregou e separou instrumentos, dando origens a outros gêneros, como por exemplo a *bossa nova* e o que ficou conhecido como MPB. Neste sentido, coloca-se o *samba* como ponto de partida da canção brasileira, mas vale sempre grifar que antes dele muitas outras manifestações desfilaram pela cultura musical do Brasil.

### 3. A mulher e a música

A história mostra a mulher na música, desde a Antiguidade Clássica, como em qualquer outra situação social: num papel de subordinação ao homem. Poucas são as compositoras cujo nome sobreviveu aos séculos e que ficaram associadas à figura de criação. À mulher ficou delegado a personagem de musa.

A palavra *musa* vem do grego *mousa*, que na mitologia, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), é “cada uma das nove deusas, filhas de Zeus e Mnemósine, que dominavam a ciência universal e presidiam as artes liberais [...] as musas eram, originalmente, ninfas que habitavam os bosques e as adjacências de rios e fontes; mais tarde, elevadas à categoria de divindade, passaram a inspirar a poesia e a música”.

Ainda nos percursos mitológicos, as nove criaturas cantavam, acompanhadas pela lira do deus Apolo, o presente, o passado e o futuro. Em determinado momento, o coro feminino se diversificou e cada uma das componentes desenvolveu personalidade própria, com uma capacidade/habilidade singular. Calíope, Clio, Erato, Euterpe, Melpômene, Polímnia, Tália, Terpsícore e Urânia representavam, respectivamente, a História, a Poesia Lírica, a Música, a Tragédia, a Música Cerimonial, a Comédia, a Dança e a Astronomia e Astrologia.

Continuando pelos caminhos da mitologia, porque eles também são responsáveis por nossos pensamento e comportamento ocidentais, no princípio, as musas serviam como ajuda a um autor em sua área, eram inspiração e alegadamente sopravam ideias. Depois passaram a donas das Artes, a forças criadoras autênticas, onde o autor não era mais que a voz. Foram de objetos de inspiração a criadoras, mas sempre ocupando a voz do orador, quer em um papel, quer em outro.

Esta dicotomia fictícia e representativa se estabeleceu, de maneira mais ou menos intensa, a depender de contextos sociais e temporais, como *modus operandi* nas sociedades ocidentais. À mulher coube ou um papel de criadora escondida atrás de uma capa masculina que lhe *roubava* a voz, como um ser que tinha como *serventia* existir para inspirar. O tempo verbal usado no passado não significa que ainda hoje os comportamentos citados não se repitam; esta opção se deu para marcar uma linha que foge da contemporaneidade pela obviedade de avanços no assunto.

Para este estudo, o papel de musa chega como inspiração, não como

agente de criação. A proposta, já referida antes, é de contrapor este papel ao de objeto.

Na música brasileira, o tratamento da mulher como objeto aparece com grande frequência. Quanto mais comercial, mais se perde identidade e migra-se para um lugar em que há a tendência à padronização, o que foi amplamente estudado e difundido por Theodor Adorno quando lançou a esfera de pensamento que coloca a música como elemento do regime de produção capitalista. No texto “O fetichismo na música e a regressão da audição”, por exemplo, o autor fala não apenas da objetificação do indivíduo, como ouvinte, mas também das consequências psicológicas, emocionais e sociais que isso causa. Às mudanças comportamentais de audição, Adorno classifica de *regressão da audição* e isso se dá pela maneira como a música popular é produzida e entregue às pessoas, massificando comportamentos e maneiras de compreensão, dentro dos objetivos da Indústria Cultural, da produção mercantil (Adorno 1983: 135 e segs.).

Para Adorno, um dos grandes problemas da música popular, sobretudo a comercial, seja em análise de letra ou de compassos, é a unificação do pensamento dos ouvintes, o que melhor pode ser compreendido ao pensar nas imagens de linhas de montagem. O propósito deste trabalho não permite ultrapassar certos limites, mas, ainda assim, é conveniente dar um passo a mais para verificar como o autor descreve o processo de criação dos *hits* radiofônicos. Diz o autor que o mecanismo psicológico envolvido funciona do seguinte modo:

se alguma música é tocada sempre de novo no rádio, o ouvinte começa a pensar que ela já é um sucesso. Isso é fomentado pelo modo como canções promovidas são anunciadas nas estações de rádio, frequentemente com a seguinte forma característica: “Agora você vai ouvir o último sucesso do momento”. A própria repetição é aceita como um sinal de sua popularidade (Adorno 1983: 135-136).

A necessidade desta citação se dá, porque a mesma fórmula é aplicada em comportamentos, em culturas, em maneiras de ser e estar no mundo e é aqui que acontece o encontro com a forma como a mulher é vista e representada na música, sendo subjugada à condição de musa, quando muitas vezes não passa de objeto. O contrário – isso será visto mais à frente – também ocorre, a provar que o condicionamento da leitura do papel de mulher se repete, mesmo que ela esteja representada de outra forma – os olhos viciados do mundo...

Nos diversos gêneros musicais que surgiram e se popularizaram no

Brasil no início do século XX, a mulher sempre teve destaque na temática. Sobre isto, explica Beltrão:

Passando pelos mais variados ritmos, desde modinhas, lendas, valsas, chorinhos, sambas, marchas, sambas-canções, bossa-nova, e tantos outros, até os mais recentes, alguns de indefinível classificação, as letras cuja temática é o feminino refletem uma ideologia patriarcal que, apesar de certas mudanças no comportamento social em relação à mulher, vem mantendo seus fundamentos ainda que a nível inconsciente (1993: 134).

Para este trabalho, foram escolhidas três músicas, em que a figura da mulher aparece em contextos diferentes, para serem analisadas à luz da semiótica sobre discurso e mensagem.

A primeira, “Minha Namorada”, bossa nova de 1965, uma parceria entre Carlos Lyra e Vinícius de Moraes, foi escrita para a peça *Pobre Menina Rica*, também de autoria dos compositores da canção. A peça fez grande sucesso no Rio de Janeiro e, duas décadas depois, virou filme, sem a mesma projeção. A canção, no entanto, ultrapassou os limites de *Pobre Menina Rica*, passou a ser gravada por vários artistas e se transformou em sucesso.

A segunda, “Marina”, samba-canção de 1947 escrito por Dorival Caymmi, faz parte de uma vertente do autor que foge das canções praieiras e das inspiradas na Bahia, para ser composta a partir de temas com vivências mais urbanas.

E, por fim, “Ai, que Saudade da Amélia”, samba de 1941 de Ataulfo Alves e Mário Lago. A Amélia da canção se tornou um símbolo de mulher perfeita, que desfilava os padrões machistas e patriarcais da época e por isso entrou no radar de grupos que buscavam (e buscam) condições de igualdade para a mulher.

#### **4. Análise semiótica das três canções**

Em seguida, serão exploradas as mensagens implícitas nas três canções referidas através de uma abordagem semiótica, o que significa buscar as partes do todo, fazer um isolamento detalhado para depois recompor e promover um entendimento do seu plano da expressão e do seu plano de conteúdo (Pietroforte 2004: 11). Esta abordagem visa “o estudo das relações da obra de arte ao seu contexto, ou melhor, aos seus contextos, e também as relações que produtores e receptores (consumidores) estabelecem com ela” (Fidalgo e Gradim 2004: 136). Porque, se entre as artes, a música é a que menos

exige necessidade prévia de conhecimento para ser fruída, está na canção a maneira mais fácil de comunicação de ideias e ideologias. E é preciso lembrar José Luiz Martinez que, em seu artigo “Música, Semiótica musical e a classificação das ciências de Charles Sanders Peirce” (Martinez: 1999), versou sobre as relações entre as ciências físicas da música (tudo aquilo que se relaciona à execução, da mecânica dos instrumentos e seus materiais à fisiologia muscular do fazer e da audição etc.) e as ciências psíquicas, que traz assuntos como psicologia, neurologia, história, sociologia etc. para o contexto dos estudos semióticos.

#### 4.1. “Minha Namorada” de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes

A letra de “Minha Namorada” foi escrita para a peça *Pobre Menina Rica*, a partir de uma série de músicas que Carlos Lyra havia feito. Vinícius de Moraes entendeu que as composições formavam um conjunto e fez nascer a comédia musical, que contava a história de um mendigo e de uma moça rica que se apaixonam. No contexto pessoal de Vinícius, ele dedicou “Minha Namorada” à quinta esposa, Nelita de Abreu Rocha, trinta anos mais nova que o compositor e que viveu com ele entre 1962 e 1967.

“Minha Namorada” foi “classificada por Elis Regina como ‘a maior cantada da música brasileira’ – é de arrasar as resistências dos mais empedernidos corações femininos” (Homem de Mello 1997: 85). Será que a cantora Elis Regina, uma voz poderosa e representativa de sua época, entendeu os pormenores da letra ou apenas considerou o momento de lirismo extremo do autor?

“Se você quer ser minha namorada / Ah, que linda namorada / Você poderia ser / Se quiser ser somente minha / Exatamente essa coisinha / Essa coisa toda minha / Que ninguém mais pode ser”: a primeira estrofe da letra, já deixa claro que há condições impostas para que a mulher amada seja a namorada do *autor*, a escolhida, a por ele elencada. Condicionantes colocadas de maneira unilateral demonstram uma forma autoritária em um relacionamento, mas, além disso, a primeira estrofe *coisifica* a mulher, a coloca como um objeto que pode ter dono, que pode pertencer a alguém.

Na segunda estrofe, este interlocutor continua com suas exigências e elas aumentam na medida em que ele ganha confiança: “Você tem que me fazer um juramento / De só ter um pensamento / Ser só minha até morrer” e se esta mulher com quem ele fala aceitar suas imposições e com ele formar um casal e em algum momento tiver um problema, um desagravo, uma tristeza, terá

que superar sozinha; ele não está disposto a ajudá-la, não quer ser incomodado com lágrimas, soluços ou explicações e conversas que poderiam esclarecer a questão: “E chorar bem de mansinho / Sem ninguém saber por quê”.

Até aqui, os esforços dessa mulher serviriam para ser *namorada* deste homem, mas se o caso se der em uma esfera diferente em que haja sentimento – “Porém, se mais do que minha namorada / Você quer ser minha amada” – os esforços dela têm que ser maiores, chegando ao ponto de ela desistir de qualquer aspiração pessoal e se entregar ao projeto de vida dele, mesmo que isso cause contrariedades e a faça sofrer – “Você tem que vir comigo em meu caminho / E talvez o meu caminho seja triste pra você” – e estar pronta para ele, para auxiliá-lo no que precisar, mas sem a promessa de ser correspondida – “E você tem que ser a estrela derradeira / Minha amiga e companheira” – ser amiga e companheira e não ter um amigo e companheiro porque em nenhuma parte do texto ele se dispõe à mesma entrega das exigências que faz – é um receber sem dar.

Este tipo de tratamento, de machismo sutil disfarçado de culto, em que a mulher tem que provar seu amor, fazendo várias e absurdas concessões choca aos ouvidos atuais.

Fosse a melodia ouvida em outro idioma ou apenas em sua versão instrumental, facilmente se reconheceria a sugestão de uma letra repleta de lirismo, de uma declaração de amor incondicional; o ritmo, que “explica os efeitos de sentido que resultam em aceleração e desaceleração” (Pietroforte 2004: 108), também contribui para o mesmo entendimento.

Mas é no seu significado que a canção revela o atrito entre a sugestão da música e a realidade da letra, muitas vezes confundindo entendimentos e deixando que o que está no contexto da expressão (plástico) influencie a compreensão do que está no campo semântico. O desacordo entre a música e a letra é inevitavelmente uma consequência do tempo em que foi escrita, o exemplo de uma sociedade que com facilidade inverteu (invertia, inverte) valores e apontava a submissão feminina como amor.

A canção não pode ser descontextualizada de seu tempo. Vinícius de Moraes nasceu em 1913, portanto, um homem do início do século passado; a música é de 1962, as mulheres reivindicavam cada vez mais os seus direitos, era complexo distinguir uma *homenagem* de um quase *insulto*. Mas entre um pormenor e outro se faz importante ter ouvidos atentos para perceber o caminhar da História, o número de conquistas e avanços, os diferentes comportamentos ao longo do tempo e até que ponto o discurso ainda continua sendo repetido.

#### 4.2. “Marina” de Dorival Caymmi

“Marina” foi lançada em 1947, época de ouro do rádio brasileiro, que desempenhava um papel importantíssimo na vida das famílias. “O rádio”, considera Eric J. Hobsbawm na sua *Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991* (1995):

transformava a vida dos pobres, e sobretudo das mulheres pobres presas ao lar, como nada fizera antes. Trazia o mundo à sua sala. Daí em diante, os mais solitários não precisavam mais ficar inteiramente sós. E toda a gama do que podia ser dito, cantado, tocado ou de outro modo expresso em sons estava agora ao alcance deles (1995: 194).

O rádio representou durante muito tempo o principal meio de comunicação no Brasil. Informações, costumes, preferências, comportamentos passavam pelo veículo e influenciavam as sociedades. A música também tinha este papel e este poder.

Foi neste contexto de comunicação em massa que Dorival Caymmi estreou no rádio. Seus muitos sucessos, em sua própria voz ou em outras, como, por exemplo, quando Carmen Miranda gravou “O que é que a baiana tem?”, passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas de norte a sul do país – e a influenciá-las em maior ou menor grau.

Como “Minha Namorada”, “Marina” também tem elementos que podem levar a uma interpretação por vezes equivocada. Enquanto o conjunto música e melodia (*significante*) expressa uma mensagem que aparentemente demonstra a admiração de um homem por uma mulher em seu estado natural, sem maquiagem, isto é, “com o que Deus lhe deu”, o texto ganha *significado* diferente quando analisado com a lupa das intenções.

Música e letra assumem uma relação dicotômica. A música e a letra não se relacionam em harmonia; enquanto a primeira se estabelece no lirismo da composição, a segunda ocupa-se desta *distração* para impor a mensagem.

Na primeira estrofe, o autor ataca direto o assunto; sem rodeios ele conta sobre sua inquietação: “Marina, morena, Marina, você se pintou / Marina, você faça tudo, mas faça um favor: / Não pinte esse rosto que eu gosto / Que eu gosto, e que é só meu / Marina você já é bonita com o que Deus lhe deu”. O elogio ao encanto físico de Marina, o reconhecimento de sua beleza natural e até o pedido de “favor”, se estivessem descolados do sentido de propriedade, seriam exaltação a essa mulher, melhor, à beleza

dessa mulher. Mas, ao colocar que aquele rosto é “só dele”, como se aquele corpo e suas vontades e decisões pertencessem a ele, acaba por contradizer a mensagem positiva – não há elogio que se sustente ao ultrapassar os limites do respeito.

Este homem, que canta de forma apaixonada, continua: “Me aborreci, me zanguei, já não posso falar / E quando eu me zango, Marina, não sei perdoar”. Esta afirmação de que ele não pode ser contrariado é mais uma afirmação de superioridade em relação à Marina que ele aponta. Além de ser dono do corpo dela, ele não pode ser contrariado em suas vontades.

A tendência se confirma na estrofe final, concluindo a conversa (e o relacionamento: “tô de mal com você”), no mesmo tom autoritário de toda a canção, marcado pela supremacia que ele impõe, quando diz: “Você não arranjava outro igual”, como se ele fosse melhor que ela e melhor que outros que poderiam formar par com esta mulher.

As falas que infantilizam este discurso, “tô de mal” ou o amenizam “faça o favor”, “desculpe”, não o impedem e não o escondem; apenas revelam que este homem dominador é polido e procura fugir, na forma, de um estereótipo vulgar; o conteúdo, entretanto, é repetido. Informa-nos Homem de Melo que “Marina” “começou sendo gravada por quatro cantores – Dick Farney, Francisco Alves, Nelson Gonçalves e o próprio Caymmi –, derrubando um tabu adotado por nossas gravadoras na época, que não admitiam o lançamento de uma composição por mais de um intérprete (1997a: 72).

Além do sucesso em casas noturnas, a composição foi a quarta mais tocada no Brasil no ano de 1947<sup>1</sup> na voz de Dick Farney, que tinha um dos maiores fã-clubes do país, tendo ficado, no mesmo ano, em nono lugar na interpretação do próprio autor. A música voltou às paradas entre as dez mais ouvidas do rádio em 1960 (7.º lugar), na voz de Cauby Peixoto, e até hoje é constantemente regravada, aparecendo em mais de 40 versões<sup>2</sup>.

A força da música faz com que o discurso presente em “Marina” venha sendo repetido ao longo dos anos de forma contundente, como se algum homem tivesse direitos sobre o corpo de alguma mulher. O assunto, com mais ou menos impacto, é largamente estudado em diversas vertentes das Ciências Humanas e Sociais, como, por exemplo (e apenas para citar um), o artigo escrito por Lorena Ferreira Cronemberger “Meu corpo, Minhas regras!

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://maistocadas.mus.br/1947/> (consultado em 08 de maio de 2021).

<sup>2</sup> Disponível em <https://discografia.discosdobrasil.com.br/musica/1807> (consultado em 08 de maio de 2021).

Michel Foucault, corpo da mulher e feminismo”, para a *Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia* da UFPE<sup>1</sup>, em que a autora se dispõe a refletir sobre as relações de poder direcionadas ao corpo feminino à luz de teorias desenvolvidas por Michel Foucault.

### 4.3. “Ai, que saudade da Amélia” de Ataulfo Alves e Mário Lago

“Ai, que saudade da Amélia” foi escrita em 1941 a partir de conversas do letrista, Mário Lago, com um amigo “que sempre que se falava em mulher costumava brincar – ‘Qual nada, Amélia é que era mulher de verdade. Lavava, passava, cozinhava...’” (Homem de Melo 1997b: 42). Após os versos estarem prontos, foram entregues a Ataulfo Alves, que compôs a música.

O sucesso da canção foi tanto que *Amélia* virou verbete no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*: “Amélia. [Do antropolônimo Amélia, do samba Ai, que saudade da Amélia, de autoria de Ataulfo Alves e Mário Lago] Substantivo feminino. Brasileirismo. Popular. Mulher que aceita toda sorte de privações e ou vexames sem reclamar, por amor a seu homem” (Ferreira 1980: 103). Isto aconteceu na edição de 1975 do dicionário, 33 anos após o lançamento da música. A definição “foi feita por Aurélio Buarque de Holanda a partir do entendimento compartilhado pelo grande público e pela repercussão da canção” (Faria 2014: 106).

Esta canção foi exaustivamente citada em discussões feministas, que apontaram a prepotência masculina, subordinando a mulher ao papel inferior ao do homem, como capaz apenas para as atribuições domésticas – em outros termos, uma ofensa sexista. Outras abordagens inspiradas nos conceitos de luta de classes exploraram a figura de Amélia e seu (ex) companheiro, como conformados com a situação social, sem aspirar por um futuro melhor, também apareceram durante os anos.

Há uma outra possível leitura e ela pode encaminhar para a discussão de gênero, mas aqui, a favor da mulher. Na letra há três personagens: o homem, que é quem narra em primeira pessoa; sua atual mulher, para quem ele fala; e Amélia, a ex-companheira. Este homem tem como ideia central fazer uma comparação entre as duas, para, em último caso, justificar a saudade da antiga com os defeitos da atual.

As características da atual mulher deste queixoso interlocutor são referidas no início da música: “Nunca vi fazer tanta exigência / Nem fazer

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/243350/34941> (consultado em 02 de maio de 2021).

o que você me faz / Você não sabe o que é consciência. [...] Você só pensa em luxo e riqueza / Tudo que você vê você quer”. A contraposição, com as qualidades de Amélia, vem a seguir: “Aquilo sim é que era mulher / Às vezes passava fome ao meu lado / E achava bonito não ter o que comer. [...] Amélia não tinha a menor vaidade / Amélia é que era a mulher de verdade”. A *rival* de Amélia vive a própria vida, ela não se importa com a opinião deste homem, ela é soberana de suas vontades. Ainda que seja por assuntos considerados menores, como o consumismo e a vaidade, ela não esconde o que quer e não tem problema com isso.

A categoria semântica da música que comumente se refere à *opressão vs liberdade* (Pietroforte 2004: 69), colocando Amélia como oprimida, nesta leitura transfere o papel para o homem. É ele quem, mesmo sem concordar, sem achar ponto de alegria, apesar dos lamentos, se submete à mulher. Neste prisma de interpretação cabe o questionamento: se Amélia é que era mulher de verdade, por que então ele não a procura ou procura outra com iguais características? A relação de sujeição aqui é dele.

É possível ainda comparar a categoria semântica *o que é permitido vs. que é proibido* (Pietroforte 2004: 30), e o interlocutor faz isso. O permitido é o comportamento cordato de Amélia que, mesmo passando fome ao lado dele, achava isso bonito; o proibido é a atitude da mulher atual que faz exigências, que quer comprar coisas, alimentar a vaidade, sabendo que ele “é um pobre rapaz”.

Entre uma e outra, mesmo com o sentimento de saudade, cantado na letra e estampado no título, ele fica e se sujeita à atual companheira, não retorna para “aquilo” que cita ser mulher de verdade: “Ai, que saudade da Amélia”. Como se vê, Amélia pode ser considerada um exemplo de como a mulher pode se colocar no mundo e afirmar o seu espaço, independentemente dos apontamentos e julgamentos de um homem.

### **Considerações finais**

Canções populares comungam com a população ideias e ideais de várias ordens; se estabelecem, muitas vezes, como discurso de formação; fazem populações inteiras repetirem as mesmas palavras; e as pequenas, mas significativas, tragédias cotidianas vão, em gerúndio, sendo reiteradas com ares de normalidade. A música tem um poder grandioso na composição comportamental do tecido social e este pormenor não pode ser desprezado, esquecido ou ignorado.

Pouca gente não fica comovida com um elogio, reconhecimento ou declaração em forma de canção. Por outro lado, é importante saber ouvir e interpretar o que acontece nas entrelinhas e que tipo de mensagem é passada na conjugação letra-música. Nem sempre elas obedecem a intenção do autor e este é mais um incentivo para a atenção: quanto mais o público for qualificado para ouvir, mais elevado será o nível da mensagem e mais trabalhada a maneira como ele será passado.

Somente com uma formação qualificada, o público comum será capaz de entender que nenhum homem tem direitos a respeito do corpo de uma mulher (como em “Marina”), ou nenhuma mulher tem que se submeter às vontades de um homem (como em “Minha Namorada”). Gerações de mulheres brasileiras que passaram a vida a imitar o comportamento de *Amélia* poderiam emancipar-se e admitir para si a autonomia de suas próprias vidas e seus pensamentos e assim desprezar os conceitos muito em uso durante o Estado Novo. Mas, para transpor a estrutura comportamental é preciso, como já foi dito, conhecimento, educação, informação.

Com este trabalho, mais do que analisar semanticamente estas canções, pretendeu-se sugerir discussões e debates que permitam criar pontes para a ampliação de cadeiras de interpretação (de texto, de música, de poesia, de cinema, de artes plásticas, de teatro etc.) nas escolas, onde a educação dos primeiros anos pode ser *treinada* para uma visão mais crítica e abrangente das produções artísticas e publicitárias.

### **Referências bibliográficas**

Adorno, Theodor. 1983. “O fetichismo na música e a regressão da audição”. In: Walter Benjamin, *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição*. São Paulo: Ed. Abril Cultural.

Beltrão Jr, Synval. 1993. *A Musa-Mulher na Canção Brasileira*. São Paulo: Estação Liberdade.

Faria, Amanda Beraldo. 2014. “Amélias: Imagens da Mulher de Verdade na Canção de Ataulfo Alves”. In: *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, n.6, jul-dez, Brasil.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. 1980. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fidalgo, Antônio e Gradim, Anabela. 2004. *Manual de Semiótica*. Covilhã: UBI.

Homem de Melo, Zuza. 1997a. *A Canção no Tempo: 85 Anos de Música Brasileira, vol. 1: 1901-1957*. São Paulo: Ed. 34.

----- 1997b. *A Canção no Tempo: 85 Anos de Música Brasileira, vol. 2: 1958-1985*. São Paulo: Ed. 34.

Hobsbawm, Eric J. 1995. *Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.

Martinez, José Luiz. 1999. “Música, semiótica musical e classificação das ciências de Charles Sanders Peirce”. In: *Revista Opus*, Pelotas, n. 6.

Molana-Allen, Leila e Lizzie Porter. 2018. “Did Syria create the world’s first song?”. In BBC. disponível em: <http://www.bbc.com/travel/story/20180424-did-syria-create-the-worlds-first-song>.

Napolitano, Marcos. 2002. *História & Música – História Cultural da Música Popular*. Belo Horizonte: Autêntica.

Pietroforte, Antonio Vicente. 2004. *Semiótica Visual: Os Percursos do Olhar*. São Paulo: Editora Contexto.

Tinhorão, José Ramos. 1975. *Pequena História da Música Popular Brasileira*. São Paulo: Círculo do Livro.

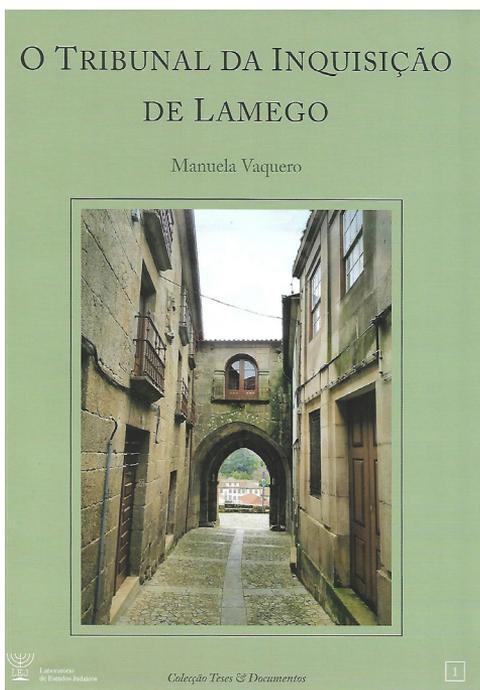


## RECENSÕES



## Manuela Vaquero: O Tribunal da Inquisição de Lamego. Lisboa: Academia de Letras e Artes, 2019.

*Fernando Alberto Torres Moreira (UTAD /CECS)*



Finalmente, e pode dizer-se também felizmente, é publicado um estudo sobre um tema incómodo e ainda mal resolvido, por omissão clara ou inadequadamente abordado, da história da Inquisição em Portugal e, mais concretamente, da existência circunstancial do tribunal do Santo Ofício em Lamego. Ao apresentar a sua investigação que tem como suporte básico o *Livro de Denúncias* da Inquisição de Lamego para a sua tese (talvez se devesse dizer as suas teses), Manuela Vaquero vem dar uma demão final e conclusiva sobre apreciações e ditos avulsos e pouco consistentes até agora publicados por investigadores que se interessaram (?) sobre a temática em questão.

Considerando ainda a edição que também faz do *Livro de Denúncias* da Inquisição de Lamego, um trabalho sempre digno de registo pela dificuldade de decifração das várias tipologias caligráficas que o passar do tempo em nada facilita, a autora vem colocar à disposição da comunidade académica e demais interessados um documento que se reveste de importância primordial para o estudo da Inquisição em Portugal nos inícios da sua instalação formal e, em particular, na região de Lamego. Note-se que a edição de tal documentação é sempre de saudar, mais a mais porque é a primeira vez que tal acontece... vá-se lá saber porquê!

Afinal, por que razão um documento de tal importância para os estudos sobre a Inquisição em Portugal e para a sociedade lamecense de Quinhentos em particular nunca foi até agora estudado? Porquê essa rejeição? Por que motivo até agora se negava a existência de um Tribunal da Inquisição na

cidade de Lamego? De algum modo Manuela Vaquero procurou responder a estas e outras questões usando uma aturada perspicácia inquisitiva que expõe a realidade social e cultural lamecense, os jogos culturais, políticos e religiosos que lhe presidem como pano de fundo, e prospetivando os resultados do período de funcionamento desse organismo da Igreja Católica na região.

É a comunidade judaica de Lamego e suas relações com a “gente de nação” que aqui se expõe aos leitores; é um trabalho de exumação do esquecimento de um período de vigência da Inquisição em Lamego cuja existência tem sido ignorada e, até, não reconhecida! Ficam aqui as dúvidas esclarecidas com documentação e argumentos consequentes.

A investigação de Manuela Vaquero conduz o leitor desde as peripécias e antecedentes da criação do tribunal, dos célebres motins de Lamego em 1532, referenciados por Alexandre Herculano no seu texto *Teatros de Escândalos*, à figura central em toda esta questão que foi o bispo de Lamego por 27 anos e arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Menezes Coutinho e Vasconcelos, primo do rei D. João III, seu capelão-mor e conselheiro; de igual modo, a autora dá conta da *Descrição do Terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, em que Rui Fernandes expõe os negócios e o quotidiano dos lamecenses, o seu modo de vida, de pensar, à descrição e análise documental do *Livro de Denúncias* da Inquisição de Lamego e posterior apreciação dos processos entretanto constituídos a cidadãos lamecenses, agora sob a alçada da Inquisição de Lisboa, tribunal para onde transitaram após instrução inicial.

Porquê instalar um tribunal da Inquisição em Lamego? A investigadora não foge à questão (aliás, “a questão”) concluindo que tal será sido uma forma de castigar, de submeter o incómodo D. Miguel da Silva e a sua diocese de Viseu à jurisdição lamecense, uma ação congeminada pelo rei, D. Fernando de Menezes e pelo irmão do soberano, o Cardeal D. Henrique; esta é uma conclusão que o histórico das relações entre estas personalidades da vida política e religiosa de então torna de plausibilidade elevada: política e religião estavam de braço dado, como aqui se prova (ainda por cima com relações familiares à mistura), num compromisso que o rei piedoso, como é sabido, elevou ainda mais.

Manuela Vaquero faz uma análise atenta, séria e exaustiva das denúncias e consequentes processos levantados a cristãos-novos lamecenses, apreciando e catalogando as diferentes tipologias das delações feitas e respetivos crimes de que eram acusados os réus, quais as ligações entre os acusados – familiares, profissionais –, qual a sua área de residência e papel social; enfim, a investigadora estabelece um mapeamento que permite constatar o grau de

convivência entre a comunidade judaica e a restante população, o porquê das tensões sociais, entretanto mais graves, numa cidade com um historial longo de convívio razoavelmente pacífico, de amizades mútuas, de casamentos mistos entre cristãos e judeus.

As suas conclusões permitiram-lhe a aferição do contributo negativo que a Inquisição viria a trazer para as terras de Lamego pois, além dos ódios que se incrementaram, gerou-se e instalou-se uma cultura de inveja, delação, intolerância e perseguição que destruiu amizades, convívios e até mesmo agrupamentos familiares.

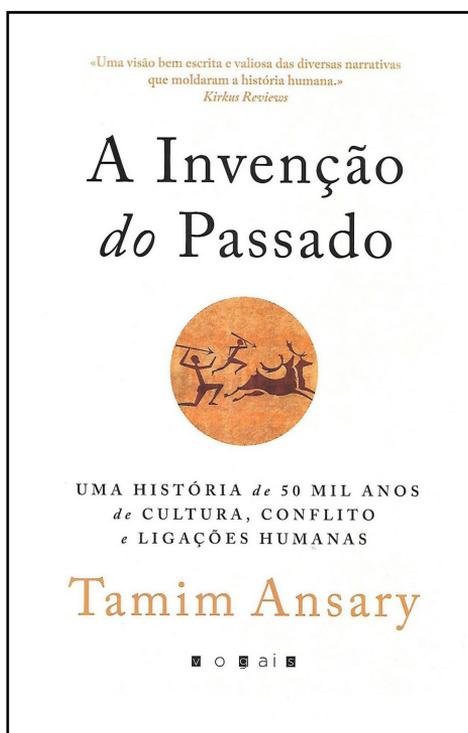
Note-se que o tema Inquisição de/em Lamego era quase tabu para a história lamecense e, por isso, só em surdina abordado; historiadores locais de nomeada negam mesmo a sua existência – a digestão de práticas menos edificantes de uma sociedade custa a digerir... Ora, Manuela Vaquero vem pôr fim a essa polémica e a essa má consciência cega com o seu estudo e documentação aduzida que expõe, de forma clara e conclusiva, as incidências e motivos da criação e existência – efémera e circunstancial, repetimos – do Tribunal do Santo Ofício em Lamego, quais os responsáveis por essa existência, quem foram aqueles que, por um período de sete anos, aí lideraram o combate à hereesia. Está de parabéns o Laboratório de Estudos Judaicos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa por iniciar a sua nova coleção de “Teses & Documentos” com este texto de Manuela Vaquero.

Hilmar Klute publicou no *Courrier International*, em abril de 2018, um texto intitulado “Os caminhos da intolerância” em que aborda a questão de um antissemitismo crescente em França motivado pela inveja, por questões religiosas, ódios, negação do direito à diferença e concluiu: “Os judeus de França são hoje em dia confrontados com uma hostilidade cada vez mais flagrante [...] Em França, os judeus têm agora de viver com medo”; passados que são cinco séculos sobre a matéria de facto estudada, para além do seu interesse académico, cultural e histórico, que é muito, a publicação do texto de Manuela Vaquero revela-se oportuna e de temática atual, como se comprova. Em tempos difíceis para a compreensão da utilidade das Ciências Humanas, e sobretudo de estudos de outras épocas, talvez seja de bom tom pensar-se que a história do ser humano é um *continuum* de interrogações sobre a sua própria existência cujas respostas estarão sempre longe de ser definitivas... por isso se convoca a memória, as memórias que são a essência do que o ser humano é; por essa razão, uma reflexão sobre a Inquisição portuguesa no século XVI, em Lamego, deve levar a pensar na sua utilidade perene. A história não se repete, mas às vezes anda lá perto...



**Tamim Ansary: *A Invenção do Passado*. Lisboa: Vogais, 2020. Tradução de Manuel Santos Marcos. 508 pp.**

*José Barbosa Machado* (UTAD / CEL)



Com o subtítulo de *Uma História de 50 Mil Anos de Cultura, Conflito e Ligações Humanas*, esta obra, publicada originalmente em 2019, dá-nos uma visão dos principais acontecimentos de que a nossa espécie, *homo sapiens*, foi protagonista, com uma particularidade: nada do que historicamente ocorre de relevante é isolado. O autor, um historiador afegão a viver nos Estados Unidos, tem publicado diversas obras sobre as relações do mundo islâmico com o Ocidente.

Refere o autor na introdução que a ideia para este livro lhe surgiu quando lia três obras de História ao mesmo tempo: uma sobre o primeiro

imperador da China, outra sobre a vida dos nómadas na Ásia Central e a terceira sobre Átila, o Huno. Durante a leitura, reparou que a construção da Grande Muralha da China estava relacionada com a queda do império romano do ocidente, concluindo que grandes acontecimentos em regiões diferentes desencadeiam «efeitos cascata em sentido contrário».

A interligação de eventos históricos é, pois, a base deste livro. Apesar de vivermos em mundos étnica, cultural, linguística e religiosamente diferentes, estamos no mesmo planeta. E, por isso, nada ocorre de importante sem que tenha, ou possa ter, consequências globais.

Um dos conceitos de que Tamim Ansary se serve é o de *constelação* (na definição do dicionário, um grupo de estrelas que, ligadas por linhas imaginárias, formam uma figura, a que se lhe dá em astrologia e astronomia

um nome mitológico, de animal ou outro, como Oríon, Leão, Ursa Maior, etc.). Diz o autor que «existimos como constelações de pessoas. Estamos imersos em constelações de ideias. Vivemos num universo de constelações que são, elas próprias, constituídas por constelações» (2020: 14). As famílias, os grupinhos de escola, os clãs, as tribos, as corporações, as associações, os grupos de vizinhança, os partidos políticos, os países, as civilizações, são constelações e «não existem fora da cultura». A cultura, considera o autor, «é um mundo que inventámos e continuamos a inventar, um mundo que desapareceria sem nós» (2020: 14).

Os mundos humanos diferentes, defende Ansary, só existem na cultura. As ideias e a informação «viajam de cultura em cultura e, quando atravessam as respetivas fronteiras, algumas coisas mudam. E algumas coisas não. E por vezes as fronteiras esbatem-se e surge algo cultural maior, em que estão integradas partes de ambas as culturas» (2020: 17), como foi o caso da agricultura e da pastorícia, do uso da roda e do cavalo, da invenção da olaria e da tecelagem, do florescimento de determinada religião ou regime político.

A obra está dividida em seis partes. Na primeira, o autor descreve o palco físico onde a Humanidade tem o seu berço e se desenvolve. Começa por fazer um apanhado, nem sempre cientificamente rigoroso e com dados já ultrapassados pelas novas descobertas, do que ocorreu desde o *Big Bang* até há 50 mil anos, quando o *Homo Sapiens* alegadamente abandonou África. Depois tece uma série de comentários, nem sempre corretos e bastante discutíveis, acerca do desenvolvimento da linguagem, da geografia do planeta, das redes tecidas pelo comércio e do nascimento dos sistemas de crenças.

Na segunda parte, o autor trata temas como a invenção do dinheiro, a matemática, a comunicação e a administração, dependentes da criação de grandes impérios que se sobrepõem, como o chinês, o persa, o indiano, o grego, o romano, o árabe e o ameríndio. O entrelaçamento político, social, cultural e religioso levou ao desenvolvimento da Humanidade: «enquanto se formavam mares de cultura, as influências e as ideias infiltravam-se de mar para mar através de capilares como as Rotas das Especiarias e as Rotas da Seda, através de áreas onde as zonas intercomunicantes se sobrepunham e onde as constelações de ideias que colidiam entre si se misturavam, trocavam partes e emergiam como constelações concetuais totalmente novas» (2020: 142).

Na terceira parte, o autor fala da movimentação de povos do norte para sul e do oriente para ocidente, das invasões na Europa, da queda dos impérios, do nascimento das nacionalidades e da Europa cristã como continente em ascensão. É neste período que os chineses inventam a imprensa de caracteres

móveis, que os europeus souberam desenvolver, levando a uma revolução cultural de que hoje somos ainda beneficiários. É na Europa que surgem as primeiras universidades, que serão o centro do desenvolvimento filosófico e científico da Humanidade, tendo como base as três regras de Bacon: previsão, experiência e observação consequente.

O autor inicia a quarta parte a falar da primeira viagem à América de Colombo, «o acontecimento que “mudou tudo”», pois, «desse momento em diante, ambos os hemisférios estavam interligados, todo o planeta Terra era parte de um único mundo intercomunicante», concluindo que com isso «principiara a globalização dos efeitos em cascata» (2020: 291). Pese embora a importância de Colombo e da sua viagem pretensamente inaugural, não foi este na verdade que iniciou a globalização, mas o Infante D. Henrique, que o autor, aliás, cita um pouco mais à frente (2020: 293). Nesta quarta parte, o autor fala ainda da colonização europeia, do desenvolvimento económico que daí adveio, dos produtos que eram trocados e do importante papel dos bancos. O caso da China tornou-se para os europeus, e em particular para os ingleses, uma fonte de frustrações, pois os chineses recusavam-se a «comprar o que quer que fosse. Não compravam absolutamente nada. Os chineses só queriam vender, vender, vender» (2020: 333).

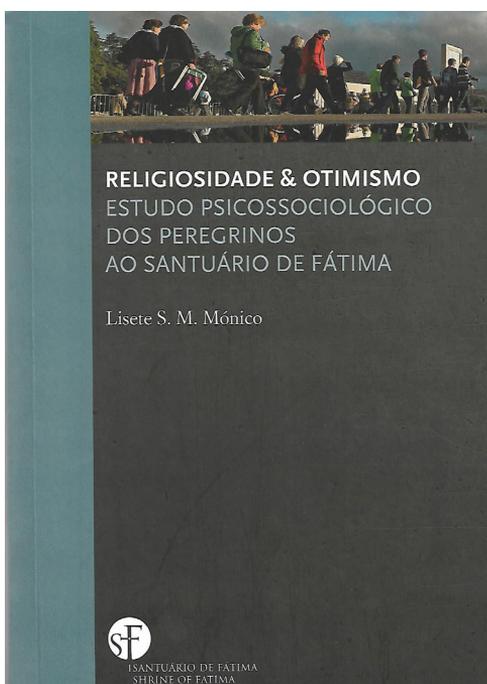
O capítulo quinto é dedicado à máquina, ou seja, à industrialização, abrangendo o período que vai de 1750 (com o início da revolução industrial em Inglaterra) a 1950 (o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da era atómica). Alguns dos temas aqui tratados são a invenção e o desenvolvimento tecnológico e científico, as ideologias que nascem numa sociedade cada vez mais urbana e industrializada, a guerra que mata e destrói a um nível industrial, o nascimento da classe média e do indivíduo, com os seus direitos e os seus deveres sociais.

A sexta e última parte é dedicada à atualidade, aquilo a que o autor chama a era digital. São tratados temas como a Guerra Fria e o seu fim, as organizações e agências supranacionais, como as Nações Unidas e o FMI, as multinacionais e a preocupação com o ambiente. As inter-relações, que até aqui eram essencialmente físicas, passam a ser virtuais: «toda a teia social humana interligada começou a separar-se do universo material» (2020: 435). As pessoas interagem cada vez menos fisicamente com outros humanos e nem por isso se consideram menos participantes na sociedade em que se inserem. O homem atual interage simbolicamente com os outros, mas na realidade física interage com dispositivos tecnológicos, como computadores e telemóveis.

A obra é uma sinopse histórica consistente e bem construída, pois interrelaciona acontecimentos díspares, com comentários e interpretações interessantes e pertinentes. Ressalvam-se, porém, alguns erros históricos e científicos, que seriam evitáveis se o autor tivesse lido bibliografia mais atual sobre, por exemplo, Linguística, Genética e Paleontologia.

**Lisete S. M. Mónico: *Religiosidade & Otimismo: Estudo Psicossociológico dos Peregrinos ao Santuário de Fátima*. Fátima: Santuário de Fátima, 2021. 368 pp.**

*João Bartolomeu Rodrigues* (UTAD / CECS)



*Religiosidade & Otimismo: Estudo Psicossociológico dos Peregrinos ao Santuário de Fátima* (2021) é uma obra da autoria de Lisete Mónico, editado sob a chancela do Santuário de Fátima: é o resultado da investigação levada a cabo pela sua autora, no âmbito do seu doutoramento. Nesta abordagem, Mónico coloca-se numa perspetiva de análise psicossociológica, entendendo o Santuário de Fátima como um marcador simbólico capaz de religar (*re-ligere*) o céu e a terra, ou se preferirmos, medeia a simbiose que se estabelece entre o sagrado e profano, onde o *cor inquietum* manifesta a sua ansiedade, como

Agostinho de Hipona a manifestara nas suas *Confissões*: “Criaste-nos ó Deus para vós e o nosso coração não descansará enquanto em vós não encontrar repouso (Livro X, 27).

Esta é – parece-nos – a perspetiva adotada pela autora: estabelece como hipótese de trabalho uma relação entre a “religiosidade” e o “otimismo”, podendo ser este entendido como sinónimo de “bem-estar”. A relação entre uma *praxis* religiosa e o grau de otimismo está diretamente relacionada e manifesta-se de forma particular na peregrinação.

Se o santuário é percecionado como ponto de chegada, o lugar, por excelência, onde Deus se revela, o lugar da paz, onde o *cor inquietum* pode repousar, ele não é um dado adquirido: a chegada ao santuário supõe todo um caminho e o caminho só se faz caminhando. A autora, centrando-se naquilo que é o seu foco – a análise psicossociológica da peregrinação –, esforça-se

por precisar conceitos e teorias explicativas sobre a religiosidade, crenças religiosas e espiritualidade e suas repercussões práticas, mostrando que a religião desempenha funções de tal modo vitais que a tornam indissociável da própria vida humana, com reflexos diretos na saúde física e mental, onde o bem-estar, a longevidade, a prevenção de comportamentos de risco e as intervenções social e comunitária traduzem as dimensões experiencial, intelectual e consequencial.

A abordagem da implicação comportamental ativa e voluntária do sujeito religioso acontece numa simbiose de duas vertentes que se reclamam interligadas: o misticismo e a peregrinação. Sem se afastar da mundividência cristã, a autora evidencia duas dimensões que concorrem para a formação da identidade religiosa: a dimensão *individual* que interioriza a vivência dos valores religiosos e a *coletiva* que torna o indivíduo pertença de um corpo do qual aceita normas e práticas e uma moral que o confronta com a contingência da finitude da vida terrena: leva o sujeito a agir em conformidade com essa crença, em função da vida futura, através de sacrifícios, rituais vários e peregrinações, transversais às diferentes religiões. No que concerne às peregrinações, a autora entende o peregrino como alguém que sabe que não é deste mundo, está de passagem: a sua pátria é a Nova Jerusalém. As peregrinações desligam o peregrino das amarras que o prendem a este mundo; as peregrinações aos lugares santos antecipam e preparam a viagem que conduzirá o peregrino à Nova Jerusalém, a cidade em que os homens com Deus serão felizes. Para além desta motivação original, a autora refere outras coletárias: o desespero e a angústia das pessoas que se vêm perdidas não as inibem de fazer grandes promessas e de “reclamar” para o seu caso a excecionalidade dos benefícios das graças registadas por outros peregrinos, isto é: – um milagre que responda positivamente ao seu problema.

Da análise motivacional dos peregrinos-caminhantes ao Santuário de Fátima, no cumprimento das respetivas promessas, deduz a autora a natureza altruísta ou egoísta da promessa cumprida, manifestando-se esta em sinais ostensivamente exibidos, como a caminhada solitária, sem qualquer partilha com os outros peregrinos; noutros casos, a caminhada é feita a “pão e água” ou completamente em silêncio. O importante, nestes casos é “pagar a promessa”, cujo valor pode ser mais do que a oferta dos sacrifícios do caminho: acender uma vela, ir de joelhos até à capelinha das aparições ou deixar um valor monetário no santuário... O santuário é o lugar de mediação, entre o peregrino e Deus: é um “negócio” privado entre a divindade e o peregrino, onde a mediação eclesiástica não tem lugar. Independentemente

dos motivos de cada peregrino serem mais ou menos genuínos, por trás da dádiva esconde-se invariavelmente a busca do equilíbrio psicoemotivo, justificando-se, assim, a invocação do divino.

O santuário é, por excelência, um lugar sagrado, é um *geo-símbolo* que transmite ao peregrino uma força avassaladora que brota das suas entranhas. É, portanto, esta força centrípeta que atrai os peregrinos de todos os quadrantes para o centro: o lugar sagrado. O Santuário de Fátima não é exceção: pelo contrário, é paradigmático. Fátima não é apenas o regaço da religiosidade portuguesa, mas o altar do mundo: dos cinco continentes convergem anualmente para a Cova da Iria centenas de milhares de peregrinos que manifestam, não só, publicamente a sua fé, mas uma fé incarnada no pluralismo das culturas que se sentem acolhidas aos pés de *Nossa Senhora de Fátima*, o ícone mais significativo deste santuário, resultante das aparições de 1917.

A problemática que a autora persegue centra-se em perceber como cada um dos peregrinos-caminheiros *perceciona a vida, concebendo expectativas otimistas, realistas ou pessimistas muito próprias para o futuro*. Dentro destes dois extremos a autora conclui que os peregrinos se mostram mais otimistas do que pessimista: conclui que uma das consequências da peregrinação é o fortalecimento da fé e esse fortalecimento transmite ao peregrino coragem e reforça a certeza de que futuros pedidos serão atendidos; os pessimistas, em contraponto, são os que, segundo os dados da autora, maiores ofertas monetárias fazem ao santuário e “paradoxalmente, classificam o santuário como lugar de exploração económica” (2021: 322). Da análise diferencial dos subindicadores, “otimismo” *versus* “pessimismo”, a autora concluiu que a “religiosidade é melhor preditora do primeiro relativamente ao segundo” (2021: 323).

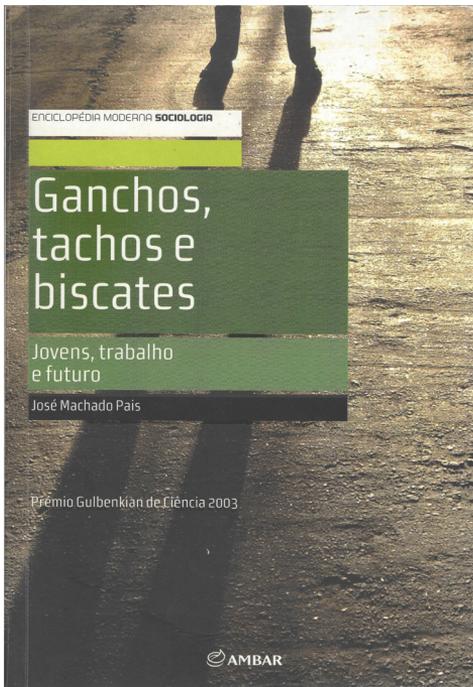
A presente investigação apoiou-se num estudo empírico, que contou com um inquérito autoadministrado aos peregrinos caminhantes de Fátima, com uma amostra de 1081 peregrinos, dos quais foram excluídos 257 por apresentarem mais de 30% de “não respostas”. A análise dos dados permitem à autora confirmar as três hipóteses que serviram de ponto de partida para esta investigação: *Existe uma relação positiva entre magnitude da religiosidade e otimismo dos peregrinos, maximizada pela implicação comportamental ativa e sacrificante do sujeito e influenciada pela (in) satisfação com a vida. Particularizando, se a relação direta entre a religiosidade e o otimismo é elevada, esta mantém-se positiva, mesmo quando influenciada por autopercepções de situações de vida desfavoráveis. Parecem ser as dificuldades da vida que conduzem*

*as pessoas a implicações comportamentais mais sacrificantes, reificadas no ato da peregrinação, bem como a invocação de Nossa Senhora do Rosário de Fátima para a concessão de objetivos pessoais* (2021: 324).

A presente investigação constitui um bom contributo não só para as áreas da psicologia e da religião, mas também para as ciências da cultura. O rastrear de uma tradição que se perde nos caminhos da História e se reencontra nos caminhos dos lugares santos da Idade Média, reaparece em Portugal, em pleno século XX, como fénix renascida, capaz de vincar da forma mais indelével um dos traços identitários mais sublimes do que é ser português: é um coração inquieto, a quem o pensar não cabe nas palavras feitas, por isso se reinventa e se aventura em terras de Santa Maria, percorrendo os caminhos da fé e os caminhos que levam à fé, vencendo o cansaço do corpo, busca ansiosamente um centro, onde todos os caminhos vão dar e onde a alma poderá, finalmente, descansar no aconchego de um colo mariano (Fátima) e saciar a fome de Deus, com pão dos anjos.

**Recensão a José Machado Pais: “Um Tacho na Política?”, in  
*Ganchos Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro.*  
 Lisboa: Ambar, 2001, pp. 185-201.**

*Esser Jorge Silva* (UTAD / CECS)



Os estudos em profundidade sobre a juventude e as culturas juvenis constituem a especialização a que José Machado Pais tem dedicado grande parte da sua obra. Professor Catedrático no Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Machado Pais centra a sua atenção académica na sociologia da vida quotidiana, particularmente, a vivida pelos jovens. O seu livro “*Ganchos, Tachos e Biscates*”, praticamente um clássico da sociologia portuguesa, tem o objetivo de conhecer as circunstâncias com que os jovens se relacionam com o mercado de trabalho, nomeadamente, as formas como vão ocupando o espaço

de trabalho de acordo com as ofertas que lhes vão surgindo. Este parece ser o resultado de um tempo em que “o capitalismo flexível bloqueou a linearidade tradicional das carreiras profissionais”, o que gerou “encruzilhadas” e becos “sem saída” (2001: 11).

A totalidade da obra divide-se em duas partes, sendo a primeira de cariz teórico e metodológico sobre as “encruzilhadas” entre os jovens e o trabalho, e a segunda dedicada a “percursos e discursos” com recurso a nove entrevistas sobre variadas atividades laborais dos mais novos. A sexta conversa, aqui em referência, dedicada à prática política por jovens, constitui parte da obra agraciada com o Prémio Gulbenkian em 2003 e tem na pergunta “*Um Tacho na Política?*” o ponto de partida para a exploração do expectável de uma vida a entrar no campo político.

Vinca-se, desde logo, as dificuldades em estudar os políticos, mesmo jovens, quando acedem aos lugares em que representam o povo, “possivelmente por temerem por a descoberto o cozinhado do tacho” (2001: 185). O retrato do político quando ainda jovem acaba por resultar da conversa com Teodoro, um jovem político de 22 anos em estado de formação-ação. Estudante de Ciência Política, filho de pai diretor comercial e mãe professora, o jovem tende para o etnocentrismo quando fala sobre a juventude desenvolvendo um raciocínio que transforma em geral a sua condição particular. No seu caso, pretende abraçar a carreira política. E é a partir dessa vontade pessoal de afirmação que configura os desejos e as motivações do campo juvenil.

Há um modo pragmático – que não programático – imediatamente utilitário e centrado nos fins, como os jovens interpretam a prática política. Se por um lado as escolhas ideológicas estão, desde logo, facilitadas porque seguem uma espécie de linhagem familiar, as práticas obedecem ao princípio segundo o qual os mecanismos disponíveis devem ser usados sem parcimónia com vista à conquista de objetivos de poder. E dessas técnicas faz parte, por exemplo, os cuidados a ter na gestão do discurso, particularmente em deixar-se entrevistar quando se defende o castelo do poder, lugar a que o autor da obra atribui a classificação popular de *tacho*.

Para Teodoro, a política funciona como outros domínios profissionais nos quais o “êxito consiste em se ter êxito e não apenas em reunir condições para o ter” (2001: 187) pelo que se deve aproveitar todas as conjunturas porque são estas que “geram abertura ou encerramento de oportunidades”. O conceito de encerramento (ou fechamento para alguns autores) foi desenvolvido por Weber para ilustrar o processo pelo qual algumas atividades sociais procuram ampliar ao máximo os seus ganhos através da limitação das “oportunidades a um número restrito de privilegiados” (2001: 187). No caso da política a ideia de *conjuntura* favorável ajuda a compreender a elasticidade dos cadeados do encerramento, promovendo-se, nesse espaço-tempo, um “«tipo racional» de ação social que se caracteriza por uma atuação consciente e racionalmente orientada para determinado fim ou interesse, o *tacho*” (2001: 188).

Fruto das tramas e da intriga da política, a desconfiança entre os pares é um terreno minado em que os mais espertos não perdoam aos mais fracos. Apesar do seu “desejo de fazer carreira política”, o entrevistado entende que ser «político profissional» é visto como algo a recusar no seu caso pessoal, admitindo, contudo, que há muita gente que vê na “política um sustento” expresso em dois tipos de ambição – por vezes constituída em *lobby* e, outras vezes, constituída em *hobby* – agindo os primeiros por exclusiva ambição e

os segundos por recreio, não sendo todavia, estes últimos, “anjinhos” (2001: 188).

A socialização política é gerada em casa e as ideias a seguir bebem na corrente dos afetos familiares, fundamenta “a apreensão dos [...] costumes, ideários e moralidade reinantes” (2001: 189). O falhanço na entrada no curso de Ciência Política, inicialmente escolhido numa universidade pública, remete o entrevistado para uma universidade privada. Decide custear os seus estudos libertando os pais dessa obrigação, atitude que denota o seu “orgulho, caráter, firmeza de convicções” deslocando-o da orla daqueles “jovens que partilham de uma ética no trabalho não mais orientada pelo *dever moral*, mas pelo puro desejo de êxito pessoal” (2001: 190).

Já com as suas fronteiras ideológicas definidas, situando-se à direita “vincada”, e não moderada, vai frequentar o curso de Ciência Política. Integra-se nos grupos da “academia” e, fruto das suas leituras e interesse pela política, dali a um passo, está a ser assediado por vários partidos. À resistência inicial acaba por sucumbir e entrar para uma «jota», não sem antes ser confrontado com a possibilidade de entrada num outro partido. O “protagonismo” universitário e o constante assédio levam-no a sucumbir “à frenética correria pelo poder e glória” (2001: 190).

Juntamente com um grupo planeia, com dois anos de antecedência, “atacar a associação em 97” (2001: 191) socorrendo-se do apoio da sua «jota». Aí ganha consciência da relevância das “estruturas partidárias no movimento associativo estudantil” (2001: 191) e o próprio começa a “marcar posição” e a ganhar relevância política e “protagonismo” no interior do partido do qual se torna militante. Constata que as estruturas partidárias assumem que o seu funcionamento interno advém da capacidade individual de ter votos. [...] “Depende muito [...] da capacidade de mobilização de votos; quem tem votos tem poder e os votos é que contam”. Do resto pode-se ser uma “pessoa levada em linha de conta, merecer respeito, mas isso pouco conta no que importa contar: os votos” (2001: 191), sendo este e só este o critério que produz as escolhas.

Há uma distinção a fazer entre os que fazem um trabalho para o exterior do partido, geralmente pouco ou nada recompensados por esse trabalho e os que se dedicam ao “trabalho para dentro”. Como o que conta é a parte interna da estrutura partidária, os indivíduos “acreditam que podem viver da política e vão para a juventude partidária claramente à procura disso” (2001: 192) pelo que há indivíduos que apenas se dedicam a essa vertente, socorrendo-se da “ética do vale tudo” e movendo-se “segundo um princípio pragmáti-

co que apenas avalia as condutas em função da sua eficácia no que se refere à obtenção do êxito pessoal traduzível em número de votos” (2001: 192).

A partidarização dos movimentos associativos estudantis representa o começo de uma atividade através megafone e da colagem de cartazes com vista ao lugar de deputado evidenciando-se não “a competência” mas sim a recompensa “dos serviços prestados ao partido” (2001: 193). O entrevistado revela consciência crítica em relação a esta forma de “subordinação da ação política à pura lógica dos votos, do ganho eleitoral” (2001: 193) mas concorda com a existência de “carreirismo político” distinguindo os que “fazem a carreira política em paralelo com uma carreira profissional” daqueles “que fazem da carreira política a sua carreira profissional” (2001: 194). A dicotomia levanta a questão de saber se os políticos devem ou não ser “profissionais”, sendo, todavia, claro que “as pessoas que estão à frente da nação” o devem ser mesmo havendo indivíduos que não deviam estar à frente do país.

Admite que entre os jovens o carreirismo político faz sentido porque, caso não tenham “outra coisa para fazer [...] vêm para a política”. Para que tal circunstância ocorra é necessário estar “na altura certa, com a pessoa certa, no lugar certo”, fatores que podem levar alguém a “ser de um pé para a mão, sem saber ler nem escrever, deputado ou eurodeputado” (2001: 194).

A perspetiva e respostas de Teodoro apelam ao “modelo de associações de ideias” de Mary Spink, assim como “as explicações dessas associações e respetivos qualificadores” (2001: 194), cujo esquema do Machado Pais desenha do seguinte modo:

Tópico	Associações	Explicações	Quantificadores
Política	Muitos cães a um osso	Nunca lá chega um Zé qualquer	É muito bonito uma pessoa achar que pode vir a ser deputado... Na Assembleia da República nós temos lá pessoas que nunca deram contributo a não ser levantar a mão
	Oligarquia partidária	Lobby que os vais aguentar a sustentar a vida. Ter protagonismo na estrutura.	Ganhar o aparelho
	Sacos de votos	Aglutinar, angariar militantes; eh pá vou fazer quinhentos militantes.	Quem tem votos tem força
	Carreirismo	Posso dizer que já tenho algum currículo	Subir no partido O objetivo é ganhar

A grelha de associações do entrevistado orienta-se para a compreensão da política como que dominada pela noção de *tacho político*. Sendo grande a matilha, o produto do tacho (o osso) a lambuzar não é para todos, nem para um “Zé qualquer”. Há, por isso uma disputa injusta entre os políticos incompetentes e os políticos competentes na competição pelo *tacho* que tem lugar nos “aparelhos partidários” (2001: 196). Esta luta pela “conquista de posições no aparelho partidário ilustra perfeitamente o conceito weberiano de *encerramento social* [...] pois garante «aos seus partícipes o desfrute de [...] vantagens de monopolização»” que segundo Weber são conseguidas mediante estratégias de “apropriação” (2001: 196). Surge, através do entrevistado, a identificação da política como “oligarquia partidária através da conquista do aparelho” resultante da posse de um “saco de votos”, um instrumento com vista a “um fim concreto” expresso em «subir no partido» dado que o “objetivo é ganhar”. A subida no partido faz pelo historial curricular mais conhecido por «carreirismo» (2001: 196)”

Na sua viagem formativa Teodoro conseguiu chegar a presidente da associação de estudantes da universidade onde estuda. Entende que “a seguir ao reitor, a pessoa mais importante é o presidente da associação” (2001: 197). Assume assim a *identidade de papel*, “o papel que o individuo projeta sobre si mesmo no quadro de uma idealizada posição social” (2001: 197), uma identidade “auto projetada, não tanto transmitida, quanto conquistada” ao assumir sem o afirmar diretamente que ele é a pessoa mais importante da universidade a seguir ao reitor.

É visível a intenção a preocupação do jovem em deixar presente a posição social que ocupa. Nos “atos da fala” revelam-se “performances retóricas que simbolizam poderes sociais” (2001: 198). O entrevistado insiste na natureza verticalizada da associação exatamente para deixar presente que existe “um cume” na hierarquia, “obviamente por ele ocupado” (2001: 198). Um aprendiz de político “necessita alimentar o ego” seguindo as cartilhas que “ensinam como desfrutar das orgias do *self* e do auto”, seja através da “autoestima, do autocontrolo, da autossuficiência e de outros tantos autos” (2001: 198).

Das crenças políticas de Teodoro fazem parte categorias como “capacidade de iniciativa privada no empreendimento pessoal” para as quais são importantes “as metas profissionais” como fator de influência do “êxito”, dado que estas além de centrarem a “atenção, ajudam a mobilizar o esforço” (2001: 200). Acobertado e compreendido pela relação familiar “ótima”, muito solicitado, com a vida totalmente ocupada com múltiplas atividades,

o jovem almeja as coisas simples, próprias do desejo “pequeno-burguês de pachorrentar tardes domingueiras em alienações quotidianas de televisão e futebolis”, o que o coloca no grupo dos jovens hedonistas que querem “ser ricos, bonitos e influentes, preferencialmente antes dos 35 anos” (2001: 200). “Exercer um cargo” é o desejo destes jovens políticos. Mas como na política e tudo é mais “circunstancial” do que “programável”, resta o “desejo” e a “consciência da incerteza”, sabendo-se que acima estão “as estruturas” (2001: 201) que determinam as condições de sucesso.